

meSalva!

PARTE II

HIS TÓ RIA



meSalva!

CURSO ENEM ONLINE

O melhor cursinho para o ENEM 2019 é o que te aprova no curso dos seus sonhos



Conte com a melhor preparação para a Prova do ENEM:



CONTEÚDO COMPLETO PARA O ENEM

+5.000 vídeos, 10.000 exercícios e aulas ao vivo todos os dias para tirar suas dúvidas



PLANO DE ESTUDOS PERSONALIZADO

Organizamos para você um cronograma de estudos de hoje até o ENEM



CORREÇÃO DE REDAÇÃO ILIMITADA

Receba notas e comentários para cada critério de avaliação do ENEM



SIMULADOS COM CORREÇÃO TRI

Simulados com correção no mesmo formato da Prova do ENEM

QUERO SER APROVADO!

PARTE II

HISTÓRIA

01

REPÚBLICA VELHA

meSalva!

REPÚBLICA VELHA

E aí galera do **Me Salva**, beleza ?

Neste material nós vamos entrar em um contexto histórico repleto de conflitos, golpes, crises e conciliações políticas. Trata-se da transição do Brasil Império até a consolidação e o declínio do Brasil República. Aqui vamos nos deparar com marechais, coronéis, operários, artistas, rebeldes e compreender qual a relação de todos eles com a Primeira República, ou se você preferir, podemos chamar de República Velha.

Este período se estende da Proclamação da República de 1889 até a Revolução de 1930. A historiografia brasileira divide a Primeira República em dois momentos: A República da Espada (1889-1894) e a República Oligárquica (1894-1930). Aqui nós vamos iniciar compreendendo como e porque nós nos transformamos em um país republicano. E claro, abordaremos os principais aspectos políticos, econômicos e sociais de todos esses anos e períodos.

Preparados para dar um rolezinho no Brasil do final do séc. XIX? Então, vamos em frente!

COMO NOS TORNAMOS UMA REPÚBLICA?

Galera, para compreendermos como viramos a página do Reinado e nos tornamos uma República é importante estarmos conscientes que nenhuma mudança política ocorre do dia para a noite. Temos que ficar atentos para os diversos acontecimentos, crises e conflitos que levam um país rumar para um modelo político diferente. No caso do Brasil a Proclamação da República foi possível mediante a uma série de questões que marcaram a crise da monarquia durante o Segundo Reinado. Vamos entender essas questões? Se liga:

QUESTÃO MILITAR

A partir de 1870 o exército brasileiro retornava vitorioso da Guerra do Paraguai (1864-1870) e perante a sociedade a popularidade das forças armadas estava bombando. Até aí tudo bem, mas acontece que muitos recrutas e combatentes eram escravos e após o conflito passaram a defender a própria liberdade. Isso fez com que muitos militares se tornassem simpáticos à causa abolicionista que começava a chegar no Brasil. Mediante isso, a Monarquia impôs uma medida que impedia os oficiais do exército de conceder entrevista à imprensa sem prévia autorização do Ministro da Guerra. Pra piorar, a monarquia passou a cortar as verbas para as Forças Armadas devido aos altos gastos militares durante a guerra. Deu treta! Os militares passaram a se preocupar com o desprestígio perante ao governo monárquico. Aí já podemos entender porque as ideias republicanas ganharam força dentro do Exército.

QUESTÃO RELIGIOSA

A Igreja Católica sempre teve fortes vínculos com o Brasil desde os tempos da Colônia. Durante o Reinado isso não foi diferente, a Constituição de 1824 outorgada por Dom Pedro I estabelecia o catolicismo a religião oficial do país. Como nem tudo são flores, essa relação vai entrar em crise no final do sec. XIX. Se liga nessa, o papa Pio IX preocupado com uma possível perda de influência da Igreja para outras instituições, enviou um documento ao Brasil chamado Bula Syllabus. Entre outras coisas, essa Bula determinava que todos os membros da Maçonaria fossem excomungados da Igreja. Outra treta! Com fortes ligações com a Maçonaria, Dom Pedro II promulgou uma ordem na qual não reconhecia o documento do Papa. E ainda por cima os bispos de Olinda e Belém que optaram por acatar a ordem de Pio IX sofreram uma série de represálias do governo

monárquico. A partir daí a monarquia perdeu o apoio de mais uma instituição que anteriormente pertencia à sua base de sustentação política, a Igreja.

QUESTÃO REPUBLICANA

As ideias republicanas já haviam embasado diversos movimentos anteriores ao séc. XIX, como por exemplo, a Inconfidência Mineira, a Revolução Pernambucana de 1817 e as revoltas do período regencial. Mas, é a partir de 1870 que os republicanos começaram a se organizar de forma mais contundente. Neste ano ocorreu o lançamento do Manifesto Republicano que continha diversas denúncias aos abusos da Corte e defendia a instalação de uma República Federativa. No estado de São Paulo em 1873 foi fundado o PRP (Partido Republicano Paulista) por cafeicultores do Oeste que defendiam maior autonomia para as províncias. Além do PRP havia outros republicanos que atuavam dentro do Partido Liberal, estes defendiam a abolição da escravidão e um sistema universal de ensino. Teve aqueles que tardaram a aderir o movimento, estes ficaram conhecidos como republicanos de ultima hora. Quem eram eles? As oligarquias que ficaram insatisfeitas com a abolição da escravidão em 1888 e por desgosto com a monarquia tornaram-se republicanos.

E quais eram os setores que lançaram o Manifesto em 1870 e que atuavam no movimento? Conforme já vimos, setores do exército, cafeicultores do Oeste paulista, religiosos descontentes e somados a eles jornalistas, poetas e intelectuais influenciados pelas ideias positivistas.

POSITIVISMO: Corrente filosófica que surgiu na França no séc. XIX e que pregava a ideia de que o progresso da humanidade dependia dos avanços científicos. Desta forma, era preciso construir Estados governados por quadros técnicos e científicos. Se liga, o lema “Ordem e progresso” da bandeira da República tem forte influência positivista.

Já vimos que a transição da monarquia para a república ocorreu devido a uma série de crises e conflitos, mas e como ocorreu a proclamação de fato? Sigamos em frente!

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Apesar do crescimento do movimento republicano que contou com a adesão de setores sociais importantes no final do séc. XIX., estes procuravam um líder de prestígio para liderar o movimento e a tomada do poder. Beijamin Constant, o grande defensor das ideias positivistas no Brasil convenceu um amigo do imperador Dom Pedro II a liderar o movimento. Sim! O grande porta-voz do exército e combatente da Guerra do Paraguai, Marechal Deodoro da Fonseca era amigo do imperador. Embora, para não perder seu prestígio nas forças armadas aceitou chefiar o levante.

No dia 15 de Novembro de 1889 um grupo de militares, liderados por Marechal Deodoro da Fonseca, marchou pelas ruas do Rio de Janeiro, capital do Império, e destituiu o imperador proclamando no Brasil a República. A proclamação foi resultado de um sistema de governo que não possuía mais base de sustentação política. Alguns historiadores argumentam que o movimento não contou com grande participação popular, por tanto, pode ser considerado como um golpe político.

Após a proclamação, assumiu um governo provisório que passou a construir uma nova identidade nacional, agora não mais imperial, mas republicana e com forte influência do positivismo.



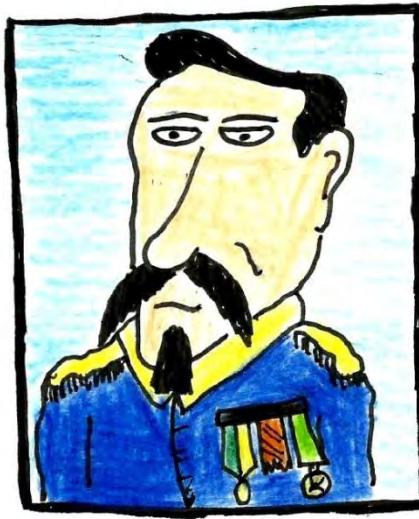
A REPÚBLICA DA ESPADA

República da Espada é o nome que recebe o primeiro período da primeira república que se estende de 1889 a 1894. República da Espada? Sim, recebe esse nome porque os dois primeiros presidentes da república eram militares: Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Estes dois primeiros governos tiveram como característica principal ações voltadas para a transição do regime monárquico para a república. Isso implicava na elaboração de uma nova constituição e na consolidação de novas instituições.



MARECHAL
DEODORO DA FONSECA



MARECHAL
FLORIANO PEIXOTO

A CONSTITUIÇÃO DE 1891

Para consolidar a república era necessário elaborar um novo conjunto de leis a partir de uma nova constituição. Em 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a primeira constituição da República. Fica esperto nos principais pontos:

- Modelo de administração presidencialista;

- Divisão da República em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.
Nesta constituição caiu o poder moderador dos tempos do império.;
- Criação de um sistema eleitoral caracterizado pelo direito ao voto aberto (Não secreto) podendo ser exercido apenas para homens, acima de 21 anos e alfabetizados;
- Estado Laico, ou seja, a separação entre Estado e religião.

OS PRESIDENTES DA ESPADA

Após a constituição o Marechal Deodoro deixou de ser um presidente provisório e passou a ser um presidente constitucional. Apesar de comandar a tomada do poder a transição republicana, o presidente Deodoro demonstrou ter poucas habilidades para negociar com os diversos grupos sociais nestes primeiros anos da república.

Acontece que não foi fácil consolidar a República, vamos ver porque? Os militares ocupavam a presidência e desejavam um regime republicano centralizado, ou seja, sem muita autonomia para os estados (no império se chamavam provincias). As oligarquias rurais, representadas pelo Legislativo, pretendiam um regime republicano federativo, ao contrário da centralização, queriam maior autonomia administrativa para os estados.

Deodoro protagonizou diversos atritos com o Legislativo. Após ser ameaçado de impeachment respondeu dissolvendo o congresso e decretando estado de sítio em 1891. O movimento anti-deodorista ganhou força quando eclodiu a Primeira Revolta da Armada em 23 de novembro deste mesmo ano. Esse movimento consistiu na ameaça de bombardeio da cidade do Rio de Janeiro por setores da Marinha que exigiam a renúncia de Deodoro.

O fracasso da política econômica do Encilhamento elaborada pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa e a possibilidade de uma guerra civil levou o presidente Deodoro da Fonseca à renúncia.

ENCILHAMENTO: Plano econômico elaborado pelo Ministro da Fazenda Rui Barbosa. Visou desenvolver o parque produtivo brasileiro e consolidar a mão de obra assalariada a partir da emissão de papel moeda e empréstimos bancários. Teve como resultado o aumento da inflação e da especulação

Com a renúncia do presidente, assumiu o seu vice Marechal Floriano Peixoto. Seu governo é marcado pelas medidas sociais que visavam resgatar o prestígio da República. Se liga nelas:

- Lei de Construção de moradias populares no Rio de Janeiro;
- Redução dos preços da carne e dos aluguéis;

Mesmo com apoio popular e uma base política mais sólida, o governo de Floriano Peixoto enfrentou inúmeros protestos da oposição. Isso se deve ao fato dele ter tido a sua posse questionada. Se liga só, a constituição de 1891 previa que qualquer presidente que não cumprisse dois anos de mandato deveria convocar novas eleições. Quando Deodoro renunciou tinha apenas 9 meses de mandato constitucional. O que aconteceu? Floriano assumiu, mas enfrentou algumas revoltas.

A Segunda Revolta da Armada explodiu no Rio de Janeiro, liderada pelo Almirante Custódio de Melo, fundamentada a partir da exigência de eleições imediatas.

No mesmo período, no Rio Grande do Sul uma ala da oligarquia rural se opôs ao governo apoiado pelo presidente Floriano Peixoto.

Floriano conseguiu derrotar as duas revoltas recebendo o apelido de Marechal de Ferro. Apesar dos obstáculos, o regime republicano acabou se consolidando. Ao término do mandato de Floriano ocorreu a primeira eleição da república e consequentemente o primeiro presidente civil foi eleito. Começa a partir de então a hegemonia das oligarquias rurais.

REPÚBLICA OLIGÁRQUICA

Trata-se do segundo período da primeira república e recebe essa denominação devido ao poder político estar sob o controle das oligarquias rurais. Você deve estar se perguntando, o que é uma oligarquia? O significado desta palavra consiste em “governo de poucos”. Se estamos falando de oligarquias rurais, isto quer dizer, que estamos nos referindo ao período onde o país foi governado por um grupo político ligado ao latifúndio, ou seja, aos grandes proprietários de terra.

Neste período o país foi governado por 11 presidentes entre os anos de 1894 e 1930.

CORONELISMO

A consolidação da República manteve a mesma estrutura agrária dos tempos do Império, isso porque as oligarquias rurais configuravam uma força importante do movimento republicano. Neste período, 70 % da população morava no campo e dividia-se entre uma camada camponesa marginalizada e os proprietários rurais.

Como vimos, a constituição de 1891 garantiu o direito ao voto, mas este era restrito aos homens alfabetizados acima de 21 anos. Neste meio rural, os fazendeiros acabavam por controlar as eleições devido a ausência de uma Justiça Eleitoral e eram conhecidos como coronéis. O coronel garantia a seus agregados à alfabetização (para estes terem direito ao voto), auxílio em caso de doenças e protegia suas famílias de qualquer confronto. Em troca, os camponeses garantiam o voto no coronel ou em algum candidato indicado por ele. Este voto era exercido abertamente e muitas vezes sob chantagens e ameaças. Este voto controlado pelos poderosos recebeu o apelido de “voto de cabresto” em referência à corda de couro que puxava o cavalo.

Existia alguma diferença entre o coronel e o oligarca? Sim, embora ambos pertencessem a mesma classe, o coronel era assim conhecido por comandar a política local e o oligarquia exercia influência a nível estadual e federal.

Este sistema político marcado pelo poder dos coronéis ficou conhecido como coronelismo.



POLITICA CAFÉ COM LEITE

O início da República Oligárquica foi marcado pelas disputas entre as oligarquias dos principais estados brasileiros. São Paulo que era o maior produtor de café e Minas Gerais que tinha o maior colégio eleitoral e era o maior produtor de leite. Para apaziguar essa disputa o presidente Campos Salles (1898-1902) elaborou um grande acordo político que ficou conhecido como Política dos Governadores. Este política consistia no apoio mútuo entre coronéis, oligarquias e governo federal. Por exemplo, o governo federal só reconhecia a vitória dos deputados que prestassem apoio ao governo desta forma os candidatos de oposição não eram diplomados.

Como consequência, o PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRM (Partido Republicano Mineiro) constituíram uma forte aliança na qual resultou no revezamento do governo federal. Até 1930 estes dois estados elegeram quase todos os presidentes. Podemos dizer que a Política dos Governadores gerou a Política do Café com Leite.

ECONOMIA AGRO-EXPORTADORA

Galera, já vimos que o poder político estava nas mãos dos grandes proprietários rurais, mas o que estas propriedade rurais produziam? A resposta é CAFÉ, CAFÉ e mais CAFÉ. A economia brasileira consistia em um modelo agrário exportador e para isso foi necessário construir uma política de valorização do café.

No início do séc. XX O Brasil produzia tanto café que por vezes superava a necessidade do mercado mundial. Quando isso ocorria o país sofria crises de superprodução. Para superar estas crises, os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro elaboraram um grande acordo que ficou conhecido como Convênio de Taubaté. Neste convênio, os estados se comprometiam a comprar todo o excedente da produção, ou seja, a parte da produção que não conseguissem vender. É claro que esta política favorecia apenas os grandes cafeicultores, pois garantia os ganhos dos produtores e socializava os prejuízos. O Convênio de Taubaté foi posto em prática durante o governo do presidente Afonso Pena em 1906.

Ao lado do café, outros produtos foram importantes durante a República Oligárquica. Podemos citar o ciclo da borracha (1879-1912) na região da Amazônia, local onde se encontravam as maiores reservas de seringais. Utilizando a mão de obra nordestina, a produção de borracha brasileira abastecia a indústria de bicicleta e automóveis do Estados Unidos e da Europa.

Já no estado da Bahia consolidou-se a produção do cacau que abastecia a indústria mundial de chocolate.

SURTO INDUSTRIAL

A acumulação de capitais proveniente da economia cafeeira e a necessidade de diversificação da economia brasileira gerou um surto industrial no início do sec. XX. Veja bem, ainda não podemos falar em política de industrialização, pois não temos neste período um projeto governamental de incentivo à indústria.

As primeiras fábricas que surgiram configuraram a chamada indústria leve, ou seja, a produção de bens de consumo têxteis e alimentícios. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1919) o Brasil acelerou o surto industrial dando início à política de substituição de importações.

Este processo é marcado pelo surgimento de novos atores sociais: a burguesia industrial e o proletariado urbano. A burguesia consistia nos proprietários das fábricas e o proletariado era formado por imigrantes assalariados.

Consequentemente as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro viveram um período de crescimento e urbanização marcado pela construção de grandes avenidas, surgimento do transporte de bondes e iluminação pública.

DECLÍNIO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

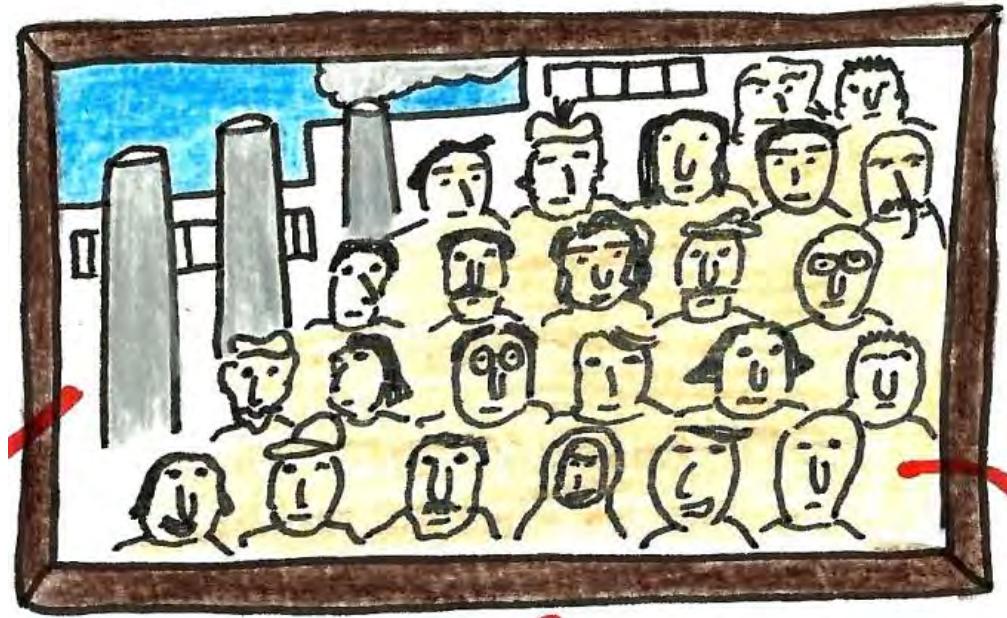
Neste tópico vamos abordar alguns movimentos que protagonizaram contestações, queixas, críticas e lutas durante a década de 1920 e contribuíram para o declínio da Primeira República. Consequentemente todos esses movimentos contribuíram para o processo que culminou na Revolução de 1930, ou seja, na queda do poder político das oligarquias rurais.

Movimento Tenentista: Dentre os movimentos relevantes da década de 1920, destacamos o Tenentismo. Este teve como protagonistas os jovens militares de patente baixa do exército e formou as fileiras da oposição ao poder oligárquico. A reivindicação dos tenentes continha um sistema universal de ensino e a criação de uma Justiça Eleitoral que pusesse fim às fraudes eleitorais e o voto de cabresto. Este movimento foi responsável por uma série de levantes armados que contribuíram para o fim do poder oligárquico. Entre estes levantes, citamos a

Revolta dos 18 do Forte (1922), a Revolução Paulista (1924) e a Coluna Prestes (1925-1927).



Semana de Arte Moderna: A vida cultural brasileira era voltada para a importação da arte europeia, ou seja, não refletia a vida social brasileira. Pensando nisso, um grupo de artistas organizou a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 1922. O movimento modernista ganhou destaque ao dar conteúdo brasileiro à estética cubista, expressionista e futurista. O movimento cultural também contribuiu com a crise política ao fazer duras críticas ao governo oligárquico que não incentivava o desenvolvimento cultural do Brasil.



Movimento Operário: O surto industrial e o surgimento da burguesia e do proletariado foram marcados pela ausência de qualquer regulamentação trabalhista. Desta forma eram comuns as longas jornadas de trabalho, baixos salários, trabalho infantil e o risco de acidentes nas fábricas. Na passagem do séc. XIX para o séc. XX a classe operária começou a se organizar para reivindicar a defesa dos direitos trabalhistas. Este período é marcado pelo surgimento dos primeiros sindicatos com fortes influências das ideias anarquistas e comunistas. Os marcos deste movimento são a Greve Geral de 1917 e a fundação do PCB (Partido Comunista) em 1922.



Reação Republicana: O descontentamento em relação a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais provocou divergências entre as próprias oligarquias. As oligarquias dos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro passaram a questionar a Política Café com Leite. Essa insatisfação gerou o movimento da reação republicana que enfrentou a aliança café com leite nos processos eleitorais a partir de 1922. Embora não tenha conseguido chegar ao poder, contribuiu para a crise política do final da década de 1920.

Lutas Populares: A República Velha também é marcada por inúmeras revoltas sociais. A miséria e a marginalização da população rural deram origens a movimentos de caráter messiânicos e violentos. A Guerra de Canudos (1896-1897), Revolta de Juazeiro (1911) e Guerra do Contestado (1912-1916) são exemplos de revoltas populares de enfrentamento ao coronelismo e ao mesmo tempo caracterizadas por elementos religiosos e lideranças messiânicas.

PARA SABER MAIS!

LIVROS:

Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi, José Murilo de Carvalho, 1987.

Nessa obra o historiador José Murilo de Carvalho sustenta a tese de que o povo assistiu a Proclamação da República de forma bestializada sem entender o que estava acontecendo. Livro de fácil compreensão e conteúdo interessante.

1889, Laurentino Gomes, 2013.

A obra do jornalista Laurentino Gomes traz detalhes interessantes das personalidades envolvidas na Proclamação da República.

FILMES E DOCUMENTÁRIOS:

A Guerra de Canudos, Sérgio Rezende, 1997

O filme conta com grande elenco, isso quer dizer que os atores são conhecidos. Aborda o movimento popular messiânico, liderado por Antônio Conselheiro, ocorrido no nordeste brasileiro e duramente reprimido pela Primeira República. Tu encontra ele completo no youtube!

Abril Despedaçado, Walter Salles, 2001

O filme é ambientado no ano de 1910 e traz a temática do coronelismo e da violência nas disputas pela posse das terras.

REFERÊNCIAS

PILETTI, NELSON. PILETTI, CLAUDIO. HISTÓRIA E VIDA: DA PRÉ-HISTÓRIA À IDADE MÉDIA, VOL. 3, ED. ÁTICA, 1995.

SILVA, FRANCISCO DE ASSIS. HISTÓRIA DO BRASIL – 2 IMPÉRIO E REPÚBLICA, VOL. 3, ED. MODERNA, 1994.

[HTTP://BRASILESCOLA.UOL.COM.BR/HISTORIAB/PROCLAMACAODAREPUBLICA.HTM](http://BRASILESCOLA.UOL.COM.BR/HISTORIAB/PROCLAMACAODAREPUBLICA.HTM)
CONSULTADO EM 12/03/2017.

[HTTP://MUNDOEDUCACAO.BOL.UOL.COM.BR/HISTORIADOBRASIL/ECONOMIA-CAFEEIRA.HTM](http://MUNDOEDUCACAO.BOL.UOL.COM.BR/HISTORIADOBRASIL/ECONOMIA-CAFEEIRA.HTM) CONSULTADO EM 12/03/2017.

[HTTP://WWW.SUAPESQUISA.COM/REPUBLICA/REPUBLICA_ESPADA.HTM](http://WWW.SUAPESQUISA.COM/REPUBLICA/REPUBLICA_ESPADA.HTM) CONSULTADO EM 12/03/2017

PARTE II

HISTÓRIA

02

ERA VARGAS

meSalva!

ERA VARGAS

INTRODUÇÃO

Seja muito bem-vindo, estudante do Me Salva! Esta apostila foi preparada para você e, a partir dela, poderemos compreender um pouco melhor algumas questões do período brasileiro em que a política foi chefiada por Getúlio Vargas. Nessa apostila, veremos um pouco sobre o início do primeiro regime varguista, como ele chegou ao poder, suas ambições, suas ideias e as ideias de quem o acompanhava nessa trajetória.

Veremos com maior atenção o primeiro governo de Vargas e, com um pouco menos de enfoque, o segundo. Há algumas razões principais para isso. Primeiro, porque as reviravoltas do primeiro governo de Vargas são muito fortes. Diz-se pela historiografia que o regime varguista iniciado em 1930 formulou, no mundo político, uma verdadeira revolução. Mas ao mesmo tempo, fala-se desse momento como a instauração de um golpe, seguido de uma ditadura. Segundo, porque desvelar alguns conceitos (e pré-conceitos) que existem sobre a imagem de Getúlio Vargas é, talvez, o principal enfoque quando estudamos sua trajetória no universo político brasileiro. Por isso seu primeiro governo normalmente é mais estudado, mais discutido e, como resultado disso, tem um maior peso durante concursos públicos, que, afinal de contas, também é uma preocupação sua e minha.

A proposta geral desta apostila é mesclar os interesses profissionais e relativos à cidadania de cada estudante do Me Salva, porque entendemos que a educação é coisa séria e a História de um país precisa ser construída de braços dados com a educação, a fim de que exista uma espécie de “gancho” ligando sua trajetória profissional com seu universo intelectual, voltado à construção de cidadania, para melhorar nossa sociedade.

Portanto, sem mais conversas introdutórias, te convido a ingressar no maravilhoso mundo da História. Mas lembre-se sempre: para essas personagens históricas que vamos estudar, somos pessoas do futuro; nossas ideias, nossos julgamentos, nossas perspectivas, são sempre perspectivas de pessoas de um outro tempo. Analisar o que se passou no passado, só pode ser algo bem feito, quando analisamos com uma perspectiva histórica, entendendo que somos filhos de nosso tempo, assim como aquelas pessoas eram filhas de tempo delas também. Boa leitura, bons exercícios e boa reflexão!

Prof. Evandro Machado Luciano

O COMEÇO DE UMA ERA



Para começar nossa conversa, vamos dividir os elementos que levaram à chegada de Getúlio Vargas ao poder em dois pontos. O primeiro ponto que quero discutir, muito brevemente, é internacional.

A partir de 1920, com o final da Grande Guerra Europeia, o mundo via o nascimento de uma nova forma de **capitalismo**. Esse novo capitalismo dizia que todas as pessoas poderiam ter acesso a quaisquer bens que desejassesem. Isso incentivou muitas pessoas a comprarem imóveis, automóveis, gastarem muito dinheiro, inclusive o dinheiro que não tinham. No ano de 1929, por conta de um excesso de gastos e muitos problemas nos investimentos a longo prazo, a maior bolsa de valores do mundo, fixada nos Estados Unidos da América, quebrou. Esse fato, aparentemente isolado, fez com que o mundo inteiro mergulhasse em uma depressão econômica, ou seja, o sistema capitalista mundial entrou em crise e os efeitos foram devastadores.

Sugiro começar por aí, já que o Brasil é um país inserido no sistema capitalista e dialoga com o restante do mundo. Sendo assim, não seria estranho pensarmos que essa crise teve efeitos aqui: e não foram poucos! Mas o que merece a nossa atenção agora é o efeito político. E assim, entramos no segundo ponto que quero abordar.

Até 1929, a política brasileira era caracterizada por dividir os espaços de poder entre Minas Gerais e São Paulo. Isso quer dizer que somente os dois estados mandavam no Brasil? Não. Os estados articulavam políticos do país inteiro, como se fossem elementos-chave de duas organizações políticas diferentes. Alguns estados ficavam ao lado de Minas Gerais e outros estados ficavam ao lado de São Paulo. A turma de Minas gerais indicava um presidente a ser eleito. Havia uma votação nacional (que não abordaremos aqui, mas que era fraudada na maioria das vezes) e o presidente de Minas Gerais assumia. No pleito seguinte era a vez de São Paulo indicar o presidente, e o mesmo acontecia. Esse acordo nacional ficou conhecido como Política do Café com Leite.

Mas a história é feita de continuidades e rupturas. Em 1929 uma dessas rupturas aconteceu. Dois candidatos à presidência se destacaram no cenário nacional, e o pacto do café com leite teve um grande impasse. O “presidente da vez” deveria ser Júlio Prestes, homem que representava o então presidente Washington Luís. Mas do outro lado da disputa havia Getúlio Vargas, homem vindo do seio do exército, advogado e com uma carreira política inquestionável para os moldes da época. A campanha de Vargas foi forte, assim como a de Prestes. O candidato do governo venceu a disputa eleitoral com uma margem considerável. Mas lembra que eu comentei que as eleições eram comumente fraudadas? Vargas acusou Prestes de ter fraudado as eleições e mais um fato acirrou esta disputa: o candidato a vice-presidente de Vargas, João Pessoa, foi assassinado em seu estado, Paraíba. Naquele momento, Prestes foi acusado de ter mandado matá-lo. Todo esse cenário político complexo gerou uma tensão no Catete.

Em 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas tomou o poder da República e declarou-se presidente eleito. Esse fato gerou, obviamente, revolta por parte da oposição, que acusou o feito de Golpe. Acontece que Vargas contava com o apoio de boa parte do Exército, que garantiu sua estadia na presidência. Esse movimento de 1930 iniciou uma das maiores mudanças que o Brasil sofreu nos últimos séculos. Tanto é, que os livros de história dividem a periodização republicana brasileira entre Primeira República e (o que veremos mais tarde) Estado Novo, ou, Nova República, como podemos encontrar em alguns livros.

#REFLETINDO 1

Sobre a instauração do regime varguista em 1930, normalmente surgem algumas questões nos concursos. Vejamos esse exemplo da UDESC, com a prova aplicada em 2008. Reflita sobre o que vimos até aqui e responda:

A Revolução de 1930 marcou a história republicana brasileira, que passou a ser dividida, a partir de então, entre República Velha e República Nova. Sobre esse episódio, leia e analise as afirmativas abaixo.

I - Denomina-se Revolução de 1930 o movimento armado que depôs o então presidente da República Washington Luiz Pereira de Souza, pouco antes do término do seu mandato.

II - Getúlio Vargas não tomou parte nesse movimento, assumindo uma postura legalista e democrática, que marcaria sua história política.

III - O objetivo principal desse movimento era impedir a posse de Júlio Prestes, que havia derrotado a chapa de Getúlio Vargas e João Pessoa nas eleições presidenciais de março de 1930.

IV - Os protagonistas desse episódio esforçaram-se por ampliar o significado da Revolução, investindo na idéia de República Nova como ruptura em relação à República Velha, e associando o regime instalado em 1930 à ideia de Brasil moderno.

V - A Revolução de 1930 marcou a história republicana brasileira ao romper com o controle oligárquico do poder político e inaugurar uma longa fase de governo democrático, somente rompida com o Golpe de 1964.

Assinale a alternativa correta em relação às afirmativas.

- a) Somente as afirmativas I, II, III e IV são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas II, IV e V são verdadeiras.

- d) Somente as afirmativas II, III e V são verdadeiras.
- e) Todas as afirmativas são verdadeiras.

A REVOLUÇÃO DE UM LADO, A REVOLTA DO OUTRO

Nem tudo são flores na política. O movimento de 1930 demonstrou isso para todos nós. Quando Vargas assumiu o poder, iniciou um processo de desmantelamento das velhas ordens políticas tradicionais. O que isso quer dizer, na prática? Se antes, com a política do café com leite, com as formas de coerção tradicionais dos **Coronéis** e com os níveis de fraude política, a democracia brasileira não era tão democrática assim, a promessa de Vargas era de recuperar essa democracia. Claro que nem tudo o que um político diz é, necessariamente, o que ele vai fazer.

Não é possível dizer que Getúlio democratizou o Brasil em 1930. Ele instaurou uma ditadura; não havia eleição, não havia participação popular no governo, etc. Mas também, diz-se de seu governo, que ele instaurou um processo de **Revolução** na política brasileira. Isso porque suas principais ideias estavam voltadas à forma de administrar o Brasil. Mas vamos com calma.

Antes de Vargas, a administração pública era dividida entre os estados. Ou seja, cada estado tinha autonomia política e administrativa ao seu modo, sem precisar se reportar ao presidente da república. Isso até poderia ser bom, mas os estados normalmente utilizavam essa autonomia para cometer irregularidades, como a promoção de coronéis que fraudavam eleições na base do Voto de Cabresto. No processo de Revolução, Vargas centralizou o poder político, econômico e administrativo. Em outros termos, dizemos que Getúlio Vargas passou a mandar em tudo, e os estados precisavam se reportar a ele, antes de fazer qualquer coisa. Um governo centralista, antidemocrático, autoritário e, ao mesmo tempo, revolucionário. Estranho, não?

Pois é aqui que mora um dos principais dilemas da historiografia e que normalmente gera um grande debate.

REFLETINDO #2

Vamos ler o que pensava Jacob Gorender sobre a Revolução de 1930:

“Antes de mais nada, desejo me manifestar sobre essa expressão Revolução de 30, que se generalizou no jornalismo, na retórica e até nas teses acadêmicas. É uma expressão da qual eu discordo, porque não creio que tenha havido em 30 uma revolução, no sentido científico da palavra, isto é, uma transformação tão profunda que atingisse a base econômica da sociedade, varrendo relações de produção e instaurando novas relações de produção. Nem na esfera do Estado creio que tenha havido uma mudança tão radical quanto a derrubada de uma classe dominante antiga e a ascensão de uma nova classe revolucionária ao poder.

Mas isso não significa que eu considere que 30 foi uma página em branco na História do Brasil. Verificou-se, naquele ano, um movimento político-militar que marca um período, um antes e um depois, e no bojo do qual surgiram tendências, cujo desenvolvimento nós presenciamos até hoje. Penso que o movimento político-militar de 30 cumpriu, em primeiro lugar, uma função destrutiva de grande importância. Apeou do poder do Estado os proprietários rurais, os cafeicultores que dominavam a Primeira República e que, pelo estilo de governar e pela política econômica que imprimiam, já constituíam um estorvo ao desenvolvimento do país.

No seu lugar, ascende outro setor da classe dos proprietários rurais, uma composição de setores nos quais prevaleciam aqueles que tinham uma ligação maior, a meu ver, com o mercado interno e que, por isso, puderam mostrar-se mais sensíveis a um projeto de industrialização do país. Eles foram sendo ganhos para a industrialização capitalista, à medida que a própria burguesia industrial ganhava força e influência no aparelho de Estado, porque, evidentemente, eu não compartilho a idéia de que a Revolução de 30 foi uma revolução burguesa.

Referindo-me, especificamente, às consequências da Revolução de 30, ou do movimento político-militar de 30, na

organização do Estado brasileiro, eu acredito que se poderia sumarizar essa influência da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, me parece que o movimento político-militar de 30 deixou completamente intocado o campo, onde viviam, naquela época, cerca de 70% da população brasileira. Não se tocou nas oligarquias rurais, como aconteceu com as salvações do governo de Hermes da Fonseca. As oligarquias aliadas à Primeira República foram postas abaixo e vieram à tona novas oligarquias. Os tenentes se compuseram com as oligarquias em todos os Estados. Nesse aspecto, então, o movimento não trouxe nada. Mas isso não significa que em outros aspectos ele não trouxe alguma coisa. Em primeiro lugar, a centralização autoritária. Não porque fosse uma ideologia dos próprios tenentes – e era de fato. Não porque o próprio Getúlio, com a sua formação positivista, castilhista e influenciado pelas idéias do fascismo italiano, tendesse para isso. Mas, porque as próprias exigências da época conduziram nesse sentido”.

(Adaptado de: Jacob Gorender, Um Estado a serviço do capital, Folha de S.Paulo, 19/10/1980, Folhetim.)

Pensando na argumentação do historiador acima, reflita sobre a relevância do Movimento de 1930 e sobre o porquê de Gorender dizer que, para ele, não foi uma Revolução? Depois de responder, voltaremos a discutir um pouco mais sobre o processo de governabilidade de Vargas.

COMO SE LEGITIMA UM GOLPE?

Se considerarmos que Vargas deu um Golpe de Estado e assumiu o poder irregularmente, mesmo promovendo uma revolução no mundo político, como ele conseguiu se sustentar por tanto tempo no poder.? E aí que precisamos voltar a falar da crise instaurada em 1929, ou, a Grande Depressão. Lembra que falamos dela no início da apostila? Pois então, com a crise, o país estava passando por momentos delicados no âmbito

econômico. Nossa principal produto, o café, foi desvalorizado, e foi preciso queimar sacos de café em praça pública para que não se perdesse o dinheiro que vinha dele¹. Todo um sistema estava desmoronando. E o que é preciso quando uma pátria está em crise? Um salvador da pátria! Sempre, em todos os momentos em que nós vivemos uma crise nacional, surge uma pessoa que se diz o salvador da pátria (lembre que a crise atual do Brasil também tem seus candidatos a salvadores da pátria, nem sempre bem intencionados!).

Por isso é possível dizer que, de modo bem geral, a crise ajudou Getúlio a se manter no poder, porque com um governo forte, centralizado, autoritário e antidemocrático, sem margem para contestações, o Brasil tentou se reestruturar. E a imagem que Getúlio passava para as pessoas era a de um bom homem, que fazia de tudo para os pobres.

É claro que nem todas as pessoas acreditavam nisso! Logo após o golpe de 1930, algumas pessoas dos mesmos grupos que ajudaram a se efetivar o golpe, pediram novas eleições. A situação ficou tão complicada que, em 1932, estourou uma revolta, protagonizada por militares contrários à ditadura de Vargas, chamada de Revolta de 1932, ou, Revolta Constitucionalista. A ideia dos revoltosos, como o nome já diz, era criar uma nova Constituição no país. A constituição vigente até aquele momento era a primeira da República Brasileira, datada de 1891. Passado o calor da revolta, dois anos depois, Getúlio assinou a segunda Constituição Brasileira, agora datada de 1934.



Ainda não era uma Constituição ideal de um governo que se dizia democrático, mas que não aceitava eleições presidenciais. Mesmo assim, depois de uma certa reestruturação econômica, pode-se dizer que o regime ditatorial de Getúlio Vargas se legitimou pela nova Constituição.

¹ Essa é uma lógica meio complicada de se entender. De modo geral e superficial, é possível dizer que ao queimar o café, destruindo o produto, a inflação não atingiria o Brasil tão fortemente.

GOVERNANDO ENTRE INIMIGOS: COMUNISTAS E INTEGRALISTAS

A aparência democrática do governo Vargas depois da Constituição de 1934 foi desmascarada um ano depois. Isso porque dois movimentos de oposição ao governo de Vargas tiveram fins arbitrários nos anos que se seguiram à assinatura da Magna Carta². De um lado a AIB (Ação Integralista brasileira) e de outro a ANL.



O movimento AIB, também conhecido como Integralismo, tinha sido fundado em 1932, no seio da discussão sobre os rumos do Brasil. Suas pautas se equiparavam às pautas do fascismo. Com uma postura de ultradireita, extremamente nacionalista, e com um espírito mais antidemocrático do que o próprio Vargas, os Integralistas tinham na figura de Plínio Salgado seu principal líder. Durante um certo tempo eles tiveram forte diálogo com o governo Vargas (quando este precisou daqueles), mas em 1937, num corte profundo e sem piedade, Getúlio Vargas mandou fechar as portas do movimento integralista. Mas não seria a primeira vez que isso acontecia.

Em 1935 Vargas mandou fechar outra organização que servia de contraponto a seu governo, a ANL, Aliança Nacional Libertadora. Formada principalmente por membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922, a ANL tinha como pauta principal a derrubada do governo de Vargas para que assumisse um governo mais voltado à esquerda política, preferencialmente Comunista. Depois de acusados de conspirar contra o governo, a ANL foi fechada, seus membros foram presos, torturados e exilados. A figura de Luís Carlos Prestes (que não tinha nenhuma relação com o Júlio Prestes) foi perseguida por Vargas durante alguns anos. Esse episódio ficou conhecido como "Intentona Comunista".

² Outra forma de chamar a "Constituição", mas mantendo o mesmo sentido, se referindo ao mesmo documento.

O GOLPE DENTRO DO GOLPE

Dois anos depois do acontecimento comunista, mais um fator alterou a situação política brasileira, dinamizando as relações do governo.

Em 1937, Getúlio Vargas tinha um plano para continuar no poder sem precisar passar por novas eleições: o Plano Cohen.

Esse plano só foi descoberto muitos anos depois. A ideia era a seguinte: lançar na mídia (rádio, jornais, etc.) a notícia de que duas cartas foram encontradas; nessas cartas estavam planejados novos levantes comunistas no país, com a ideia de matar Vargas e tomar o poder, instaurando o comunismo no Brasil. É claro que hoje sabemos que essas cartas eram falsas, mas na época, com o país mergulhado no medo do comunismo, que já havia tentado um levante dois anos antes, as cartas pareciam verdadeiras. Por isso, Vargas mandou fechar o Congresso nacional, local onde ficam os responsáveis pelo poder Legislativo. A desculpa foi: "quanto mais o poder estiver sobre mim, melhor".

Assim se iniciava uma ditadura completa. Sem o congresso para fazer leis e sem o judiciário para cuidar que as leis fossem mantidas, somente uma pessoa mandava no país e essa pessoa era Getúlio Vargas. Ele mandou acabar com todos os partidos, passou a perseguir inimigos políticos, acirrou a disputa pelos sindicatos, e criou uma nova Constituição, rasgando a constituição de 1934.

Construiu-se uma ideia na historiografia, de que esse foi o momento em que Getúlio Vargas deu um golpe dentro do golpe. De 1937 até 1945 o Brasil passou por um período de ditadura como qualquer outro, em termos de autoritarismo. E como qualquer outro, precisava de legitimação. Por isso o ditador Getúlio criou o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda. Esse órgão do governo, num modelo único no Brasil de propaganda da ditadura feita pela ditadura, foi responsável por mascarar, enganar a população, dizendo que nada havia mudado e que a democracia ainda estava de pé³. É claro que durante muito tempo esse discurso funcionou.

Vargas foi perspicaz ao pensar numa propaganda para legitimar seu governo. E para além de manter a ordem num universo social, ele tinha ambições de manter uma boa relação com os trabalhadores.

³ Não podemos esquecer que, para além do DIP, um órgão de controle e censura do regime de Vargas, a legitimação de uma ditadura se dá nos meios daquela sociedade, através de influência da elite, de intelectuais (católicos, no caso de Vargas) e com forte influência da economia.

REFLETINDO #3

Atenção, o exercício abaixo foi retirado de uma prova de vestibular da Universidade do Amazonas:

“Este é tempo de partido,
tempo de homens partidos.

Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.

A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.

As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra”.

Em “Nosso tempo”, poema publicado em 1945, Carlos Drummond de Andrade revela o estado de ânimo da parcela mais consciente da sociedade brasileira, recém-saída do regime político, que iniciara em 1937, conhecido sob o nome de Estado Novo e comandado pelo presidente Getúlio Vargas. Sobre o regime estadonovista, é correto afirmar que:

- a) Foi um regime de inspiração fascista, que restringiu a liberdade de imprensa e suprimiu a autonomia dos Estados da federação.
- b) Foi um regime de inspiração fascista, que desenvolveu o sentimento de exaltação patriótica, cujo estímulo vinha da ideologia liberal.
- c) Foi um regime de inspiração fascista, cujo principal órgão administrativo (DASP) controlava não apenas todos os serviços públicos, mas também as centrais sindicais.



- d) Foi um regime de inspiração fascista, que proporcionou uma política protecionista e nacionalista, atraindo os investimentos dos grandes proprietários rurais.
- e) Foi um regime de inspiração fascista, que recebeu o apoio de grupos civis e militares nacionais e estrangeiros para a manutenção das políticas liberais.

PARA SABER MAIS

Livro:

- ✓ *Prestes, um revolucionário entre dois mundos*. Daniel A. Reis, 2014.

Estudar a história de Vargas é também estudar a história de diversos grupos políticos brasileiros, assim como a trajetória de vida de algumas personalidades políticas importantes. Sem dúvida, Luís Carlos Prestes é uma dessas personalidades que merecem um estudo mais aprofundado. Este texto do historiador Daniel Aarão Reis é muito importante e cativante. Recomendo!

Filme:

- ✓ *A ópera do malandro*. Dir. Ruy Guerra, 1985.

O filme é uma adaptação do musical de Chico Buarque, com o mesmo nome. A história de um malandro carioca, uma travesti que se apaixona por um militar e uma donzela que se envolve com o malandro, dão o tom para uma história que conta muitas características do Estado Novo. Baita filme! (principalmente para quem gosta de samba).

A VOZ DO TRABALHADOR: UM GRITO DE CONCILIAÇÃO

“Circunstâncias inesperadas podem deslocar o nível dos problemas: a falta de matéria prima, de transporte, de mercados, de combustível – que são indisfarçáveis realidades presentes – constituirão forças maiores, fatais ao mesmo tempo para o trabalho e o capital, se não houver esforço espontâneo e trabalho comum para vencê-las”

O texto acima foi escrito pelo próprio Getúlio Vargas em 1943. Ele escreveu isso quando seu Ministro, Marcondes Filho, lançou um livro chamado “Trabalhadores do Brasil”, em que contava o sucesso do programa em que ele falava diretamente aos trabalhadores pela rádio. A frase de Vargas “esforço espontâneo e trabalho comum” revelam qual foi sua principal ideia de governo: conciliação!

Getúlio Vargas é tido até os dias atuais como o “pai dos pobres”, o presidente dos trabalhadores, o homem que criou as leis trabalhistas. De fato, em 1943 Getúlio promulgou a primeira organização de leis trabalhistas do Brasil, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Ainda hoje a CLT é importante para os trabalhadores. Sua fama de pai dos pobres e dos trabalhadores lhe rendeu uma grande herança no Brasil, mas falaremos melhor disso depois. Basta, por ora, sabermos que Vargas criou um personagem, o personagem POPULISTA.

Este termo, Populista, ainda que seja utilizado hoje em dia com muita frequência, é um conceito que só se aplica para o período de Vargas, pois o populismo era uma forma de fazer política baseada na proteção dos produtos industriais internos, baseado num nacionalismo típico daquele período, na conciliação entre diferentes setores da sociedade, etc. Vargas foi um populista no Brasil assim como Perón foi na Argentina e Cárdenas no México.

Agora é preciso ter noção de que, Vargas, como governante de uma ditadura, não admitia oposição. Assim, se ele se dizia ou pensava ser o comandante do trabalho no Brasil, não haveria espaço para outros movimentos que disputassem este posto. Por isso é que no período governado por Getúlio, o país sofreu algumas mudanças legislativas no que diz respeito à representação de trabalhadoras e trabalhadores, em outros termos, no que diz respeito aos sindicatos.

Durante a Primeira República, também chamada de República Velha, os sindicatos foram duramente perseguidos pelos governos chamados de “democráticos”. Desde a fundação dos primeiros sindicatos, os líderes sindicais eram tidos como inimigos do Estado, perseguidos, exilados ou mortos. Quando Getúlio assumiu o poder, sua ideia era pôr fim nessa tensão política entre patrões e empregados e por isso criou um sistema que aproximava os sindicatos do governo.

Claro que este sistema não era o melhor do ponto de vista dos sindicalistas. Muitos que se opuseram à aproximação e ao diálogo, foram perseguidos, torturados e mortos. Mas o fato é que, no governo de Getúlio Vargas, uma nova relação entre sindicatos e Estado foi estabelecida. Essa relação perdurou até o final de outra ditadura, a dos Civis-militares de 1964. Mas aí já é outra conversa.

TRABALHISMO E DESENVOLVIMENTISMO

Getúlio Vargas foi o responsável por dois outros movimentos, um político e ou outro econômico. Do ponto de vista político, sua participação foi fundamental para criar o movimento Trabalhista, ou seja, um movimento, que depois teve representação de um partido que procurava se alinhar à pauta dos trabalhadores, isto é, os trabalhistas queriam que houvesse um governo voltado aos trabalhadores e empresários, numa lógica de pensamento conciliatório.

O outro movimento iniciado por Vargas, mas que só teve maiores repercussões nos anos de 1950 e na ditadura civil-militar, foi o desenvolvimentismo. Este já era voltado ao universo econômico e buscava promover a industrialização brasileira, a produção em massa e a urbanização.



Em 1945, porém, forças políticas que se opunham ao regime de Vargas e atuaram contra ele utilizando meios como: jornais, rádio, etc. Por uma pressão muito forte, Vargas foi afastado do poder, acusado de ser um ditador antidemocrático (lembrando que o Brasil estava voltando de uma guerra que tinha acontecido nos países em que a democracia estava efervescente! Será que isso teve algo a ver?).

REFLETINDO #4

Essa questão foi aplicada em uma prova de vestibular da Universidade Federal de Mato Grosso:

Sobre a caracterização do Populismo na política brasileira durante a Era Vargas, considere:

I – Expressão da emergência das classes populares no cenário político das primeiras décadas do século XX.

II – Resultado da crise aguda do sistema liberal-oligárquico após 1929.

III – Ação deliberada das forças de oposição a Vargas, interessadas na desestabilização de seu governo.

IV – Efeito do surgimento do sindicalismo de resultados, organizado para ampliar os avanços sociais da classe trabalhadora.

São características do Populismo no Brasil:

- a) III e IV, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

PARA SABER MAIS

✓ Livro: a invenção do trabalhismo, Ângela de Castro Gomes. 1988.

A autora é uma autoridade no Brasil quando se fala de Era Vargas. Nesse livro, ela desvenda o conceito de Trabalhismo, a ideia de aplicar esse conceito no Brasil e como o governo de Getúlio Vargas se beneficiou dele.

O FIM DE UMA ERA?

A partir de 1945, o Brasil não foi mais governado por Vargas. Sua participação política na presidência só voltaria a acontecer em 1950. Mas nessa época, Vargas precisaria de um partido político para disputar as novas eleições que aconteceriam. Por isso, o recente PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) foi fundamental. O programa do partido era o mesmo do movimento trabalhista organizado por Vargas desde seus últimos anos como presidente.

Depois de uma campanha esmagadora, Vargas se elege com uma grande diferença de votos. Entretanto havia uma oposição que desconfiava de Getúlio, dizendo que ele disputava as eleições apenas para voltar ao poder e deflagrar um novo golpe. Uma dessas figuras era Carlos Lacerda, um jornalista que aparecia diariamente na televisão para desmoralizar Getúlio. É dele a famosa frase:

"Getúlio não pode se candidatar. Se o fizer, não pode vencer. Se vencer, não pode assumir. Se assumir, não pode governar".

Mas Getúlio venceu e seu segundo governo, agora democrático e dentro da nova Constituição, assinada em 1946⁴, foi muito produtivo. Foram criadas diferentes empresas nacionais, setores desenvolvimentistas, etc. O que não se esperava era sua interrupção precoce. Em 1954 Vargas foi, novamente, acusado de tentar dar um golpe e na noite de 24 de agosto, foi encerrado pelo Exército, e forçado a renunciar. Vargas não renunciou; trancou-se em seu quarto no palácio do Catete e tirou a própria vida com a bala de um revólver Colt, calibre 32.

Assim se encerrava o período brasileiro comandado por Getúlio Vargas, depois de 15 anos ininterruptos no poder, 5 anos nas sombras e mais 4 no governo democrático.

Contudo, a morte de Getúlio Vargas não significou o fim da Era Vargas. Digo isto porque todas as ações de Vargas no governo repercutiram, de alguma forma, no Brasil que ficou depois de sua morte. O modelo oficial de sindicatos, representações políticas e jurídicas dos trabalhadores, vinculados ao governo, perdurou até o final dos anos de 1970, com aquilo que ficou conhecido como "novo sindicalismo". O modelo desenvolvimentista brasileiro, focado na produção em massa, o nacionalismo, e a ideia de industrialização do país, só foram

⁴ A constituição de 1946 foi chamada de "Polaca" pois se inspirava nos moldes constituintes da Polônia. É considerada uma das melhores constituições brasileiras no que diz respeito à organização jurídica de seus termos, com poucas margens para interpretações diferentes.

superados nos governos de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1996. De fato, uma das primeiras falas de Fernando Henrique Cardoso, ao assumir a presidência da república, foi: "No meu governo terá fim a Era Vargas".

Todas essas discussões que realizamos sobre a permanência de elementos do governo Vargas na política e na economia brasileira, são resumidas em uma palavra: herança. É comum, na política, se dizer que João Goulart, Brizola, e tantos outros políticos são herdeiros de Getúlio Vargas. São herdeiros políticos, herdaram a sua forma de fazer política, pautados pelo trabalhismo, pela lógica da conciliação de classes, etc.

Todavia, a maior herança de Vargas, que vai de encontro a ideia de que sua Era acabou no Governo de Fernando Henrique Cardoso, é a Consolidação das Leis Trabalhistas, um documento que foi assinado em 1943 e que ainda tem validade, e mais, ainda tem legitimidade. Permanece no imaginário popular uma concepção de que a CLT é a única forma de proteger os direitos trabalhistas e que ela é a salvação dos trabalhadores. Independente de isto estar correto ou não, o fato é que a imagem de Vargas é tão forte e sua marca foi tão incrustada na sociedade brasileira, que até hoje existem governantes que tentam romper com sua Era.

REFLETINDO #5:

Observe a seguinte charge:



Agora, pensando em tudo o que vimos até aqui, nas rupturas e continuidades da História do Brasil, proponho que você exerce sua escrita refletindo sobre a “Herança” de Vargas no mundo do trabalho brasileiro.

Escreva um texto argumentativo, defendendo a sua posição no que diz respeito às mudanças trabalhistas sob o comando da administração de Michel Temer. Lembre-se de apresentar argumentos que indiquem uma continuidade no pensamento trabalhista surgido no governo Vargas e debatendo a atual situação dessa lógica de pensamento.

Esse é um último exercício do nosso Refletindo. Portanto, não é necessário mostrar a ninguém seu texto, apenas servirá como um “ensaio” para possíveis textos argumentativos que você possa vir a escrever!

Então, mãos à obra!

PARA SABER MAIS

Livros:

- ✓ *PTB: do getulismo ao reformismo*. Lucília de Almeida Neves Delgado, 1989.

Delgado é uma dessas historiadoras que, quando lemos, nos apaixonamos por sua escrita. Nesse livro ela apresenta um partido criado no seio do movimento varguista, mas que passa por diferentes fases. É um livro importante para quem gosta de política e quer entender um pouco sobre a formação da política brasileira contemporânea.

- ✓ *Getúlio*. Juremir Machado da Silva, 2004.

Juremir, certa vez, falou que se consideramos que a maioria dos textos históricos carrega em si uma mentira, porque não escrever um livro de mentiras que carregam em si algumas verdades? Assim sendo, se achamos que Getúlio Vargas é um personagem que jamais será compreendido na sua totalidade, Juremir nos apresenta um romance, uma



ficção em que Getúlio Vargas é pintado com bons toques de verdade histórica. Importante para quem acredita que é possível ler História de outras formas.

Filmes:

- ✓ *Getúlio*. Dir.: João Jardim, 2014.

O filme narra os últimos momentos de vida do presidente Getúlio Vargas. Se passa, basicamente, dentro do Palácio do Catete. É importante ser assistido, porque problematiza muitas questões importantes para entendermos a morte de Vargas, as possibilidades de um golpe militar e a força da oposição ao presidente.

CURIOSIDADES #1

Antes de cometer suicídio, Getúlio Vargas deixou uma carta de despedida. Este é um dos documentos mais analisados de sua vida. Isso acontece, porque nesta carta Getúlio abriu seu coração, dizendo o porquê de se matar naquela altura de sua vida e quais as razões para ter realizado seus feitos políticos. Na carta, ele afirma que foi levado a tirar sua própria vida pois amava mais o Brasil do que a si mesmo. Se ele não fizesse isso, o país teria sofrido um golpe militar em 1954, de acordo com a carta.

O mais interessante é que, já se sabe pela historiografia, que se Getúlio não tivesse se matado naquele ano, os militares já teriam tirado seu poder e deflagrado a Ditadura Civil-Militar. A morte de Getúlio, além de tudo o que acarretou, atrasou um golpe em dez anos, já que os militares o fizeram em 1964.

CURIOSIDADES #2

Sabe-se atualmente - e isso é fruto do trabalho de bons historiadores - que Getúlio Vargas dialogava com diferentes setores, inclusive com suas oposições. Não é incomum encontrar documentos que comprovem o diálogo entre o

presidente e os Fascistas do Integralismo ou os Comunistas. Reza a lenda que Vargas chegou até a contatar Prestes para acabar com o cangaceiro Lampião.

RESOLUÇÕES #REFLETINDO

1 - RESPOSTA: B

Por que esta questão deve ser respondida com a letra B?

Vejamos: A primeira afirmação do enunciado é verdadeira na medida em que o Golpe de 1930 (também chamado de revolução) aconteceu antes de Júlio Prestes assumir sua posição na presidência da república. O presidente até então era Washington Luiz. A segunda afirmação está errada: Getúlio foi um dos membros desse movimento - ainda que se discuta sua real participação no golpe. O detalhe é que seu primeiro governo não foi em nada democrático, caracterizando-se por uma ditadura. Já a terceira afirmação do enunciado é correta, na medida em que o significado do golpe era, justamente, impedir a posse de Júlio Prestes, candidato a presidente que venceu o pleito. A quarta alternativa também está correta, já que a ideia de uma Nova República foi investimento dos que tomaram o poder, algo que se difunde ainda hoje. Mas a última alternativa não é correta, pois a Revolução rompeu com o governo oligárquico do café-com-leite, mas não inaugurou um regime democrático, pelo contrário, só fez diminuir a participação social democrática. Por fim, apenas as afirmações I, III e IV estão corretas.

2 - Essa resposta depende de cada estudante, mas em linhas gerais, o argumento de Gorender é de que não é possível chamar o acontecimento de “revolução” porque não houve, de fato, uma mudança social - principalmente nos setores rurais da população brasileira. Claro que ele admite a plausibilidade de algumas mudanças específicas, mas que ele configura como parte da formação política de Getúlio.

3 - RESPOSTA: A

O regime varguista, pelo menos no que diz respeito a sua primeira fase (de 1930 até 1945), foi um regime de inspiração fascista, ou seja, centralizador e autoritário. Ao contrário do que diz a segunda alternativa, o regime não exaltou sentimentos oriundos do liberalismo, algo que Getúlio buscava combater. A terceira alternativa também não está correta, pois o DASP não era responsável

pelos sindicatos, mas sim, por funções administrativas gerais. Além disso, o grande enfoque do governo de Vargas foi o universo urbano, industrial, e não rural, como diz a alternativa D; por fim, a última alternativa também não é correta, já que, novamente, apresenta a política liberal como central no governo varguista, o que não é correto dizer, já que Getúlio Vargas era contrário ao sistema liberal.

4 - RESPOSTA: C

Lembrar que o conceito de Populismo não é aplicável para todos os momentos da história é interessante, principalmente pensando nas duas afirmações consideradas corretas nessa questão: a afirmação I, que diz que o fenômeno político do populismo, é resultado de subida das classes populares no início do século XX, bem como, a afirmação II, que diz ser o populismo resultado da crise do sistema oligárquico e liberal. Não é possível dizer que o fenômeno é resultado da oposição à Vargas, sendo que é ele quem inaugura esse fenômeno no Brasil (e o populismo é existente em diferentes países da América Latina). A última afirmação também não é correta, na medida em que sindicalismo é um outro fenômeno político existente no Brasil muito antes de Vargas.

5 - Essa questão do #Refletindo é pessoal e se trata de um cotejamento entre o passado e o presente. Mas de alguma forma, ela precisa levar em conta a importância da CLT no mundo hoje e como alguns governos liberais buscam terminar com algumas importantes heranças varguistas.

GLOSSÁRIO

Capitalismo: é um sistema econômico surgido entre os séculos XVIII e XIX que tem como único fim o lucro do capitalista, do empresário. O sistema como um todo existe em quase todo o mundo e é a partir dele que as relações de economia se estabelecem. No mundo atual, o capitalismo se caracteriza pela acumulação de bens, de riqueza.

Cárdenas: Lázaro Cárdenas foi presidente do México entre 1934 e 1940, considerado um dos presidentes que melhor define a política Populista, baseada na força do Estado centralizador e popular.

Catete: Antes de Brasília ser a capital do Brasil, Rio de Janeiro ocupava esse posto. Assim, a sede do governo federal era o Palácio do Catete, uma linda mansão localizada no bairro Catete, Rio de Janeiro.

Coronéis. No sentido empregado no texto, coronel não tem relação com os coronéis do exército. Era muito comum que existissem homens de negócios, fazendeiros, que por sua força econômica e política, dominavam a política local, mandando e desmandando nos setores políticos e econômicos; eles ficaram conhecidos como coronéis e por muito tempo foram responsáveis pelos votos de cabresto - e de certa forma, ainda existem em algumas regiões do Brasil.

Desmantelamento: desmantelar, aqui, significa destruir uma lógica política existente e criar, acima dela, uma nova lógica. Destruir. Acabar com um sistema.

Fascismo: é um tipo de doutrina política em que alguns pontos são levados em consideração, tais como: falta de democracia, violência física para conseguir poder, forte influência do Estado na economia, normalmente seguida de uma forte discriminação social ou racial.

Golpe: isso acontece quando um poder derruba o outro de forma ilegítima. Golpe é o nome que se dá aos movimentos políticos que não respeitam a constituição e querem passar por cima das leis de um país, depoendo um político para a sucessão de outro.

Grande Guerra Europeia: Também chamada de 1^a Guerra Mundial, a Grande Guerra envolveu muitos países por conta do extremo nacionalismo e para disputar terras coloniais. Iniciou em 1914 e terminou em 1919.

Legitimar: Tornar algo legítimo, ou seja, dizer que algo “é” porque existem razões para isso; fazer com que alguma ação não seja questionável.

Nacionalismo: Sentimento de pertencimento a uma nação a ponto de defendê-la. Os nacionalistas acreditam em seu próprio país como um Estado forte que precisa ser defendido e glorificado.

Historiografia: é a escrita (grafia) da história (historio). Tudo o que for escrito sobre os processos passados com uma metodologia da história, se chama de historiografia.

Industrialização: é um movimento que busca criar uma cultura de indústrias em determinado local. No caso do Brasil, a partir do primeiro governo Vargas, o processo de industrialização trouxe muitas indústrias para o interior do Brasil, gerando também, o início da urbanização.

Perón: Juan Domingo Perón foi presidente da Argentina entre 1946 e 1955 e depois retornou em 1973, ficando na presidência até 1974. Sua política era

extremamente populista, tanto que seu nome virou símbolo de movimento político na argentina: o peronismo.

Revolução: Ainda que muitos associem a palavra a guerras e violência, a revolução está ligada à mudança brusca de uma sociedade, seja ela nos âmbitos políticos, culturais ou sociais.

Sindicato: é uma entidade de representação de classe, ou seja, um órgão que se destina a cuidar dos interesses de um determinado grupo de trabalhadores ou empresários. Há os sindicatos de trabalhadores e os sindicatos patronais, ambos em prol dos interesses de seus representados.

Urbanização: é um movimento em que muitas pessoas que viviam nos campos, nas fazendas, no interior agrário do país, passaram a viver nas grandes cidades, inflando o número de pessoas nessas regiões e esvaziando os interiores. Os processos de urbanização no Brasil estão muito vinculados aos processos de industrialização.

Voto de Cabresto: é uma cultura política típica do interior do Brasil na Primeira República, em que os coronéis obrigavam as pessoas a votarem em seus candidatos, retribuindo também, com alimento, dinheiro, ou outros bens. Uma compra de votos à moda antiga.

REFERÊNCIAS

- FAUSTO, Bóris. Getúlio Vargas. Companhia das letras, 2006 (Perfis Brasileiros).
- _____. História Concisa do Brasil. Edusp, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- GORENDER, Jacob. Um Estado a serviço do capital, Folha de S.Paulo, 19/10/1980, Folhetim
- MARCONDES FILHO, A. Trabalhadores do Brasil! Versão para ebook disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/trabalhadores.html>> Acesso em 29 de março de 2017.
- SILVA, Juremir Machado da. Getúlio: Romance. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- REIS, Daniel Araão. Prestes, um revolucionário entre dois mundos. Companhia das Letras, 2014.

PARTE II

HISTÓRIA

03

GUERRA FRIA

meSalvo!



GUERRA FRIA

Fala, galera do Me Salva! A apostila de Guerra Fria tem como objetivo oferecer a vocês uma visão panorâmica a respeito dos principais acontecimentos desse período, que se estende desde 1945 até o início da década de 1990. A partir de agora, estudaremos as principais características do conflito bipolar, que, além de ser recheado de tensões, revoluções e conflitos, é marcado pela separação do mundo em dois extremos! Tomara que vocês gostem e passem a entender esse importante período histórico.

INTRODUÇÃO

Pessoal, é importante vocês entenderem que a Guerra Fria, mais do que uma disputa por poder e por zonas de influência, também se caracterizou pelo embate ideológico, ou seja, as superpotências, além de competirem sob a perspectiva geopolítica, representavam e difundiam diferentes modelos de



organização econômica e social. Nesse sentido, observem o esquema abaixo:

CONFERÊNCIA DE YALTA - Pessoal, vocês precisam se inteirar sobre os acordos do pós-guerra, pois estes foram responsáveis por estabelecer a ordem internacional da Guerra Fria. É importante lembrar que, em períodos de pós-guerra, os vencedores, invariavelmente, ditam as regras para a formação da ordem política que virá a se concretizar em seguida. Em fevereiro de 1945, as forças aliadas - EUA, Reino Unido, França e URSS - se reuniram para decidir os rumos da ordem internacional no pós-guerra. Em Yalta, Stalin declarou que os

territórios ocupados pelo Exército Vermelho na Europa Oriental¹ se encontravam na esfera de influência soviética, enquanto que Roosevelt proclamou que a Europa Ocidental e o continente americano constituíam zonas de influência dos EUA.

CONFERÊNCIA DE POTSDAM - A Conferência, além de impor pesadas multas e restrições militares a Alemanha, determinou que seu território fosse separado em quatro zonas de ocupação: francesa, britânica, estadunidense e soviética. Posteriormente, em 1949, a Alemanha foi dividida em dois países: na parte ocidental, a República Federal Alemã (RFA), capitalista e com capital em Bonn; e, na parte oriental, a República Democrática Alemã (RDA), socialista e com capital em Berlim. Esta última, por sua vez, também foi dividida entre as duas potências. A rápida recuperação econômica que a Alemanha Ocidental obteve devido aos investimentos dos EUA provocou um enorme fluxo de alemães orientais para o lado ocidental. Visando bloquear esse fluxo, o governo da RDA construiu, em 1961, um muro para separar os dois países, ficando conhecido pelos ocidentais como “muro da vergonha”.

CORRIDA ARMAMENTISTA - Um mês após a Conferência de Potsdam, o presidente Henry Truman utilizou os ataques a Hiroshima e Nagasaki como forma de dissuadir os soviéticos. Essa demonstração de força deu início a uma corrida armamentista entre os EUA e a URSS. Quatro anos depois dos ataques às cidades japonesas, os soviéticos anunciaram que haviam obtido sucesso em seu primeiro teste de explosão atômica.

CRIAÇÃO DA ONU - Outro importante acordo do período do pós-guerra ocorreu em abril de 1945 na cidade de São Francisco. A Conferência de São Francisco deu origem a Organização das Nações Unidas (ONU). Ao todo, 51 países assinaram a Carta da ONU, que tinha como princípios: 1) a manutenção da paz e da segurança internacionais; 2) o desenvolvimento das relações amistosas entre as nações e 3) o estímulo à cooperação multilateral. Instituída em 1945, o Conselho de Segurança é a instância de maior autoridade da ONU, possuindo 5 membros permanentes: EUA, França, China, Rússia (antiga URSS) e Reino Unido. Com objetivo máximo de assegurar a paz e a segurança internacionais, o Conselho de Segurança não impediu que os EUA e a URSS começassem a lançar suas próprias iniciativas no plano internacional.

PLANOS DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA - Em 1947, os EUA lançaram o Plano Marshall, que tinha como finalidade auxiliar as economias europeias em seu processo de recuperação. Desse modo os EUA garantiam a sua preponderância econômica na região e, do ponto de vista estratégico, impediam que os países da

¹ Como a Bulgária, a Romênia, a Polônia, a Hungria, a Alemanha Oriental, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, e a Albânia.

Europa Ocidental passassem a orbitar na esfera de influência soviética. A URSS, em contrapartida, lançou em 1949 o seu projeto de ajuda econômica para a Europa Oriental, conhecido como COMECON.



ALIANÇAS MILITARES - Na esfera militar, os EUA criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com o objetivo de garantir a segurança mútua dos seus membros. Em resposta, os soviéticos lideraram a criação do Pacto de Varsóvia (1955), que buscava assegurar a defesa mútua dos países pertencentes ao bloco socialista.

A GUERRA DE INTELIGÊNCIA - Além de lançarem iniciativas econômicas e militares, as superpotências atuavam “por baixo dos panos”, sobretudo através de suas agências de inteligência. Apesar de secretas, o objetivo das operações de inteligência era claro: obter informações sigilosas e se inteirar sobre as condições do inimigo. Do lado dos EUA, a Agência Central de Inteligência (CIA) era a responsável pelas operações de inteligência e espionagem, enquanto que, do lado soviético, o Comitê de Segurança do Estado (KGB) cumpria um papel semelhante.

AS INSTITUIÇÕES DE BRETON WOODS - Além dos acordos do pós-guerra envolvendo as forças vencedoras da Segunda Guerra, os EUA, como forma de consolidar sua hegemonia no bloco capitalista, conduziram as “Conferências de Bretton Woods”, que definiram as regras para o comércio e para as finanças internacionais. Como resultado, foram criadas as “instituições de Bretton Woods” - Fundo Monetário Internacional (1944) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (1944), posteriormente renomeado para Banco Mundial.

GUERRA DA COREIA - Agora daremos um pouco de atenção ao primeiro conflito de proporções internacionais da Guerra Fria. Vocês se lembram que, durante a Segunda Guerra Mundial, os japoneses realizaram um forte movimento de expansão no Pacífico? Pois então, com a sua derrota na Segunda Guerra, as forças aliadas ocuparam o território da Coreia e o dividiram em áreas de influência soviética e estadunidense. Em junho de 1950, as tropas da Coreia Norte invadiram o território da Coreia do Sul com a pretensão de reunificar o país sob um regime socialista. Os EUA, que possuíam aliados regionais e gozavam de ampla influência política e econômica na Bacia do Pacífico, intervieram

diretamente no conflito, contribuindo para que os sul-coreanos retomassem os territórios que haviam sido conquistados pelos norte-coreanos. Após uma série de ofensivas e contra-ofensivas, ambos os países assinaram um armistício em julho de 1953, restabelecendo o paralelo 38 como fronteira entre as duas Coreias e criando uma zona desmilitarizada que perdura até os dias atuais.

A DISPUTA POR NOVAS FRONTEIRAS: A CORRIDA ESPACIAL

Conforme dito anteriormente, a Guerra Fria era uma disputa tanto geopolítica quanto ideológica. A corrida espacial, por outro lado, refletia a disputa entre as superpotências pela “nova fronteira” (o espaço sideral), ilustrando também uma concorrência por novas tecnologias e prestígio internacional, isto é, as superpotências buscavam provar, através de disputas como a corrida espacial, a sua superioridade e, não menos importante, a validade de seus respectivos regimes políticos e ideológicos.

PIONEIRISMO SOVIÉTICO - A dianteira da corrida espacial coube aos soviéticos, responsáveis por lançar o primeiro satélite artificial ao espaço (Sputnik I). Pouco tempo depois, os soviéticos também foram pioneiros ao enviar o primeiro ser-vivo ao espaço (a bordo do Sputnik II, estava a cadela Laika). O grande feito dos soviéticos, porém, veio anos depois. Em 1961, o programa espacial soviético colocou o primeiro ser humano no espaço, o “cosmonauta” Iuri Gagarin.

A RESPOSTA ESTADUNIDENSE - Em resposta ao sucesso do programa espacial da URSS, o presidente John Kennedy afirmou que os EUA chegariam a Lua ainda na década de 1960, o que de fato aconteceu em 1969. A bordo do Apollo 11, o astronauta Neil Armstrong pronunciou a famosa frase: “Um pequeno passo para um homem, mas um grande salto para a humanidade”. Depois disto, os EUA retomaram a dianteira da corrida espacial. No entanto, é preciso sublinhar que muitos dos avanços tecnológicos propiciados pelos soviéticos ainda são importantes e, em sua essência, utilizados até os dias atuais².

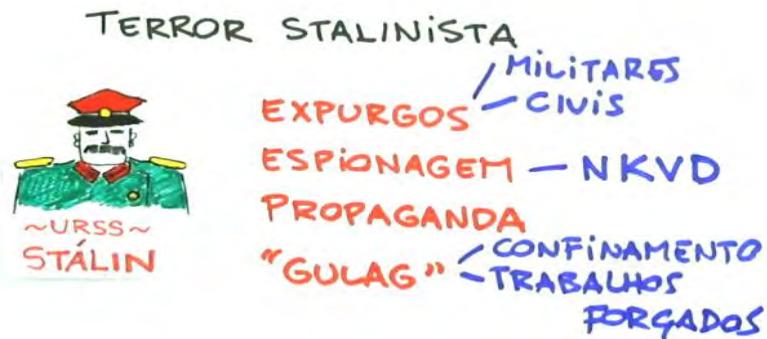
A URSS E O BLOCO SOCIALISTA ATÉ OS ANOS 1960

² Porque a URSS foi a grande vencedora da corrida espacial (e não os EUA). Ver artigo da BBC: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38407916>>

A partir de agora, vocês terão contato com conteúdos relacionados a URSS e ao bloco socialista até os anos 1960.

RECUPERAÇÃO ECONÔMICA - Com o fim da Segunda Guerra, a URSS necessitava se recuperar economicamente, tendo em vista a destruição causada pela guerra. Nesse sentido, Stalin lançou mão de dois planos quinquenais (1946-1955), que tinham como objetivo recuperar a economia soviética e estimular a produção industrial de bens de consumo. De modo geral, os planos cumpriram com seus objetivos, aumentando a produção industrial e, por consequência, também a sensação de bem-estar na população. Logicamente, vocês imaginam que, tanto do lado da URSS quanto do lado dos EUA, as aparências de prosperidade eram reforçadas pela propaganda político-ideológica³.

CULTO À PERSONALIDADE - O prestígio adquirido por Stalin na guerra contra os nazistas contribuiu para que o mesmo centralizasse o poder político da URSS. O culto à personalidade, nesse sentido, foi um elemento bastante explorado por Stalin e pela propaganda soviética. A concentração de poder em torno de Stalin acabou refletindo o seu modo autoritário de governar, o que se evidencia no envio de opositores para os “gulags”, que eram campos de trabalho forçado em territórios longínquos da URSS - como a Sibéria.



KRUSCHEV: DESESTALINIZAÇÃO E COEXISTÊNCIA PACÍFICA - Em 1953, após a morte de Stalin, Nikita Kruschev assumiu a liderança da URSS, governando entre 1953 e 1964. Internamente, Kruschev denunciou o “terror stalinista”, passando a implementar uma política de “desestalinização”. Externamente, Kruschev iniciou uma política de “coexistência pacífica”, flexibilizando as relações

³ Do lado dos EUA, isso era muito claro com a criação de “super-heróis” (Homem-Aranha, Quarteto Fantástico, Hulk, X-men, etc) em histórias em quadrinhos, bem como com a produção de cinematográfica de Hollywood, como em Capitão América e na trilogia Rambo.

com os EUA e adotando uma abordagem mais diplomática nas relações internacionais.

DIVERGÊNCIAS NO BLOCO SOCIALISTA: Em 1956 e 1968, ocorreram dois movimentos contrários ao domínio soviético na Europa Oriental, respectivamente na Hungria e na Tchecoslováquia. Em 1956, um movimento liderado por estudantes e apoiado por oficiais do exército húngaro reivindicava reformas no socialismo praticado no país, de modo a reduzir o seu caráter autoritário. A Primavera de Praga (1968), por sua vez, defendia a democratização do socialismo na Tchecoslováquia. Contudo, ambos os movimentos foram duramente reprimidos pelas tropas do Pacto de Varsóvia.

IUGOSLÁVIA - O caso da Iugoslávia é bastante particular quando estudamos o bloco socialista. Devido à limitada participação do Exército Vermelho na luta contra os nazistas, a Iugoslávia trilhou um caminho autônomo no interior do bloco socialista, chegando inclusive a romper com Moscou em 1948. Com a liderança do Marechal Tito, a Iugoslávia se relacionou com países ocidentais e articulou alianças no Terceiro Mundo.

CHINA: DA REVOLUÇÃO À ABERTURA

Pessoal, a partir de agora vocês irão estudar um pouco sobre o socialismo no país mais populoso do mundo.

GUERRA CIVIL - A partir de 1930, dois grupos rivais entraram em uma guerra civil no interior da República que havia se instalado na China em 1911. De um lado estavam os nacionalistas do Kuomintang (KMT), liderados por Chiang Kai-shek; do outro lado estavam os comunistas do Partido Comunista Chinês (PCCh), liderados por Mao-Tsé Tung. Com a invasão japonesa em 1937, ambos os grupos realizaram uma aliança militar temporária, tendo em vista o objetivo comum de expulsar os invasores estrangeiros. Após a derrota japonesa em 1945, o conflito entre nacionalistas e comunistas foi retomado. Através do suporte das massas camponesas, Mao-Tsé Tung protagonizou a chamada "Grande Marcha", culminando com a vitória dos comunistas em maio de 1949. Os nacionalistas refugiaram-se na Ilha de Formosa (Taiwan), fundando a República da China. A parte continental da China passou a se chamar República Popular da China (RPC). É importante ressaltar que a China estava inserida em um ambiente regional notavelmente marcado pela influência dos EUA e de seus aliados - como o Japão e a Coreia do Sul - o que dificultou ainda mais a instalação e a consolidação de um regime comunista na China. Por fim, apenas para ilustrar a influência dos EUA na Ásia, em 1954 os mesmos criaram, em conjunto com seus aliados regionais, a

Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE), que representava uma "OTAN" dos países asiáticos.

COMUNISMO CHINÊS - Em um primeiro momento, a RPC se aproximou da URSS, simbolizado na assinatura de um tratado de amizade, aliança militar e assistência mútua em 1950. Entre outros fatores, as políticas de "desestalinização" e "coexistência pacífica" adotadas por Kruschev afastaram gradativamente a RPC da URSS, culminando no posterior rompimento sino-soviético. Na década de 1960, a RPC fabricou a sua primeira bomba atômica, o que era visto pelos líderes chineses como indispensável para a autonomia, independência e segurança do país.

GRANDE SALTO PARA FRENTE - Como forma de dar novo ímpeto ao plano quinquenal estabelecido em 1953, o PCCh planejou a realização de um plano econômico denominado de "Grande Salto para a Frente". O plano, que pretendia industrializar e reduzir a dependência chinesa do mercado internacional, deixou muito a desejar. Na realidade, vocês precisam saber que o plano foi um redundante fracasso, resultando em estagnação econômica, desnutrição e fome.

REVOLUÇÃO CULTURAL - Após o fracasso do "Grande Salto para Frente", Mao-Tsé Tung buscou reafirmar a sua autoridade. Com o objetivo de revitalizar o espírito revolucionário chinês, a Revolução Cultural adquiriu feições bastante autoritárias. Nessa perspectiva, vocês precisam saber que o período é marcado pela repressão aos adversários políticos de Mao, bem como pela perseguição daqueles que supostamente possuíam uma postura "burguesa" ou "contrarrevolucionária".

DENG XIAOPING E A ABERTURA ECONÔMICA - Após a morte de Mao em 1976, o PCCh passou por importantes mudanças. Em primeiro lugar, os membros mais ortodoxos do partido foram afastados e, em alguns casos, julgados pelos excessos cometidos durante a Revolução Cultural. Em segundo lugar, o novo líder da RPC, Deng Xiaoping, passou a enfatizar que o foco da China não deveria ser o combate à cultura ocidental e burguesa, mas a integração econômica do país no mercado internacional. Somente assim, argumentava Deng, a China conseguiria desenvolver sua economia e conservar a Revolução de 1949. A RPC passou a introduzir mecanismos de mercado, autorizar a iniciativa privada na agricultura e abrir o país ao comércio e aos investimentos estrangeiros. De forma equilibrada, planejada e, acima de tudo, regulamentada, a abertura econômica chinesa levou ao aumento da produção interna, das exportações e do crescimento econômico. Atualmente, as autoridades do PCCh, que ainda dominam o sistema político do país, sublinham que o processo de abertura da economia inaugurou o "socialismo com características chinesas".

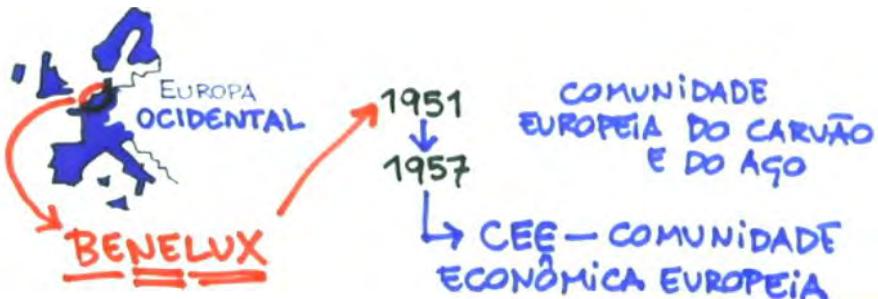
OS EUA E O BLOCO CAPITALISTA ATÉ OS ANOS 1960

Depois de estudar a URSS, a China e o bloco socialista, agora vocês vão ter contato com os conteúdos relacionados aos EUA e ao bloco capitalista até a década de 1960. Vejam que, inclusive aqui nos nossos estudos, apresentamos os blocos capitalista e socialista de modo separado, agora tentem imaginar a força que essa dualidade representava no período em questão!

DOUTRINA TRUMAN - Essa doutrina pretendia impor uma posição mais rígida dos EUA no plano internacional. Conforme visto, o Plano Marshall ofereceu auxílio econômico para os países da Europa Ocidental enquanto que a criação da OTAN cumpria o papel de assegurar a segurança militar desses países.

MACARTISMO - O governo Truman, internamente, aprofundou as políticas de combate ao comunismo. Com o apoio do senador McCarthy, se instaurou nos EUA um clima de “caça às bruxas” - ou “macartismo”. Anti-comunista fervoroso, McCarthy instalou uma série de inquéritos contra supostos simpatizantes do socialismo, atingindo principalmente artistas, intelectuais, cientistas e imigrantes.

EUROPA OCIDENTAL - Durante os anos 1950, ocorreram os primeiros arranjos de integração europeia, com destaque para a assinatura de um acordo de cooperação comercial entre a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo, conhecido como BENELUX. Posteriormente, em 1951, Alemanha, Itália e França se juntaram a esses países, dando origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Como ampliação da CECA, o Tratado de Roma (1957) instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), até hoje tida como o “embrião” da atual UE. Por fim, esse processo reflete a recuperação econômica da Europa Ocidental, que provavelmente não seria possível sem a ajuda financeira do Plano Marshall.



KENNEDY - Em 1960, os EUA elegeram um presidente que vocês muito provavelmente já ouviram falar, o democrata John Kennedy. Assassínado em 1963 em visita à cidade de Dallas, Kennedy foi responsável por conduzir assuntos delicados na política interna dos EUA, como era o caso dos direitos civis da população negra nos estados sulistas. Externamente, o governo Kennedy teve de

lidar com os desdobramentos da Revolução Cubana (1959), bem como da crise dos mísseis (1962).

A CRISE DOS MÍSSEIS E O AGRAVAMENTO DAS TENSÕES

Pessoal, dando continuidade ao capítulo anterior, estudaremos agora a chamada “crise dos mísseis”, que ocorreu justamente durante a gestão do presidente Kennedy.

A REVOLUÇÃO CUBANA (1959) – Liderada pelos irmãos Castro e pelo guerrilheiro Ernesto “Che” Guevara, esta revolução conseguiu derrubar o ditador Fulgêncio Batista, que desde 1933 governava com o apoio dos EUA. A Revolução, apesar de inicialmente não ser socialista, era nutrida por sentimentos nacionalistas e anti-americanos, principalmente por conta da influência que os EUA possuíam sobre Cuba desde a sua independência⁴. De modo mais específico, Cuba poderia ser descrita como uma “colônia de férias” para os estadunidenses, que aproveitavam a infraestrutura voltada ao turismo (cassinos, hotéis, boates, etc), enquanto a maioria da população cubana vivia em condições precárias e sofria com a miséria. Fechado esse parêntesis, o presidente Kennedy, ao notar que o regime instalado em Cuba era avesso aos interesses dos EUA, passou a formular políticas para isolar e derrubar o governo cubano, como foi o caso da chamada Aliança para o Progresso⁵.

INVASÃO DA BAÍA DOS PORCOS - Vocês devem imaginar que os EUA não deixariam “barato” a instalação de um governo avesso aos seus interesses logo em seu “quintal”. Após financiar e treinar cerca de mil exilados cubanos, essas tropas desembarcaram na Baía dos Porcos com o objetivo de depor Fidel Castro. Sem muitas dificuldades, os exilados foram derrotados. Sem sossegar, os EUA

⁴ Cuba, que por quatro séculos foi uma colônia espanhola, contou com o apoio dos EUA para consolidar sua independência em 1898. Depois disto, os EUA pressionaram o Congresso cubano para que fosse inserido na Constituição do país a chamada “Emenda Platt”, que autorizava a intervenção do governo dos EUA em determinados casos, o que tornava Cuba uma espécie de “protetorado”.

⁵ Seria possível dizer que a “Aliança para o Progresso” equivalia ao Plano Marshall para a América Latina. O objetivo da iniciativa era realizar investimentos nos países latino-americanos, de modo a evitar que o “espírito revolucionário” de Cuba se espalhasse pelo continente.

conseguiram excluir Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como impor um rígido embargo econômico.



CRISE DOS MÍSSEIS - O que vocês imaginam que Cuba fez após esses desafetos com os EUA? Isso mesmo, se aproximou da URSS e do bloco socialista. Essa aproximação tornou-se evidente em 1962, quando informações da inteligência dos EUA comprovaram que os soviéticos estavam instalando plataformas de lançamento de mísseis em Cuba. Em resposta, a Marinha dos EUA realizou um bloqueio naval ao redor da ilha com o intuito de evitar a chegada das embarcações soviéticas. Após 13 dias de muita tensão, os diplomatas soviéticos e estadunidenses chegaram a um acordo: a URSS retiraria os mísseis de Cuba e, em contrapartida, os EUA também retirariam os mísseis que haviam sido anteriormente instalados em território turco.

GUERRA DO VIETNÃ - Depois de esfriar em Cuba, a Guerra Fria começou a esquentar na Ásia. Ainda durante o governo Kennedy, os EUA passaram a intervir em um conflito que daria muito trabalho para as forças armadas do país: a Guerra do Vietnã. Separado por zonas de influência - ao norte com orientação socialista e ao sul com apoio dos EUA - os "vietcongs" iniciaram um processo de invasão da porção sul do país, com o objetivo de reunificar o Vietnã. O sucessor de Kennedy - Lyndon Johnson (1963-1968) - intensificou a participação dos EUA no conflito, que chegou a contar com a participação de meio milhão de soldados. O crescente número de mortes, principalmente de jovens, causou indignação na opinião pública. Os movimentos pacifistas cresciam na mesma proporção em que os EUA se atolavam no conflito. Apesar da superioridade militar, os EUA tiveram grandes dificuldades em lidar com as táticas de guerrilha dos vietcongs. Após sucessivos reveses, os EUA retiraram suas tropas em 1973, apenas dois anos antes do fim do conflito.

A DISTENSÃO DOS ANOS 1970

A partir de agora, vocês terão contato com aspectos relacionados ao período conhecido como détente, que significa “distensão” ou, se preferirem, redução das tensões entre as superpotências da Guerra Fria. Contudo, a despeito dessa “distensão” entre as superpotências, a década de 1970 é notavelmente marcada pela ativa interferência dos EUA em seu “quintal geopolítico”, isto é, a América Latina.

ANTECEDENTES - Ambas as superpotências, bem como seus respectivos blocos, passaram por períodos de turbulência durante os anos 1960. No campo socialista, Kruschev, após sucessivos reveses diplomáticos, foi deposto, assumindo em seu lugar Leonid Brejnev - reconhecidamente ligado a facção “linha-dura” do partido comunista. A repressão ao movimento conhecido como “Primavera de Praga” (1968) e o aprofundamento do rompimento sino-soviético demonstram um pouco das ações de Brejnev no plano internacional. No bloco capitalista, cresciam - sobretudo nos EUA - os movimentos pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã, enquanto que na Europa floresciam movimentos estudantis que contestavam valores apreciados pelo bloco capitalista, com destaque para os movimentos de maio de 1968 na França.

DÉTENTE - As eleições de 1968 colocaram Richard Nixon na frente da presidência dos EUA. A partir de então, Nixon passou a desenvolver uma abordagem mais diplomática com a URSS e o bloco socialista. Em 1971, por exemplo, os EUA se aproximam da China de Mao, principalmente ao reconhecerem a RPC como a legítima portadora do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU⁶. Em 1974, ademais, os EUA e a URSS assinam o acordo SALT I, que possuía no controle de armamentos estratégicos o seu principal objetivo. Após liderar essa política de “distensão” em parceria com o seu conselheiro Henry Kissinger, Nixon foi obrigado a renunciar após a divulgação do escândalo de Watergate⁷.

GUERRA DO YOM KIPPUR - O conflito árabe-israelense, que representa uma constante no período da Guerra Fria, teve na Guerra do Yom Kippur um

⁶ Após a Revolução Chinesa (1949), os EUA e a ONU deliberaram que a República da China (Taiwan) exerceria a condição de membro permanente do Conselho de Segurança. Em 1971, depois da aproximação sino-americana, a República Popular da China retomou o assento permanente no Conselho de Segurança.

⁷ O escândalo de Watergate diz respeito às divulgações de que Nixon estaria espionando rivais políticos do Partido Democrata. Na iminência de um impeachment, Nixon renunciou e, em seu lugar, assumiu o vice-presidente Gerald Ford.

desdobramento mais amplo. Após a derrota dos países árabes contra Israel, os mesmos se cartelizaram e formaram a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). A OPEP, em retaliação, aumentou substancialmente os preços do barril do petróleo, tendo implicações negativas para grande parte do bloco capitalista. Assim, a crise econômica, que já dava indícios antes da “crise do petróleo”, passou por um processo de intensificação⁸.

JIMMY CARTER - Candidato do grupo político oposto a Nixon, Carter foi eleito em 1976 com um discurso fortemente ancorado nos direitos humanos. Nesse sentido, Carter conseguiu mediar com sucesso as negociações entre Israel e Egito em Camp David (1978), assim como deu continuidade a política de distensão em relação a URSS, exemplificado na assinatura do SALT II, que também tinha o objetivo de controlar os armamentos armamentos estratégicos das superpotências.

O TERCEIRO MUNDO E A AMÉRICA LATINA NA GUERRA FRIA

Pessoal, depois de observar os blocos capitalista e socialista na Guerra Fria, o que vocês acham de estudar os principais aspectos da América Latina e do Terceiro Mundo na Guerra Fria?

PRIMEIRO MUNDO E SEGUNDO MUNDO - Para vocês entenderem o “Terceiro Mundo”, é preciso conceituar o que seriam o “Primeiro-Mundo” e o “Segundo-Mundo”. Na Guerra Fria, os países de “Primeiro-Mundo” eram aqueles em estágio avançado de desenvolvimento - os países da América do Norte (EUA e Canadá) e da Europa Ocidental, bem como a Austrália e a Nova Zelândia. Os países de “Segundo-Mundo” eram aqueles pertencentes ao bloco socialista, como a URSS, a China, entre outros.

TERCEIRO MUNDO - Na Guerra Fria, o Terceiro-Mundo⁹ englobava um vasto número de países, abrangendo países na África, Ásia e América Latina. O

⁸ A partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970 ocorre o que muitos especialistas chamam de “crise do modelo fordista-keynesiano”. Por inúmeras razões, os “anos dourados” do capitalismo nas décadas de 1950 e 1960 chegaram ao seu limite na década de 1970.

⁹ A nomenclatura Terceiro-Mundo ainda pode ser utilizada para diferenciar os países pobres dos países ricos. No entanto, atualmente é mais comum utilizarmos o

subdesenvolvimento seria um elemento comum a quase todos esses países, ao mesmo tempo em que, no caso dos países africanos e asiáticos, a descolonização recente também constituía uma herança compartilhada. Por essa razão, é indispensável analisarmos aspectos referentes a esse processo, que se inicia no período do pós-guerra.

CAUSAS DA DESCOLONIZAÇÃO - Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as antigas potências coloniais já não possuíam condições econômicas e militares de manterem suas possessões coloniais. Além disso, a conjuntura da Guerra Fria acelerou a descolonização, tendo em vista que ambas as superpotências apoiavam os movimentos pela descolonização. A criação da ONU e a promoção da autodeterminação dos povos também contribuíram para o processo de descolonização. Por fim, é importante sublinhar para vocês que, ao estudarmos o processo de descolonização, passamos a entender um pouco a situação de dependência econômica, fragilidade institucional e caos social que atualmente impera em parte dos países que conquistaram suas independências nesse período.

MODELOS DE INDEPENDÊNCIA - Pessoal, vocês precisam ter em mente que os processos de independências ocorreram, basicamente, por duas vias: a primeira é a negociada com a metrópole e a segunda é a ruptura violenta e conflitiva.

DESCOLONIZAÇÃO NA ÁSIA - O período do pós-guerra teve grande impacto no processo de descolonização asiático. Entre 1943 e 1979, a independência política se tornou realidade para 27 países asiáticos. Em muitos desses casos, o processo de independência foi violento e, não raro, contou com a participação - direta e indireta - dos EUA e da URSS, que buscavam ampliar suas zonas de influência no plano mundial. Dito isso, vocês agora verão os mais relevantes processos de independência na porção sul e oriental do continente asiático, com destaque para a independência da Índia (1947), da Indonésia (1949) e da antiga Indochina francesa (1954)¹⁰.

ÍNDIA - Localizada na Ásia Meridional, a Índia por muito tempo foi considerada como a “Joia da Coroa¹¹” do Império Britânico, que desde o século

conceito de “países em desenvolvimento” para classificar esse grande grupo de países, que representa cerca de 75% dos países do mundo.

¹⁰ Além desses, é importante mencionar os processos de independência na Malásia, Filipinas e Birmânia.

¹¹ A grandeza do território indiano, a riqueza de seus recursos e um amplo mercado consumidor para os produtos britânicos acabou credenciado a Índia a receber o título de “Joia da Coroa”.

XIX havia incorporado a região aos seus domínios. Os indianos, em sua ampla diversidade cultural e religiosa, vinham impondo às autoridades inglesas uma série de resistências desde o final do século XIX. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, esse quadro se acentuou ainda mais, possibilitando a emergência da figura de Mahatma Gandhi, líder pacifista que desempenhou um papel central na Independência da Índia. Havia, porém, outros movimentos contrários ao domínio colonial, como era o caso da Liga Muçulmana, fundada em 1905. Os britânicos, explorando esses conflitos internos, acabaram por dividir território em República da Índia - de maioria hindu - e República do Paquistão (Oriental e Ocidental), de maioria muçulmana. Em 1972, após um violento conflito, o Paquistão Oriental separou-se do Ocidental e passou a ser conhecido como Bangladesh. É importante salientar que, em 1948, também houve, na região do sub-continente indiano, a independência do Sri Lanka, antigo Ceilão.

INDOCHINA FRANCESA - Além da Índia, vocês precisam saber que a independência da Indochina foi um importante momento na descolonização asiática, sobretudo por conta de seus desdobramentos. A região, que desde 1860 era controlada pelos franceses, foi ocupada pelos japoneses durante a Segunda Guerra. Com o fim da guerra, os franceses tentaram retomar suas colônias, porém, encontraram na região a resistência de movimentos nacionalistas. Eclodiu, então, a Guerra da Indochina (1946-1954), que chegou ao fim apenas com a assinatura de um acordo internacional, o qual dividia o seu território em três países independentes: Laos, Camboja e Vietnã.

VIETNÃ - O Vietnã, porém, ficaria temporariamente dividido em duas porções. O acordo assinado em Genebra previa a realização de eleições gerais destinadas à reunificação do país, mas esse processo ficou inviabilizado por conta da política de hostilidade promovida pelo governo do Vietnã do Sul. Considerando esse impasse, a Frente de Libertação Nacional (FLN), fundada em 1960, passou a atuar no Vietnã do Sul com o objetivo reunificar o país em um regime socialista. Iniciaram-se, assim, os conflitos no Vietnã, que desde 1964 passou a contar com a ativa participação dos EUA. Em 1975, ocorreu a reunificação do país, que passou a se chamar República Socialista do Vietnã.

INDONÉSIA - Além desses processos de descolonização, é preciso destacar a independência da Indonésia (1949), antiga colônia holandesa. Após quatro anos de guerra (1945-1949), a Indonésia, sob liderança de Ahmed Sukarno, conquistou oficialmente sua independência. Conforme veremos, a independência da Indonésia é relevante por conta da participação de Sukarno para o Movimento dos Não-Alinhados.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG - Reunindo 29 países afro-asiáticos, o documento final da Conferência destacava 4 pontos principais: 1) defesa da emancipação dos territórios ainda dependentes; 2) rejeição da divisão

internacional em blocos socialista e capitalista¹²; 3) condenação do racismo e da corrida armamentista; 4) proclamação do direito de autodeterminação.



MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS - Anos após a Conferência de Bandung (1955), aconteceu a Primeira Conferência dos Países Não-Alinhados (1961) na Iugoslávia. A Conferência convergia com a perspectiva de Tito, líder político da Iugoslávia, de buscar uma terceira via nas relações internacionais. Entre as figuras de maior destaque na Conferência, é possível citar: Nasser (Egito), Sukarno (Indonésia) e Nehru (Índia).

NORTE DA ÁFRICA (MAGREB) - Agora estudaremos a descolonização no Norte da África. No Egito, a presença semicolonial suscitava o fortalecimento de movimentos antibritânicos, levando à queda do rei Faruk através de um golpe militar (1952). Assumiu, então, Gamal Abdel Nasser, um dos principais ícones do nacionalismo árabe e do pan-arabismo¹³. Manifestações de cunho anti-colonial também aconteceram nas colônias francesas da Tunísia, do Marrocos e da Argélia. Os dois primeiros conquistaram sua independência perante a França (1956), no caso argelino, a metrópole resistiu à descolonização. Sem aprender nada com os conflitos na Indochina, os franceses entraram em uma guerra com os movimentos argelinos de libertação nacional, estendendo-se de 1954 até 1962.

ÁFRICA NEGRA (OU SUBSAARIANA) - O desgaste ocasionado pela guerra na Argélia provocou um movimento de antecipação por parte das potências europeias, que começaram a buscar formas pacíficas de independência para os países da África Negra ou África subsaariana. Em 1960 - o "ano africano" - 15

¹² O Terceiro Mundo impôs a sua presença a contragosto aos EUA, à URSS e à Europa Ocidental, reivindicando seus direitos com mais energia e antes do que os países do Norte previam ou desejavam.

¹³ A ideologia do "pan-arabismo" encontra-se intrinsecamente relacionado às lutas contra a existência do Estado de Israel.

países adquiriram o status de independentes¹⁴. Entre 1961 e 1966, outros nove países tornaram-se independentes, seguindo o modelo pacífico de independência¹⁵.

ÁFRICA AUSTRAL - Vocês devem ter notado que ainda restam as colônias portuguesas na África Austral, de onde surgiam movimentos de luta armada, como em Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Além das lutas pela independência, a queda do regime salazarista, que veio com a Revolução dos Cravos (1974), ajudou a colocar um ponto final nas colônias portuguesas na África. Esses dois fatores proporcionaram às colônias portuguesas de Guiné Bissau, Moçambique, Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe a independência.

ÁFRICA DO SUL - Com histórico de colonização holandesa e, posteriormente, inglesa, vocês provavelmente sabem que o caso da África do Sul é bastante particular. A independência do país veio junto com a institucionalização de um regime segregacionista - apartheid -, que colocava a maioria da população negra em condições de inferioridade social, econômica e política. Logicamente, o apartheid gerou revoltas de grupos negros, alguns desses com a liderança de Nelson Mandela. Em 1993, após intensa pressão da comunidade internacional, o governo sul-africano aprovou reformas democráticas. Em maio de 1994, após a realização de eleições multiétnicas, Mandela foi eleito o primeiro presidente negro da história do país.

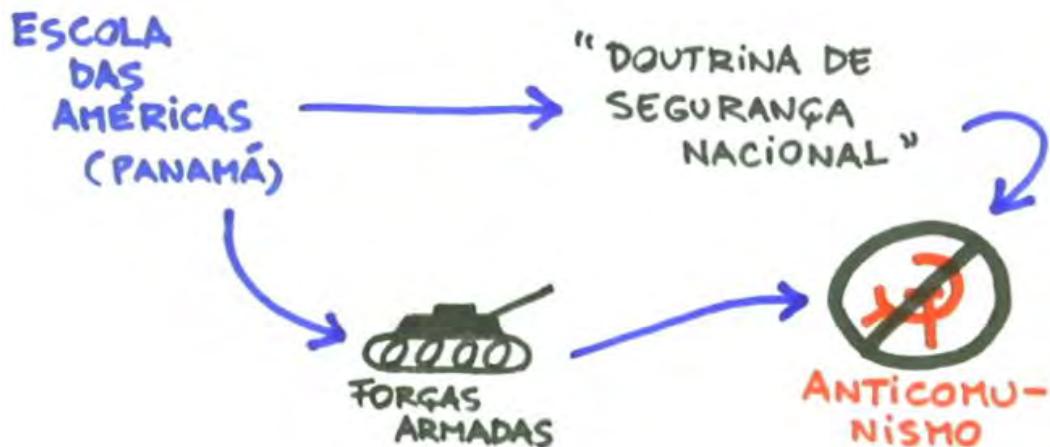
AMÉRICA LATINA - Então, pessoal, agora vamos estudar um pouco sobre a nossa América Latina durante o período de Guerra Fria, principalmente a questão das ditaduras militares. Nesse sentido, é importante vocês saberem que, na América Latina, a Guerra Fria constituía um instrumento de controle de Washington sobre os governos da região. Ou seja, a região constituía uma zona de influência direta dos EUA e, conforme veremos, Washington não abriu mão de intervir - direta e indiretamente - para assegurar seus interesses (políticos, econômicos, militares, diplomáticos, etc).

DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL - Como é sabido, os EUA respaldaram os golpes de Estado e, salvo raras exceções conjunturais, apoiaram quase que permanentemente as ditaduras latino-americanas (ajuda econômica, respaldo diplomático, sustentação política e auxílio militar). No aspecto militar e doutrinário, a vinculação de militares latino-americanos ocorreu de forma

¹⁴ Camarões, Congo-Brazzaville, Gabão, Chade, Rep.Centro-Africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina-Faso), Níger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritânia e Congo Leopoldville (atual Congo-Zaire).

¹⁵ Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto.

bastante complexa. Esses militares, que em grande parte haviam recebido treinamento na chamada Escola das Américas no Panamá, tornaram-se adeptos da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Essa doutrina enfatizava que o grande inimigo do continente americano era o “comunismo internacional”, o que exigia o combate aos “inimigos internos”, através dos meios que fossem necessários.



GOLPES MILITARES - A Revolução Cubana (1959), combinada a fatores como a crise do populismo e a radicalização de movimentos nacionalistas e populares, levou os EUA e as elites nacionais a uma reação em cadeia. Como desfecho, inaugurou-se um período de golpes militares na região, com destaque para o Brasil (1964), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976).

BRASIL - No Brasil, institutos como IBAD e o IPES, que eram parcialmente financiados por recursos estadunidenses, intensificaram as campanhas contra João Goulart e as Reformas de Base. Em 1 de abril de 1964, houve a consumação do golpe civil-militar no Brasil. Sem qualquer tipo de resistência ao golpe, a ditadura militar brasileira se instalou em 1964 e durou até o ano de 1985. O período de maior repressão política ocorreu durante os “anos de chumbo”, inaugurados pelo AI-5 e intensificados durante o governo Médici (1969-1974).

CHILE - Salvador Allende, democraticamente eleito pela Unidade Popular (UA) em 1970, adotou em seu governo medidas contrárias aos interesses econômicos estrangeiros, como era o caso da nacionalização das minas de cobre. Entre outras razões, o governo de Allende foi constantemente desestabilizado pelos EUA e por setores da elite chilena. Em 11 de setembro de 1973, Allende foi deposto e, em seu lugar, assumiu o general Augusto Pinochet. No campo econômico, o governo Pinochet adotou medidas de caráter liberal, antecipando o que posteriormente viria a ser conhecido como “cartilha neoliberal”. Assim como em outras ditaduras militares na América Latina, o governo Pinochet foi responsável por perseguir, torturar e assassinar milhares de opositores ao

governo. Em 1988, após a realização de um plebiscito, a população chilena optou pela volta da democracia no país.

URUGUAI - No Uruguai, um golpe de Estado ocorreu sob a justificativa de garantia da segurança nacional, que estaria ameaçada pela ação dos Tupamaros, guerrilha urbana de esquerda. No caso uruguai, o presidente Juan María Bordaberry, com o apoio das forças armadas, efetivou um autogolpe em 1973, inaugurando uma ditadura civil-militar. Com isso, houve a intensificação da repressão contra os Tupamaros e demais grupos opositores. Em 1984, após negociações entre a ditadura uruguai e os partidos políticos tradicionais, os militares uruguaios se afastaram do poder, sendo convocadas eleições diretas para o mesmo ano.

ARGENTINA - A ditadura militar argentina veio em um golpe de Estado contra Isabelita Perón, viúva de Juan Domingo Perón e herdeira do populismo no país. A partir de 1976, os militares argentinos, sob liderança de Jorge Videla, instituíram um regime que ficou conhecido pela guerra suja - notadamente marcada pela perseguição, tortura e desaparecimento de opositores. Economicamente, os militares argentinos não conseguiram solucionar os problemas econômicos do país, sobretudo a inflação. Após o fracasso na Guerra das Malvinas (1982), a ditadura argentina convocou eleições para 1983, que deram a vitória para Raúl Alfonsín.

O DECLÍNIO DA URSS E O FIM DA GUERRA FRIA

Pessoal, a partir de agora vocês vão entender como e porque a URSS entrou em um processo de declínio a partir do final da década de 1970. Nesse sentido, mostraremos a vocês o desgaste político e econômico do “socialismo real” empregado na URSS. A intenção aqui é ilustrar para vocês as razões internas e externas que explicam o declínio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

DECLÍNIO POLÍTICO - Primeiramente vamos mostrar a vocês o declínio da URSS sob a perspectiva política. Internamente, o regime de partido único e de excessiva centralização burocrática já mostrava sinais de amplo desgaste, considerando sobretudo as aspirações por maior liberdade de expressão e manifestação. Externamente, a URSS perdia cada vez mais apoio: na Europa Ocidental, ocorria um processo de afastamento das esquerdas em relação a Moscou e, por outro lado, surgia o fenômeno do “eurocomunismo”; na Europa Oriental, as aspirações por autonomia crescam e tinham no Sindicato Solidariedade da Polônia a sua mais evidente faceta; na Ásia Central - região que estava sob a influência soviética - a URSS se via obrigada a ingressar em um

desgastante conflito no Afeganistão. Desse modo, a centralização em torno do sistema de partido único encontrava desgastes internos, ao passo que estes eram acentuados pelas contradições externas.

DECLÍNIO ECONÔMICO - Pessoal, vocês precisam ter em mente que, em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, teve início um processo de reestruturação da economia internacional, que passou, em parte por conta das inovações tecnológicas da 3a Revolução Industrial, a se tornar cada vez globalizada, dinâmica e, não menos importante, financeirizada. A economia soviética, que ainda arcava com os custos de uma corrida armamentista com os EUA e de uma extensa presença militar no exterior, entrava em um ritmo de estagnação¹⁶. Além disso, as exportações industriais da URSS passaram a se tornar cada vez menos relevantes, à mesma proporção em que cresciam as exportações de produtos primários (petróleo e gás natural). Isto quer dizer que, além de não crescer, a economia soviética já não era capaz de produzir produtos com alto valor agregado de forma competitiva, perdendo espaço para os países em estágio avançado de desenvolvimento e para aqueles de industrialização recente - como era o caso dos “Tigres Asiáticos”.



GUERRA DO AFEGANISTÃO - O “Vietnã soviético” impôs à URSS uma derrota tão amarga quanto aquela sofrida pelos EUA no sudeste asiático. Em um cenário de estagnação econômica, o exército foi obrigado a intervir em um conflito que não queria de fato ingressar. A emergência dos mujahedins e o

¹⁶ A alta despesa destinada às forças armadas tinha óbvias implicações para o resto da economia, tais como a escassez de bens de consumo, baixo nível tecnológico das empresas soviéticas - exceto a indústria militar -, inadequações no setor de construção, etc.

financiamento destes por parte de países estrangeiros significaram ao exército soviético sucessivas derrotas. Sem condições de restabelecer o domínio no Afeganistão, os soviéticos se retiraram do país em 1988, deixando para trás dez anos de conflito e dando um claro indício do esgotamento da URSS.

NOVA ORTODOXIA LIBERAL - A “Nova Ortodoxia Liberal” era representada por Margaret Thatcher - eleita em 1979 como primeira-ministra do Reino Unido - e Ronald Reagan, eleito presidente dos EUA em 1980. Nesse sentido, tanto Reagan quanto Thatcher possuíam um acentuado caráter anticomunista, ao mesmo tempo em que promoviam uma agenda econômica neoliberal. De um lado, Reagan aplicou uma política econômica neoliberal, contudo, o privilégio de emitir a moeda referência internacional (o dólar) permitiu que o mesmo gastasse volumosas somas de dinheiro em sua “Nova Guerra Fria”, abandonando, de fato, a détente. A “Dama de Ferro”, por sua vez, executou uma política econômica austera e liberalizante, calcada na redução de impostos para os mais ricos, privatização de empresas estatais, desregulamentação econômica e liberdade dos fluxos financeiros. Em linhas gerais, a “Nova Ortodoxia Liberal” endureceu o tom nas relações com a URSS e incansavelmente difundiu a “cartilha neoliberal”, que estava em consonância com as transformações estruturais na economia mundial.

AS REFORMAS DE GORBACHEV - Mikhail Gorbachev assumiu o comando da URSS em 1984 em um contexto interno e externo desfavorável. Com o objetivo de reformar o sistema político e modernizar a economia do país, o líder da URSS lançou mão de duas reformas: a Glasnost e a Perestroika. A Glasnost, que em russo significa “transparência”, visava introduzir reformas democráticas na URSS. Ligada à Glasnost, Gorbachev buscou promover reformas econômicas sob o que ficou conhecido como Perestroika, que em russo significa “reconstrução”. Nesse sentido, a Perestroika tinha como objetivo promover uma abertura da economia soviética, introduzindo mecanismos de mercado em uma economia que há décadas era planificada e planejada de forma centralizada.

CHOQUES NA EUROPA ORIENTAL - Pessoal, conforme sinalizado anteriormente, as repúblicas socialistas na Europa Oriental já se encontravam em um processo de distanciamento em relação a Moscou. Em 1989 eclode na Polônia uma greve geral capitaneada pelo Sindicato Solidariedade e com a liderança de Lech Walesa. Depois disto, foi a vez da Tchecoslováquia realizar a sua “revolução de veludo”, que, além de introduzir reformas políticas e econômicas, dividiu o território do país em República Tcheca e Eslováquia. A “onda” de choques se alastrava por toda a Europa Oriental, tendo como ponto culminante, também em 1989, a queda do muro de Berlim. Em resumo, a Glasnost, que entre suas medidas instituiu também o multipartidarismo, suscitava o surgimento de partidos políticos que reivindicavam a autonomia de suas províncias.



O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA - Os comunistas ortodoxos do Partido Comunista reagiram às reformas liberalizantes introduzidas por Gorbachev, derrubando-o da presidência em 1991. Dias depois, Gorbachev voltaria ao comando da URSS, em parte por conta da atuação de Boris Yeltsin, que era o presidente da Federação Russa. Os conturbados eventos daquele ano provocaram o aprofundamento dos movimentos por autonomia nas antigas repúblicas soviéticas. Como resultado desse processo, em dezembro de 1991, ocorreu a fragmentação da URSS e a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEE), abrangendo antigas repúblicas da URSS como a Bielorrússia, a Ucrânia e a Armênia. Por fim, Gorbachev, também em dezembro, anuncia a desintegração da URSS, o que acabou por legar à Federação Russa as antigas atribuições da URSS, como é o caso do assento permanente no Conselho de Segurança e a posse do arsenal nuclear. Por fim, agora cabe uma reflexão: com o fim da Guerra Fria, passamos a viver em um mundo “unipolar”? Ou, com as mudanças da globalização econômica, o notável desenvolvimento econômico asiático e a ascensão dos “emergentes”, estamos caminhando para um mundo “multipolar”? Isto é, com o fim da Guerra Fria, fomos para onde? Aonde estamos? Qual caminho estamos trilhando? Enfim, a apostila de História Contemporânea pode ajudar um pouco vocês nesse exercício de reflexão!

PARA SABER MAIS!**Livros:**

- ✓ A Era dos Extremos. Eric Hobsbawm. 1994

O livro “A Era dos Extremos”, do historiador britânico Eric Hobsbawm, constitui uma importante fonte para analisar o “Breve Século XX” (1914-1991). O autor engloba em sua obra uma periodização mais abrangente que a da Guerra Fria, permitindo uma compreensão do período bipolar no que diz respeito ao seu processo de formação.

Sites:

- ✓ Nome do site - link

comentários sobre o porquê ele é uma sugestão

Filmes e documentários:

- ✓ Platoon. Oliver Stone. 1986
- ✓ 13 dias que abalaram o mundo. Roger Donaldson. 2000
- ✓ Ponte dos espiões. Steven Spielberg. 2015
- ✓ Adeus, Lênin. Wolfgang Becker. 2004.
- ✓ A vida dos outros. Florian Henckel von Donnersmarck. 2004
- ✓ Che. Steven Soderbergh. 2008
- ✓ Ghandi. Richard Attenborough. 2012.
- ✓ A Batalha de Argel. Gillo Pontecorvo. 1966
- ✓ No. Pablo Larraín. 2012
- ✓ O dia que durou 21 anos. Silvio Tavares. 2013
- ✓ O poderoso chefão 2. Francis Ford Coppola. 1975

Platoon é filme clássico que trata sobre um dos mais emblemáticos conflitos da Guerra Fria: a guerra do Vietnã.

O filme **13 dias que abalaram o mundo** trata sobre os 13 dias de tensão que marcaram um dos episódios mais tensos da Guerra Fria: a crise dos mísseis.

O filme **Ponte dos Espiões** aborda uma questão fundamental presente em todo o período da Guerra Fria, que é a disputa por informações e a prática da espionagem.

Adeus, Lênin é um clássico de filmes sobre Guerra Fria, abordando principalmente questões relacionadas à reunificação da Alemanha e o fim do conflito bipolar.

O filme “**A vida dos outros**” se passa na Alemanha Oriental e tem como tema central a atuação da agência de inteligência e serviço secreto do

país - a Stasi.

Em “*Gandhi*”, é possível observar com mais detalhes a história de um dos mais importantes líderes pacifistas de todo o século XX.

O filme-documentário intitulado “*A Batalha de Argel*” mostra a guerra de independência travada entre os movimentos de libertação argelinos e o exército francês.

O filme “*Che*” é importante na medida em que retrata a trajetória de um dos líderes da Revolução Cubana, bem como de um ícone da esquerda latino-americana.

O filme “*No*” aborda o tema da redemocratização no Chile, englobando logicamente temas relacionados à ditadura militar chilena.

O documentário “*O dia que durou 21 anos*” aborda o tema da interferência dos EUA no processo que culminou na deflagração do golpe de 1964.

O filme “*O poderoso chefão 2*” é uma interessante sugestão, na medida em que mostra o ambiente da Cuba pré-revolução, visivelmente dominado pela máfia e pelos interesses econômicos dos estadunidenses.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARRIGHI. Adam Smith em Pequim. Boitempo Editorial, São Paulo, 2008

COTRIM, Gilberto. História Global. Brasil e Geral. Editora Saraiva, São Paulo, 2012

BROWN, Archie. Ascensão e Queda do Comunismo. Editora Objetiva, São Paulo, 2011

FUNAG. Manual do Candidato. História Mundial Contemporânea (1776-1991). Brasília, 2012

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos. Companhia das Letras, 2003

KISSINGER, Henry. Sobre a China. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2011

PADRÓS, Enrique. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor In: A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2010, Vol. 3, p. 49-81.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Brasil: Uma Biografia. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. História do Século XX. Editora Novo Século. Porto Alegre. 1998

WALLERSTEIN, Immanuel. Após o Liberalismo. Editora Vozes, Petrópolis, 2002

PARTE II

HISTÓRIA

04

POPULISMO

meSalva!

POPULISMO

Fala galera do Me Salva!. A partir de agora estudaremos os conteúdos relacionados ao período da experiência democrática brasileira, que compreende os anos de 1946 e 1964. Como vocês verão, esse período é munido de reviravoltas e crises políticas, bem como de acalorados debates entre diferentes projetos de Brasil. Logicamente, os conflitos político-ideológicos da Guerra Fria acentuaram esses embates, atingindo o seu ápice em nos anos 1960 e 1970. Enfim, espero que vocês gostem e aprendam bastante, pois, sem dúvidas, o período da nossa experiência democrática comporta momentos decisivos para a formação do Brasil que conhecemos hoje.

O POPULISMO E O BRASIL NA GUERRA FRIA

Ao longo deste capítulo, abordaremos o conceito de populismo, bem como a conjuntura internacional da Guerra Fria, tendo em vista que esse contexto é essencial para a compreensão da instauração do regime democrático no Brasil¹. Dito isso, é preciso oferecer a vocês uma definição - entre as várias existentes - de populismo. Antes disso, contudo, vamos analisar o excerto a seguir, que

"Por força das transformações sociais e econômicas que associam ao desenvolvimento do capitalismo industrial [...] a democracia defronta-se [...] com a tarefa trágica de toda democracia burguesa: a incorporação das massas populares ao processo político. O crescimento das cidades e do proletariado lança à vida política amplos contingentes da população e o processo de absorção das massas passa a constituir uma dimensão política essencial."

oferece uma das visões sobre o contexto em que surgiu o populismo:

POPULISMO - Considerando o excerto, é possível argumentar que o populismo, enquanto fenômeno social e político, representa uma política de

¹ Isto porque, ao considerarmos a História enquanto um processo não linear e dotado de contradições, é essencial que se tenha noção das dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais que influenciaram – e influenciam – o nosso processo histórico e a formação da nossa sociedade

massas. Em outras palavras, o fenômeno do populismo pode ser entendido como a relação direta de um líder carismático com as massas populares. A necessidade de conquistar as camadas populares, que passaram a ser absorvidas pelo sistema político e eleitoral, constitui uma das explicações a respeito desse fenômeno. De modo similar, é possível situar o populismo como uma política baseada na atração de grupos sociais com menor poder aquisitivo através de medidas que atendem – ou que pareçam atender – seus interesses. Geralmente, se atribui a Getúlio Vargas e a Juan Domingo Perón o “rótulo” de líder populista. Porém, é importante mencionar que o populismo não se restringiu a esses países, pois foi um fenômeno forte em toda a América Latina.

AMÉRICA LATINA E GUERRA FRIA - Como vocês sabem, o Brasil estava inserido em uma conjuntura internacional de Guerra Fria e, de um modo geral, essa conjuntura condicionava os processos políticos e econômicos da América Latina. O Brasil, enquanto parte da América Latina, também foi afetado por eles. O excerto abaixo ilustra um pouco a situação da América Latina nesse contexto:

“Durante a Segunda Guerra Mundial, Washington ampliou sua ascendência sobre a América Latina [...] em todo o continente os capitais, o comércio e as empresas norte-americanas eram dominantes. Mais que qualquer outra região do planeta, na América Latina ficou claro que a Guerra Fria, em suas origens, constituía um instrumento de controle da Casa Branca sobre os governos, povos e economias locais.” (VIZENTINI, 1998, p.122-123).

BRASIL - A América Latina estava sob influência direta dos Estados Unidos. No caso brasileiro, não era só isso. O apoio dado pelo Brasil a partir de 1942 aos países aliados contribuiu para que grupos liberais brasileiros dessem início às campanhas para combater o “fascismo interno” do Estado Novo (1937-1945). Realmente, não seria uma contradição lutar pela democracia na Europa e possuir um governo autoritário internamente? A democracia consolidava-se como sistema político do bloco capitalista e o Brasil, sob a perspectiva das classes dirigentes nacionais e internacionais, não poderia permanecer com um governo autoritário.

ABERTURA POLÍTICA - Antecipando seus adversários, Vargas começou a liderar o processo de abertura política, primeiramente concedendo anistia a todos os presos políticos – como foi o caso do comunista Luís Carlos Prestes. Outro aspecto interessante do processo de abertura foi o retorno dos partidos políticos, que passaram a se mobilizar em torno das eleições de 1945. Como importante personagem também nessa questão, Vargas influenciou a formação do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Junto com

esses partidos, também estavam a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Comunista do Brasil (PCB).



QUEREMISMO E FIM DO ESTADO NOVO - O decreto da Lei Antitruste é um certo estímulo ao movimento queremista² refletia a postura dúbia de Getúlio Vargas em relação à abertura política e ao processo eleitoral. Assim, cresceu o receio relacionado às intenções de Vargas de permanecer no poder; em 29 de outubro de 1945 tropas do Exército cercaram o Palácio do Catete e exigiram que Vargas renunciasse. Depois disto, a presidência foi entregue temporariamente a José Linhares – que era o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) – até a realização de novas eleições, convocadas para dezembro de 1945.

ELEIÇÕES DE 1945 - Na disputa presidencial, o general Eurico Gaspar Dutra (PSD) venceu o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e o engenheiro Yedo Fiúza (PCB). O processo eleitoral de 1945 também elegeu os deputados e senadores que participaram da Assembleia Constituinte, destinada à escrita da nova Constituição. Por conta disso, vamos, brevemente, explicar as características dos 4 partidos citados anteriormente.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) - O partido reunia parte da burocracia estatal (servidores públicos, antigos interventores regionais, etc), bem como abrigava uma parcela significativa da elite econômica do país, como setores do empresariado nacional e da aristocracia rural.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) - O partido era composto pelos sindicatos e líderes sindicais que se associaram com Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), abrigando também a burocracia estatal ligada ao Ministério do Trabalho.

² O “queremismo” consistia em um movimento que pedia a permanência de Getúlio Vargas no poder. “Queremos Getúlio” era a palavra de ordem do movimento, que contava com o apoio de setores do PTB e do PCB.

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN) - O partido é conhecido pela sua oposição ao getulismo e ao trabalhismo, o que incluía políticos de orientação liberal. Contrários também ao nacionalismo econômico, a UDN era a principal interlocutora dos interesses do capital estrangeiro e das empresas multinacionais instaladas no Brasil.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB) - O PCB teve vida curta durante o período democrático populista, pois seu registro cassado em 1947 sob ordens do STF. Presente nas eleições de 1945 com a candidatura de Iedo Fiúza, o partido também participou da Assembleia Constituinte.

CONSTITUIÇÃO DE 1946 - Feito esse breve resumo sobre os partidos políticos, que tal analisarmos as principais características da Constituição de 1946?



MODELO LIBERAL DE ESTADO - A Constituição de 1946, ao pressupor a conservação da vida, da liberdade e da propriedade como princípios básicos, estabelecia um modelo liberal de Estado no Brasil. Além disso, a Constituição definia a democracia como regime político do país.

REPÚBLICA FEDERATIVA - Como forma de governo, a Constituição definia o Brasil enquanto uma República. E, como forma de Estado, a Constituição instituiu o modelo federativo no país.

DIREITOS TRABALHISTAS³ - A Constituição previa a permanência da legislação trabalhista da Era Vargas. Como novidade, o direito de greve passou a ter garantia constitucional, desde que apreciado pelo Ministério do Trabalho. Manteve-se, assim, o controle do governo sobre os sindicatos.

SEPARAÇÃO DOS PODERES - Diferentemente do período do Estado Novo, a Constituição de 1946 instaurou a separação dos poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário, de modo salvaguardar o funcionamento harmônico entre eles.

VOTO SECRETO E UNIVERSAL - A nova Constituição assegurava o direito ao voto secreto e universal para os maiores de 18 anos. Os analfabetos, porém, permaneciam sem esse direito.

MANDATOS ELETIVOS - A Constituição decretava que os mandatos deveriam ser eletivos, sendo de 5 anos para presidente da República e sem possibilidade de reeleição. Os deputados teriam mandato de 4 anos, permitindo-se a reeleição. Os senadores, por sua vez, possuíam mandatos de 8 anos.

DIREITOS DO CIDADÃO - A Constituição decretava o respeito aos direitos do cidadão, tais como a liberdade de expressão, de crença religiosa e de associação de classe.

O GOVERNO EURICO GASPAR DUTRA (1946-1950)

As eleições de 1945 contaram com a participação do general Eurico Gaspar Dutra (PSD), do brigadeiro Eduardo Gomes (UDN) e do engenheiro Yedo Fiúza (PCB). Com o apoio de Vargas, Dutra Venceu as eleições e assumiu como presidente da República em janeiro de 1946. A seguir, veremos as principais características de seu governo.

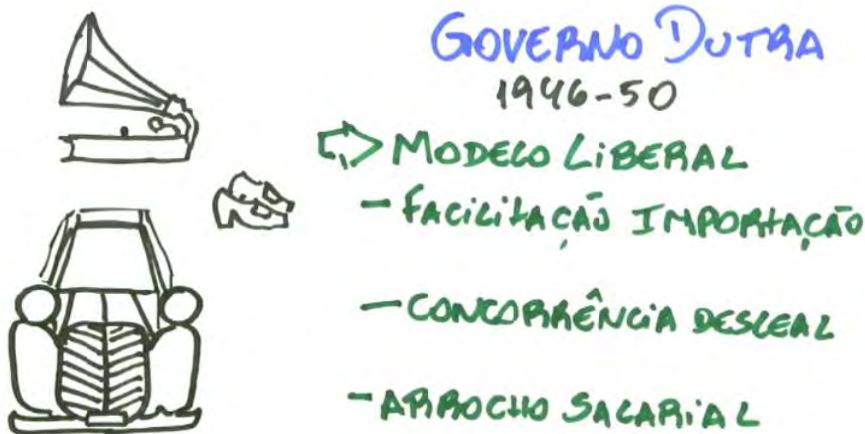
ALINHAMENTO COM OS EUA - A política externa de Dutra seguiu a direção do alinhamento com os EUA, conforme demonstra o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a URSS em 1947. Sob liderança dos EUA, o Brasil e os demais países latino-americanos assinaram o Tratado Interamericano de

³ Em relação a esse ponto, é interessante vocês estarem atentos às mudanças que o governo Temer vêm tentando realizar no campo dos direitos trabalhistas. Muitos dos direitos conquistados durante esse período encontram-se em um amplo processo de discussão. Na opinião de uns, a reforma serve para “modernizar” e “flexibilizar” o mercado de trabalho. Por outro lado, não são poucos os especialistas que afirmam que, na prática, a reforma trabalhista proposta retira inúmeros direitos dos trabalhadores.

Assistência Recíproca (TIAR), também em 1947. Em resumo, a política externa brasileira durante o governo Dutra foi marcada por uma **dependência relativamente passiva frente aos EUA** (VIZENTINI, 1999, pp.142).

ANTICOMUNISMO - O presidente Dutra tinha um perfil notadamente anticomunista, o que ajuda a entender seus esforços para decretar a ilegalidade do PCB já em 1947. Sob a justificativa do combate ao comunismo, o presidente também reprimiu as organizações sindicais e os movimentos grevistas, que protestavam contra a política de arrocho salarial promovida pelo governo.

O MODELO ECONÔMICO LIBERAL - Observem o esquema abaixo, sobre o modelo liberal do governo Dutra:



FACILITAÇÃO DAS IMPORTAÇÕES - A implantação de um modelo econômico liberal passou diretamente pela facilitação das importações. Sem muitos critérios de seleção, o Brasil passou a importar grandes quantidades de bens de consumo (brinquedos de plástico, aparelhos de televisão, automóveis, meias de náilon, geladeiras e aparelhos de rádio)⁴. Os industriais brasileiros, prejudicados com a política econômica de Dutra, argumentaram que o governo deveria selecionar as importações, de modo a priorizar a importação de bens de produção

CONCORRÊNCIA DESLEAL - Outra característica do modelo liberal foi a concessão de maiores liberdades para as empresas estrangeiras. O aumento de produtos importados no mercado interno, combinado às maiores facilidades para empresas estrangeiras, provocou uma concorrência desleal com as empresas nacionais.

⁴ COTRIM, Gilberto. *História Global. Brasil e Geral*. São Paulo: Saraiva, 2012, pp. 671.

RESERVAS CAMBIAIS - Como resultado do aumento das importações, as reservas cambiais foram gastas quase em sua totalidade, prejudicando as finanças públicas.

ARROCHO SALARIAL - O governo buscou combater a inflação através de uma política de arrocho salarial, o que aumentou a insatisfação dos trabalhadores e gerou uma série de greves por várias regiões do país. De modo autoritário, Dutra chegou a decretar a ilegalidade das paralisações, intervindo em sindicatos e ordenando a prisão de líderes operários.

PLANO SALTE - Apesar da aplicação de um modelo econômico liberal, Dutra sabia que o Estado deveria priorizar algumas áreas, tais como saúde, alimentação, transporte e energia. Nesse sentido, o Plano SALTE tinha como objetivo aumentar os investimentos nessas quatro áreas. Por conta da falta de recursos e de equívocos na gestão administrava, o Plano não foi bem-sucedido. Porém, é possível mencionar algumas ações positivas, como é o caso do combate à malária em 11 estados do país, assim como a finalização da rodovia Rio-São Paulo, conhecida como rodovia Presidente Dutra.

O RETORNO DE GETÚLIO VARGAS (1951-1954)

As eleições de 1950 novamente colocaram Getúlio Vargas na presidência do país. Conquistando 48,7% dos votos, o candidato do PTB obteve uma margem de votos superior ao segundo colocado: o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), que obteve 29,7% dos votos. Retornando “nos braços do povo”, Vargas implementou um governo marcado pelo trabalhismo e pelo nacionalismo econômico. Além disso, é importante reforçar o caráter dúbio de Getúlio Vargas ao longo da História do Brasil, primeiramente sendo protagonista de uma ruptura institucional – Revolução de 30 –, depois sendo um ditador – Estado Novo –, e, agora, retornando ao poder democraticamente e como um líder popular.

TRABALHISMO - O retorno do trabalhismo⁵ significou a retomada da política de valorização do salário mínimo, que chegou a crescer 100% em 1954. Em 1º de maio de 1951, Vargas proferiu um discurso para os trabalhadores no Rio de Janeiro, advertindo que, por ter sido um candidato dos trabalhadores, governaria também com o povo e com os trabalhadores, empreendendo todos os esforços para proporcionar a maior soma possível de conforto, segurança, e

⁵ Corrente política centrada nos direitos, no bem-estar dos trabalhadores e na valorização do trabalho. (COTRIM, 2012, p. 671)

bem-estar⁶". Isto é, Getúlio nitidamente buscava consolidar o seu discurso em favor dos trabalhadores com a adoção de políticas sociais e trabalhistas, o que indiscutivelmente encontra-se relacionado à questão do proletariado e das relações de produção e trabalho no Brasil daquele contexto. Outro aspecto importante do período, senão o mais importante, é o nacionalismo econômico. Observem o esquema abaixo, que ilustra um pouco essa questão:



NACIONALISMO ECONÔMICO - Os nacionalistas entendiam que o desenvolvimento econômico deveria ser baseado na industrialização e no fortalecimento do mercado interno. Nesse sentido, se buscava, sobretudo através do processo de substituições de importações⁷, retirar o caráter agroexportador da

⁶ GETÚLIO VARGAS. *Perfis Parlamentares*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, pp.677. Ver site: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf>

⁷ O processo de substituições de importações consiste, basicamente, em substituir, de forma gradativa, produtos importados por produtos produzidos nacionalmente. Desse modo, o que se pretendia era desenvolver a indústria nacional, reduzir a dependência com o mercado internacional e, não menos importante, estimular o desenvolvimento

economia brasileira, estimulando a produção de produtos manufaturados – de maior valor agregado – para o mercado interno e, em menor escala, externo. Como exemplo de incentivo à industrialização, o governo fundou, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Encarregado de atuar como braço direito do governo nas políticas de industrialização, o BNDE também elaborava projetos em áreas como transporte e energia. Os nacionalistas também defendiam a preponderância do papel do Estado em áreas consideradas estratégicas – como petróleo, siderurgia, transportes e comunicação (FAUSTO, 2015, p.225).

“O PETRÓLEO É NOSSO” - A exploração das riquezas, sobretudo as riquezas minerais, deveria, na perspectiva dos nacionalistas, ser submetida ao monopólio estatal. Coerente com essa abordagem, Vargas conseguiu reunir amplos setores da sociedade – militares, comunistas, socialistas, católicos, trabalhistas e até mesmo udenistas – em torno do que ficou conhecido como a “Campanha do Petróleo”. O objetivo da Campanha? A criação da Petrobrás, que ocorreu formalmente em outubro de 1953, constituindo, nas palavras de Vargas, “**o novo marco da nossa independência econômica**”⁸.

NACIONALISTAS X INTERNACIONALISTAS - A grande mobilização em torno da “Campanha do Petróleo” também pôs em cena o embate entre diferentes projetos de modernização do país. Contrários ao projeto nacionalista, os “internacionalistas”, também chamados pejorativamente de “entreguistas”, entendiam que o segundo ciclo da industrialização brasileira deveria ser coordenado pela iniciativa privada, em associação com o capital estrangeiro (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p.205). A oposição representada pelos internacionalistas foi capaz de barrar a proposta de limitar em 8% as remessas de lucros enviadas ao exterior, conhecida como Lei dos Lucros Extraordinários.

CRESCE A OPOSIÇÃO AO GOVERNO - Naturalmente, o programa nacionalista e trabalhista de Vargas acarretou em custos políticos, tendo em vista que entrava em choque com os interesses de diferentes grupos, sobretudo os das

econômico a partir da industrialização. Para economistas como Maria da Conceição Tavares, é possível afirmar que, entre os anos 1930 e o início dos anos 1990, a economia brasileira substituiu as suas importações por “etapas” – primeiro os bens de consumo não duráveis (alimentos, vestimentas, etc.), depois bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) e, posteriormente, bens de capital (máquinas, equipamentos...). Naturalmente, esse processo não foi constante, linear e, dependendo do governo, passou por momentos ou de aprofundamento ou de retrocesso.

⁸ CPDOC FGV. *Petrobrás*. Ver site:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>>

empresas estrangeiras.⁹ A volta da inflação, o cenário econômico desfavorável e as denúncias de corrupção faziam com que as críticas ao governo aumentassem, incessantemente disseminadas por setores da imprensa nacional. Destaca-se, nesse sentido, o jornal de propriedade de Carlos Lacerda, Tribuna de Imprensa.

ATENTADO DA RUA TONELERO - Faltava à oposição um acontecimento suficientemente traumático para levar as Forças Armadas a ultrapassar os limites da legalidade (FAUSTO, 2015, p.230). E esse acontecimento veio com o Atentado da Rua Tonelero. Círculos próximos ao presidente visavam “dar um jeito” em Carlos Lacerda, principal líder de oposição ao governo. Após uma investigação realizada pela Aeronáutica, Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Getúlio, foi declarado mandante da tentativa de assassinato contra Lacerda, que deixou o mesmo praticamente ileso e levou à morte um major da própria aeronáutica, Rubem Vaz.

CRISE POLÍTICA - A repercussão ao atentado foi desastrosa para o governo. Entre 05 de agosto e 23 de agosto de 1954, Vargas tentava se equilibrar no poder, alegando que a sua permanência na presidência representaria a legalidade constitucional. No dia 23 de agosto, contudo, ficou claro que Vargas já não mais possuía apoio para governar, tampouco simpatia das forças armadas. Nessa data, um manifesto assinado por 27 generais do Exército exigia a renúncia do presidente.

SUICÍDIO E CARTA-TESTAMENTO - Sem saída, Vargas, em um ato ousado e de desespero pessoal, tirou sua própria vida, legando ao povo brasileiro a Carta-Testamento. Segue, abaixo, um dos trechos mais famosos de seu último

“E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. [...]. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida

pronunciamento:

GETÚLIO VARGAS. Carta-Testamento. Ver na íntegra:
<http://www2.camara.leg.br/atividade->

⁹ Com destaque para as empresas estadunidenses. Sob uma perspectiva estratégica, não era interessante para os EUA que o Brasil desenvolvesse um parque industrial tecnologicamente sofisticado, pois isso nos dotaria de independência econômica. Por outro lado, as empresas brasileiras poderiam passar a concorrer com as estadunidenses, afetando os interesses econômicos dos EUA.

[legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>](#)

A Carta-Testamento, sem dúvidas, legou uma mensagem imbuída de expressivo significado político. Colocando-se ao mesmo tempo como vítima e acusador, Vargas culpou as forças internacionais e os seus inimigos internos pelo impasse político e pelas dificuldades econômicas do país. Em larga medida, os grupos opositores a Vargas foram vistos pela grande massa como responsáveis pelo seu suicídio, representando um duro golpe tanto na oposição quanto nos círculos golpistas das forças armadas. Como resultado da comoção em torno da morte de Vargas, a UDN novamente perdeu nas eleições de 1955, que deu a vitória a Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB).

O GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK (1956-1960)

As eleições de 1955 confirmaram a vitória para Juscelino Kubitschek (PSD-MG) e João Goulart (PTB-RS). A curta margem de votos de JK contra Juarez Távora, da UDN, alimentou o argumento de que JK não representava a vontade da maioria da população. Além disso, a UDN afirmava que os candidatos vitoriosos haviam recebido apoio do comunismo internacional. A experiência democrática brasileira conhecia mais um capítulo de instabilidade política.

GOLPE PREVENTIVO - Café Filho, partidário do golpe e interinamente presidente da República, sofreu um ataque cardíaco que o obrigou a se licenciar do cargo. Assumiu, então, o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, também partidário do voto à posse de Juscelino e Goulart. No entanto, o general Henrique Lott, de perfil legalista, passou a mobilizar o Exército para afastar Carlos Luz da presidência da Câmara e, com isso, garantir a posse de Juscelino. Resumindo, Carlos Luz foi deposto em 11 de novembro de 1955, deixando em seu lugar Nereu Ramos, presidente do Senado. Dias depois, Café Filho, aparentemente recuperado, tentou voltar à presidência da República. O Congresso, no entanto, impediu o seu retorno, garantindo Nereu Ramos como presidente. Juscelino e Goulart foram empossados como presidente e vice-presidente, respectivamente, em 31 de janeiro de 1956.

O PLANO DE METAS - Em sua campanha eleitoral, Juscelino Kubitschek prometeu desenvolver o Brasil **“50 anos em 5”**. Conforme veremos, o nacional desenvolvimentismo possui elementos que ora o aproximam do nacionalismo de Getúlio e ora o afastam. O governo lançou mão de um plano nacional de

desenvolvimento (Plano de Metas), compreendendo 31 objetivos divididos em seis grandes áreas: 1) energia; 2) transportes; 3) alimentação; 4) indústria de base; 5) educação; e 6) a construção de Brasília. Observem, abaixo, um esquema que elucida alguns pontos importantes sobre o Plano de Metas:



NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO - O nacional desenvolvimentismo defendia uma atuação direta do Estado na economia, sobretudo na indústria e no setor de infraestrutura. Contudo, os desenvolvimentistas assumiam a necessidade de atrair capitais estrangeiros. Nesse sentido, vocês precisam saber que, a partir do governo JK, a economia brasileira passou por um processo de internacionalização. Como contraponto aos desenvolvimentistas, os nacionalistas, apesar de reconhecerem que o projeto desenvolvimentista de JK tinha um importante componente modernizador, questionavam a desnacionalização de setores da economia brasileira.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA - O governo JK incentivou a produção de automóveis e caminhões no Brasil, principalmente através do favorecimento de capitais privados e estrangeiros. Entre as empresas multinacionais do ramo automobilístico que se instalaram no Brasil, é possível citar a Ford, a Volkswagen e a General Motors (GM). Essas empresas, com a Willys Overland, foram responsáveis por quase 80% dos 133 mil veículos produzidos no país em 1960 (FAUSTO, 2015, p.236). É importante salientar que a grande maioria das peças utilizadas na fabricação dos veículos era produzida no Brasil, o que, sem dúvidas, contribuiu para o processo de industrialização do país.

SETOR ENERGÉTICO - Nesse setor, o governo JK foi responsável pela construção de duas importantes usinas hidrelétricas, ambas localizadas em Minas Gerais: a de Furnas (no rio Grande) e a de Três Marias (no rio São Francisco). Por sua vez, a produção de petróleo cresceu em 150% durante o governo JK (COTRIM, 2012, p.675). Para vocês terem uma noção, o valor da produção industrial no

setor de energia elétrica e comunicações cresceu 380% entre 1955 e 1961 (FAUSTO, 2015, p.236).

TRANSPORTES - No setor de transportes, o governo Juscelino priorizou a construção de rodovias. Como complemento à introdução da indústria automobilística, foram construídos quase 20.000 km de rodovias, com destaque para a rodovia ligando Belém e Brasília.

CUSTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS - O Plano de Metas deixou como herança alguns custos econômicos e sociais para o país. De um lado, os empréstimos obtidos no exterior para a realização das obras de infraestrutura aumentaram a dívida externa brasileira. Por outro lado, os gastos governamentais com a construção de Brasília proporcionaram um aumento nos índices de inflação, que chegaram ao patamar de 39,5% em 1959 (FAUSTO, 2015, p.236). Outro aspecto negativo que se desdobrou do programa desenvolvimentista de JK foi o incremento do êxodo rural. O desenvolvimento industrial na região Sudeste atraía para os centros urbanos milhões de brasileiros do campo, que encontravam nas cidades a falta de estrutura urbana, os altos custos de vida e a miséria.¹⁰ O governo JK, na tentativa de corrigir o problema do êxodo rural e da miséria no interior nordestino, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959.

OS “ANOS DOURADOS” - O governo JK é constantemente associado a um momento de prosperidade econômica e de efervescência cultural. O esquema abaixo busca ilustrar um pouco desse momento:

¹⁰Apenas para ilustrar, quase metade da população brasileira, aproximadamente 45%, já vivia em cidades no ano de 196 (COTRIM, Gilberto. *História Global. Brasil e Geral*. Editora Saraiva, São Paulo, 2012, pp. 676).



BRASÍLIA - A construção de Brasília simbolizaria o progresso promovido pelo governo JK. Projetada pelo urbanista Lúcio Costa e pelo arquiteto Oscar Niemeyer, a nova capital mostraria ao mundo um país moderno e sofisticado. Além disso, a construção de Brasília auxiliaria a integrar as diferentes regiões do Brasil. Por fim, é preciso ter consciência da existência dos candangos, que eram os trabalhadores que vinham sobretudo do Nordeste. Graças aos esforços dos candangos, a nova capital do país foi entregue ainda no governo JK, em 21 de abril de 1960.

EFERVESCÊNCIA CULTURAL - A produção cultural do período também contribuiu para a sensação de prosperidade associada aos "Anos Dourados". A emergência da Bossa Nova, por exemplo, representa uma face interessante desse

"A Bossa Nova era um modo de dizer o que o país tinha de melhor e a confirmação de sua visibilidade: um Brasil moderno, cosmopolita, sofisticado, belo, livre. Ela forneceu aos brasileiros a senha para acelerar o tempo e criar, em cinco anos, algo novo capaz de vencer o subdesenvolvimento - ao menos

período:

Em relação a outros campos da cultura, é possível dizer que a televisão começava a dar os seus primeiros passos. Contudo, era o rádio – com seus programas de auditório, preces, novelas, noticiários e programas humorísticos – o veículo de comunicação com maior alcance popular. No cinema, é possível destacar a realização das chamadas "chanchadas", que eram filmes com conteúdo popular e enredo humorístico. Com o filme "Rio: 40 graus", o Cinema Novo também dava seus primeiros passos. Ademais, é possível mencionar o

aparecimento de espetáculos dedicados à realização de sátiras sobre aspectos da vida política o social, o chamado “teatro de revista”. Na música, seria possível citar, além da Bossa Nova, gêneros populares como a marchinha, o sambacanção, o frevo e o bailão. A vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo (1958) também reforçou o sentimento de otimismo do período.

O GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961)

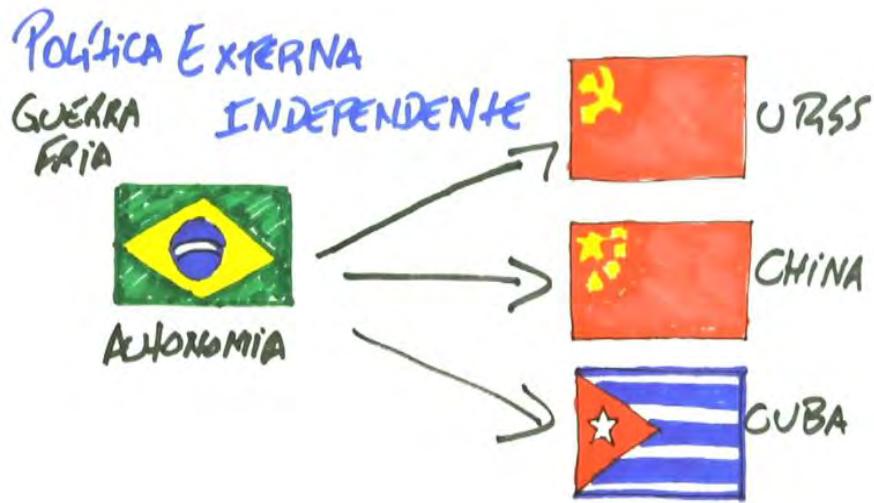
ELEIÇÕES DE 1960 - Jânio Quadros, político paulista que havia exercido sucessivamente os cargos de vereador, deputado, prefeito da capital e governador do estado, candidatou-se pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) nas eleições de 1960. Contando com o apoio da UDN, Jânio venceu o candidato Henrique Lott do PSD. Concorrendo à reeleição, João Goulart (PTB) foi eleito vice-presidente com 36% dos votos.

MORALIZAÇÃO DOS COSTUMES POLÍTICOS - As denúncias relacionadas à construção de Brasília foram o combustível para a campanha de Jânio Quadros, que soube muito bem utilizar o tema da corrupção a seu favor. Utilizando os meios de comunicação para denunciar os seus adversários, a campanha de Jânio inclusive lançou a famosa marchinha: “**varre, varre, vassourinha**”.

GOVERNO EXCÊNTRICO - Em linhas gerais, vocês precisam saber que o curto governo de Jânio Quadro é marcado pela preocupação com temas de segunda importância. Através de “bilhetinhos”, escritos à mão por Jânio, o presidente ordenava que os parlamentares votassem temas como a proibição de lança-perfumes, das brigas de galos, do uso de biquínis em desfiles de beleza e das corridas de cavalo em dias de semana.

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE - Apesar de efêmero, o governo Jânio Quadros inaugurou a chamada Política Externa Independente (PEI), que pode ser entendida através do trecho destacado abaixo:

“Em 1961, Jânio Quadros e seu Chanceler Afonso Arinos lançaram a Política Externa Independente (PEI), que tinha como princípios a expansão das exportações brasileiras para qualquer país, inclusive para os socialistas, a defesa do direito internacional, da autodeterminação [...] A raiz de tal diplomacia encontrava-se nas necessidades do desenvolvimento brasileiro, que sinalizavam para a mundialização da política externa, autonomizando-a



Com o objetivo de expandir as exportações brasileiras, Jânio Quadros, assumidamente anticomunista, reatou relações diplomáticas com a URSS e a China, desagradando profundamente a UDN. A “gota d’água” foi a condecoração de Ernesto “Che” Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul. O governo Jânio, assim, desagrava os trabalhistas e setores à esquerda por sua política econômica de austeridade, ao mesmo tempo em que desagrava a UDN e setores conservadores com a sua Política Externa Independente (PEI).

A RENÚNCIA - Acusando Jânio de “abrir as portas do Brasil ao comunismo internacional”, a UDN de Carlos Lacerda retirou seu apoio ao governo. Sem suporte político e sem contar com bases sociais organizadas, Jânio comunicou sua renúncia ao Congresso Nacional, que rapidamente acatou a decisão. Segundo interpretações, a renúncia de Jânio foi a combinação da personalidade instável do presidente com um cálculo político equivocado (FAUSTO, 2015, p.243).

O GOVERNO JOÃO GOULART (1961-1964)

A renúncia de Jânio Quadros despertou um profundo quadro de instabilidade política, tendo em vista que os ministros militares tinham a pretensão de vetar a posse de João Goulart. Apesar da Constituição ser clara quanto à legalidade da posse do vice-presidente, Jango, que carregava o rótulo de “esquerdista”, era acusado de estimular a instauração de uma “república sindicalista” no Brasil.

CAMPANHA DA LEGALIDADE - Sob liderança do governador Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a “Campanha da Legalidade” tinha como objetivo garantir a

posse de João Goulart. No excerto abaixo, é possível imaginar o clima de crise política que estava instalado no Brasil naquele momento:

“O governador pôs em ação a poderosa Brigada Militar Gaúcha e determinou a transferência dos estúdios da Rádio Guaíba para o subsolo do Palácio Piratini [...] A Rádio da Legalidade transmitia 24 horas [...] Brizola sabia bem o risco que estava correndo. Armou a população para a resistência, convocou uma multidão para ocupar a Praça da Matriz [...] e subiu barricadas feitas com sacos de areia, bancos arrancados da praça, carros e caminhões amontoados em volta do palácio. Distribuiu armas aos funcionários, andava para cima e para baixo com uma metralhadora a tiracolo. e não exagerava.”

Contrariando as previsões, o comandante do III Exército, general Machado Lopes, declarou apoio ao Movimento da Legalidade. Com sede no Rio Grande do Sul, o III Exército era a mais poderosa força terrestre do Exército brasileiro. Com o seu apoio, o Movimento da Legalidade passou a contar com 40 mil soldados, 13 mil homens da Brigada Militar e cerca de 30 mil voluntários (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.435). Em suma, a Campanha da Legalidade é um dos momentos mais dramáticos do período democrático. Brizola havia armado uma resistência militar e civil contra o movimento que se opunha à posse de Jango, tornando-se a primeira liderança civil a confrontar abertamente um golpe militar. Sem a Campanha, provavelmente a ordem constitucional não seria cumprida.

PARLAMENTARISMO - Com o fortalecimento do movimento pela legalidade, os partidários do voto à posse de Goulart foram obrigados a negociar. A solução encontrada foi a adoção do regime parlamentarista, que passou a ter Tancredo Neves (PSD-MG) como primeiro-ministro. A intenção era limitar os poderes de João Goulart como presidente da República, colocando-o sob controle do Congresso Nacional.

PLEBISCITO - Em janeiro de 1963 houve a realização de um plebiscito destinado a escolha do retorno ou não do regime presidencialista. Dos 12 milhões de cidadãos que votaram no plebiscito, cerca de 10 milhões optaram pelo retorno do presidencialismo. A partir de então, João Goulart passou a ter mais autonomia para implantar o seu programa de governo, notadamente marcado pelo trabalhismo e pelo nacionalismo econômico.

PLANO TRIENAL - A proposta de Goulart para responder aos problemas socioeconômicos do Brasil¹¹ veio com o Plano Trienal (1962), organizado pelo

¹¹ A situação no Brasil não era animadora. Aliado ao quadro de instabilidade política e social, a inflação subia e, com isso, também subiam os custos de vida nos

economista Celso Furtado. Segue, abaixo, um quadro explicativo a respeito do Plano:



Como forma de distribuir as riquezas nacionais, o Plano Trienal pretendia desapropriar latifúndios improdutivos e estatizar setores estratégicos da economia, como os setores ligados à exploração mineral. Abrindo um breve parênteses, vocês devem imaginar que essas propostas, em uma conjuntura de Guerra Fria e polarização ideológica, eram ousadas demais. Além de combater a inflação e retomar o crescimento econômico, o plano pretendia reduzir a dívida externa brasileira, que havia crescido consideravelmente durante o governo JK. Por razões como a falta de apoio no Congresso, o governo Goulart não conseguiu aplicar o Plano Trienal conforme previsto.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL - O governo Goulart é marcado pela mobilização social e política de diversos setores da sociedade brasileira (COTRIM, 2012, p.681). A conjuntura da Guerra Fria e o triunfo da Revolução Cubana acirraram ainda mais os ânimos dos grupos favoráveis e contrários ao governo Jango, que podem ser observados no esquemas abaixo:

grandes centros urbanos. No meio rural, a situação era ainda mais grave, sobretudo pelo fato de que os trabalhadores rurais não gozavam dos direitos dos trabalhadores urbanos.

**AMEACA
COMUNISMO!!**

UNE
JUC
CGT
LIGAS
CAMPONESAS



IBAD
IPES
UDN

Os grupos favoráveis às reformas de Jango eram sobretudo os estudantes – representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela Juventude Universitária Católica (JUC) –, os trabalhadores urbanos – aglutinados no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – e os camponeses, representados nas Ligas Camponesas. De outro lado, estavam organizações privadas, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas em Estudos Sociais (IPES), que eram parcialmente financiados pelos EUA. Entre suas ações, estava a difusão de propaganda contrária ao governo e o financiamento de políticos da oposição. De modo sintético, a oposição insistia que o governo estava contaminado pela ideologia comunista.

AS REFORMAS DE BASE - Com o fracasso do Plano Trienal, o presidente João Goulart foi às ruas para conquistar apoio popular ao seu novo projeto de governo: as “Reformas de Base”. Em tom enérgico, Jango discursou para cerca de 200 mil pessoas em frente à estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, com o objetivo de defender a realização das reformas. Segue abaixo o trecho final de

“Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica

um dos discursos mais importantes desse período de experiência democrática:

Ver discurso na íntegra: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>



REFORMA AGRÁRIA¹² - A reforma no campo pretendia facilitar o acesso à terra para milhões de lavradores que não a possuíam. Em suma, a reforma agrária – “carro-chefe” das reformas de base – pretendia reduzir a desigualdade no meio rural.

REFORMA EDUCACIONAL - A reforma na educação tinha como objetivo aumentar o número de escolas e universidade públicas, assim como pretendia realizar políticas públicas de combate ao analfabetismo.

REFORMA URBANA - O objetivo da reforma urbana era criar programas habitacionais com a finalidade de reduzir o déficit habitacional nas grandes cidades. A reforma urbana também incluía a desapropriação de imóveis com base no interesse social.¹³

¹² Assim como o caso da reforma trabalhista, é fundamental vocês refletirem sobre a questão da reforma agrária e sua permanência no debate político nacional. A reforma agrária constitui uma demanda histórica dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores sem terra. Ou seja, não é algo “preso” nesse dado contexto histórico, mas sim parte de um processo de lutas e disputas pela terra no meio rural brasileiro.

¹³ FGV CPDOC. As Reformas de Base. Ver site: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepública/As_reformas_de_base>

REFORMA ELEITORAL - O principal objetivo da reforma eleitoral era, sem dúvidas, ampliar o direito de voto para os analfabetos. A reforma também pretendia estender o direito de voto para as patentes subalternas das forças armadas.

REFORMA TRIBUTÁRIA - A reforma tributária tinha como objetivo reduzir as desigualdades sociais no que diz respeito aos deveres entre ricos e pobres, patrões e empregados. (COTRIM, 2012, p.682).

REAÇÃO AO COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL - Naturalmente, a oposição convocou a sua própria manifestação. Dias mais tarde do Comício da Central do Brasil, ocorreu a chamada “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. Convocada pelos institutos privados, IBAD e IPES, e amplamente divulgada na imprensa, a marcha reuniu os grupos sociais contrários ao governo Goulart, contando com uma quantidade de pessoas igual ou até mesmo superior ao Comício da Central do Brasil.

GOLPE CIVIL-MILITAR - A rebelião das forças armadas, que teve início nas movimentações apoiadas pelo governador Magalhães Pinto (MG), rapidamente teve suporte das unidades do Rio Grande do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Sem pretensões de resistir, João Goulart se retirou de Brasília e foi para o Rio Grande do Sul. Ainda com Jango em solo brasileiro, propositalmente, diga-se de passagem, o cargo de presidente da República foi declarado vago. Depois disso, João Goulart foi para o Uruguai como exilado político. Logicamente, é importante ressaltar que uma parcela da sociedade civil e os grandes veículos de comunicação, sobretudo a Rede Globo, foram fundamentais para que o golpe fosse consumado, legitimado e, posteriormente, se transformado em um regime de exceção que durou 21 anos. Por conta disso, muitos historiadores hoje utilizam a denominação “ditadura civil-militar”, para dar conta do papel desempenhado pelos meios de comunicação, setores do grande empresariado nacional, entre outros atores, nessa conjuntura histórica.

PARA SABER MAIS!

Livros:

- ✓ **Brasil: Uma Biografia.** Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. 2015

O livro **Brasil: Uma Biografia** oferece uma perspectiva muito interessante a

respeito da História do Brasil, sobretudo ao dar ênfase a temáticas relativas à formação da sociedade brasileira. Ou seja, as autoras não privilegiam a linearidade e a cronologia dos fatos históricos e suas divisões. Em resumo, as autoras analisam uma variedade de temas e questões do processo histórico brasileiro a partir de uma narrativa agradável e com uma linguagem acessível.

Sites:

- ✓ FGV CPDOC. <http://cpdoc.fgv.br/>

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), oferece um amplo acervo a respeito da História do Brasil. Especificamente sobre o período democrático populista, o CPDOC oferece uma extensa bibliografia sobre os mais variados temas.

Filmes e documentários:

- ✓ **Getúlio.** João Jardim. 2014
- ✓ **Jango.** Silvio Tendler. 1984
- ✓ **Terra em transe.** Glauber Rocha
- ✓ **O dia que durou 21 anos.** Camilo Tavares. 2013
- ✓ **Os Anos JK, uma trajetória política.** Silvio Tendler. 1980

Abordando principalmente o período da crise e do suicídio de Vargas, o filme **Getúlio** é uma fonte válida para compreender os últimos momentos de seu governo.

Os documentários de Silvio Tendler – **Jango** e **Os Anos JK** – possuem ampla pesquisa histórica e narram os principais eventos desses governos.

O documentário “**O dia que durou 21 anos**” aborda o tema da interferência

dos EUA no processo que culminou no golpe de 1964.

Uma das principais referências do Cinema Novo, o filme **Terra em Transe**, aborda um tema que muito se fez presente durante os anos 1950 e 1960: o subdesenvolvimento.

REFERÊNCIAS

COTRIM, Gilberto. História Global. Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2012

CPDOC FGV. Petrobrás. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>>

Acesso em 30.03.2017.

CPDOC FGV. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/BNDE>>

Acesso em 30.03.2017.

CPDOC FGV. Reformas de Base. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_reformas_de_base> Acesso em 04.04.2017.

CPDOC FGV. Constituição de 1946. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/constituicao-de-1946>> Acesso em 04.04.2017.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. Uma Breve História do Brasil. São Paulo: Planeta, 2010.

EBC. Discurso de Jango na Central do Brasil. Disponível em: Ver discurso na íntegra: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>> Acesso em 04.04.2017.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2015.

GETÚLIO VARGAS. Perfis Parlamentares. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em:

<bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getulio_vargas.pdf>

Acesso em 28.03.2017.

GETÚLIO VARGAS. Carta-Testamento. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>>

VIZENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e o mundo. A política externa e suas fases. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.20, n.1, p.134-154, 1999.

_____ História do Século XX. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, pp. 422.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. Editora Paz e Terra, 1989. Disponível em: <<https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/francisco-weffort-o-populismo-na-polc3adtica-brasileira.pdf>> Acesso em 25.03.2017.

PARTE II

HISTÓRIA

05

DITADURA MILITAR

meSalva!

DITADURA MILITAR

E aí, estudante do Me Salva! Seja bem-vindo à apostila de História que falará sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Esta apostila foi produzida especialmente para você, pensando no que você precisa saber para atingir seus objetivos como estudante de concursos, vestibular e Enem, mas sem esquecer do que você pode saber para tomar posição sobre algumas questões na vida cidadã.

Por isso a Apostila foi dividida em cinco capítulos, dispostos a fim de melhorar a compreensão dos processos históricos ocorridos durante a ditadura. Aviso de antemão que a narrativa que você verá aqui não é linear, ou seja, não apresenta os fatos “tais como aconteceram” um após o outro. Isso porque entendemos que a História não é uma sucessão de fatos, mas é feita de continuidades e rupturas que se encadeiam em diferentes processos.

No primeiro capítulo você verá um pouco sobre os eventos que levaram ao Golpe Civil-Militar de 1964, a campanha da Legalidade, os primeiros Generais que comandaram a política do Brasil até 1969 e um pouco sobre o que foi a resistência aos primeiros anos de Ditadura. Veremos também o porquê de dizermos “Ditadura Civil-Militar” e não “Ditadura Militar”.

No segundo capítulo aprofundaremos mais sobre os meios pelos quais a ditadura se consolidou no país, suas estratégias de legitimidade, suas campanhas publicitárias, e o dito “milagre econômico”. Também veremos como grupos armados tentaram derrubar a ditadura.

No terceiro capítulo buscaremos tornar mais claro o processo político institucional, para entender como os militares agiam no seio da política nacional, e como os partidos se organizavam nesse regime. Veremos também que novas formas de contestação política surgiram e quais impactos foram gerados a partir disso.

No quarto capítulo veremos como as ditaduras civis-militares se organizavam no sul da América do Sul e se entrelaçavam para manter seus regimes.

No último capítulo convidamos você para uma reflexão de comparação entre o hoje e o ontem. O que se foi e o que ficou desse período brasileiro? Estudaremos algumas instituições que ainda permanecem vivas em nosso país e que surgiram naquele momento de repressão.

Além disso, alguns exercícios chamados “Refletindo” vão deixá-lo a par de questões de concursos e vestibulares com a temática desta apostila. Tudo isso

para que você tenha uma experiência de estudo completa, com teoria e prática - e, claro, com o método Me Salva! que deixa a sua aula ainda mais interessante!

Portanto, estudante do Me Salva!, espero que você tenha uma experiência única de ensino e aprendizado. Mão à obra, e bora estudar!

A NOITE COMEÇA: O GOLPE, OS CIVIS E OS MILITARES



Como um golpe acontece? Quero dizer, como um governo legítimo, escolhido democraticamente pelo povo, cai e, em seu lugar, surge um governo antidemocrático, violento, autoritário? É isso que veremos aqui. E, para compreender essa questão, precisamos conhecer melhor alguns atores desse grande teatro que é a política!

Jânio Quadros: Em primeiro lugar, houve um processo complicado nos 5 anos anteriores ao golpe. Em 1960, foi eleito para presidente Jânio Quadros, uma figura de difícil caracterização, e que pediu renúncia apenas 9 meses depois de sua posse. Até hoje não se sabe bem o porquê de Jânio ter pedido afastamento da presidência, mas isso gerou uma problemática muito grande no cenário político.

João Goulart(Jango): Este sujeito foi eleito como vice-presidente de Jânio Quadros em 1960 (naquela época, o vice-presidente era eleito de forma separada, e não por "chapas", como é atualmente). João Goulart era considerado um "herdeiro político" de Getúlio Vargas; era, portanto, um sujeito que buscava se inserir em diferentes camadas políticas, ora circulando nas esquerdas, ora nas direitas. Acontece que, após a renúncia de Quadros, houve uma tentativa de não deixar Jango assumir o poder; esse movimento ficou conhecido como a primeira

tentativa de golpe dos militares. O golpe não aconteceu e, no final das contas, Jango assumiu – no que ficou conhecido como Movimento pela Legalidade.

Mas em 1964, após uma série de acontecimentos políticos e sociais¹, no dia 1 de abril, João Goulart foi deposto. Tanques de guerra nas ruas. Militares em todos os cantos do país. A política tinha mudado completamente e não éramos mais governados por um presidente legítimo, mas por uma junta de militares que tomaram o poder pela força. Até hoje, muitas pessoas chamam isso de um “Golpe militar”, mas já está consolidado pela historiografia que o que aconteceu foi um golpe “Civil-Militar”, ou seja, que teve a maior ênfase dos militares, já que eles iriam tomar o poder, mas que teve apoio de outros políticos civis e grandes empresas, como as organizações Globo. Para além disso, movimentos de massa, com pessoas nas ruas pedindo uma intervenção dos militares, deram o tom de que a população brasileira apoiava o movimento – o que de fato não era real. O motivo principal era que, se os militares não tivessem dado um golpe no país, os comunistas o teriam feito. O medo do “inimigo externo”, ou “perigo vermelho” (apelidos para o comunismo na época), influenciado pela mídia, foi essencial para o acontecimento.

Tomando o poder, para fingir que a Constituição de 1946 ainda estava valendo, os militares passaram a introduzir diversos Atos Institucionais – A.I.s, em que várias mudanças constitucionais eram realizadas, sem que, para isso, existisse a necessidade de consultar o congresso. Ao todo, foram 17 atos institucionais em 21 anos de ditadura, mas aqui focaremos no Ato Institucional de número 5 → AI-5.

O AI-5 foi instaurado no regime de Costa e Silva, segundo presidente da ditadura civil-militar. Com a desculpa de melhorar o sistema político e restaurar a ordem, os militares passaram a cassar mandatos de alguns congressistas, ou seja, políticos que foram eleitos como deputados federais perderam seus mandatos e muitos foram presos ou exilados. Isso aconteceu em 1968, ano em que a ditadura se mostrou mais autoritária, fechando o congresso e instaurando diversas medidas de repressão, que estudaremos mais adiante.

Importa saber, por ora, que até 1968, ou melhor, até o AI-5, parecia ser apenas mais um regime de poder político democrático. Com a promulgação do AI-5, a ditadura se mostrou mais cruel para toda a população. Os protestos de rua passaram a ser perseguidos pela política, militantes políticos eram presos e torturados e a censura passou a atingir diversos meios de comunicação. Mesmo as pessoas que não tinham circulação por ambientes políticos, trabalhadores em

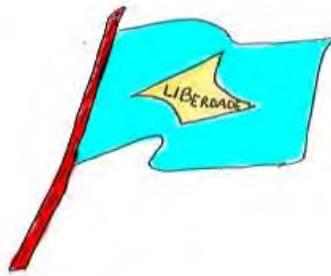
¹ A mídia (jornais, rádio, televisão, etc.) teve um papel fundamental nesse processo, distorcendo informações e colocando o país contra Jango. Em recente publicação, o grupo que é dono do jornal O Globo admitiu ter tido ativa participação no golpe de 1964.

geral, eram alvo de suspeita se eram vistos andando nas ruas após às 22h – seguida, muitas vezes, de perseguição. Tudo isso para manter uma espécie de legitimidade da ditadura.

CAMINHANDO CONTRA O VENTO: A REPRESSÃO E A RESISTÊNCIA

Ainda que a maioria das pessoas acreditassesem no que a ditadura dizia – que estava tudo ocorrendo normalmente e que o ambiente democrático seria garantido – algumas pessoas sabiam que aquilo não correspondia à realidade. Artistas, intelectuais e membros de movimentos sociais se organizavam em diferentes esferas para questionar os “métodos” dos militares.

Desde o início do regime ditatorial, e até mesmo antes dele, milhares de pessoas iam para as ruas, num movimento muito parecido como o que acontece hoje, para questionar o que consideravam errado. Assim aconteceu com a Marcha dos 100 mil, uma passeata pelo fim da ditadura, que aconteceu em 1968. Membros da Tropicália, artistas da MPB e intelectuais foram ativos nos processos que desencadearam essa marcha. Ela recebeu esse nome por conta da grande adesão de participantes, mais de cem mil pessoas.



#REFLETINDO (1)



A questão abaixo foi retirada de uma prova de vestibular da UDESC. Sua resolução está ao final da apostila (mas só confira depois de responder!).

“Organizadas em oposição a João Goulart, as Marchas da Família se transformaram em forte apoio ao governo militar, reunindo uma massa de civis, nas capitais e interior do país.” (REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Ano 1, n. 8, fev./mar. de 2006. p. 60.)

Relacionando o fragmento acima ao golpe militar no Brasil, é correto afirmar:

- a) As torturas e as perseguições políticas são matérias para ficção, pois o Brasil sempre foi um país estável politicamente.
- b) Havia receio dos setores mais progressistas do Brasil de que os norte-americanos invadissem o país.
- c) O medo, em relação ao comunismo, não existia no meio social, posto que o país, em especial suas elites, sempre foi simpático às ideias comunistas.
- d) Por ocasião do golpe houve um movimento civil conservador, inicialmente organizado em oposição ao governo do presidente trabalhista João Goulart, manifestado nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade.
- e) Não houve exílio de brasileiros, pois a Constituição de 1967 garantia a liberdade de expressão política.

SUSTENTANDO UM REGIME NA FORÇA E NA ESTRATÉGIA

Como é que se sustenta uma ditadura? Já que as sociedades modernas acreditam na democracia como melhor forma de governo, como se legitima o uso da força e a falta de eleições? É mais simples do que parece e os Militares realizaram da seguinte forma:

1. Aparência democrática → ainda que não existissem eleições para presidentes, em algumas cidades do interior do país havia eleições para prefeitos, vereadores, etc. Nas maiores cidades, esses cargos eram indicados por figuras importantes da ditadura. Isso fazia com que o clima de democracia parecesse real. Além do mais, o cargo de presidente era ocupado por uma “eleição indireta”, ou seja, membros da ditadura, fantasiados de democratas, votavam para presidente. Tudo isso gerava um clima mais ameno, para quem não tinha outras formas de compreensão do mundo político além do rádio e televisão (se levarmos em conta que, mesmo a televisão, era um objeto de consumo muito caro para a maioria da população, que consumia mais o rádio).
2. Milagre Econômico → Não nos enganemos com o nome. Tampouco foi um milagre (milagre é efeito sem causa, e esse teve causa), tampouco foi bom para a economia. Melhor dizendo, foi bom para a economia dos empresários, no cenário internacional. O modelo de organização econômica da ditadura foi o “desenvolvimentismo”, ou seja, uma lógica de exportação dos produtos nacionais, a fim de desenvolver os produtos internos. Isso fazia com que se exportasse muita produção brasileira – noutros termos, o dinheiro entrava, mas entrava para os empresários.

O governo dizia que havia um milagre econômico que fazia com que as pessoas melhorassem de vida e tivessem maior poder de consumo, com elevação no padrão de vida. Isso não aconteceu de fato; a maior parte do país continuava na pobreza extrema e logo passou a se dar conta disso. Por isso a ditadura utilizou outros métodos para manter a imagem de progresso.



3. Propaganda na televisão → A utilização da televisão para difundir a ideia de uma ordem nacional aconteceu durante toda a ditadura. É claro que isso não colava mais na segunda metade da década de 1980, mas, mesmo assim, o regime civil-militar utilizou muito esse método. Escondia a pobreza e mostrava o progresso econômico, a alegria de ser brasileiro, o futebol como elemento que une o país, etc.



RESISTINDO AO REGIME NA FORÇA E NA ESTRATÉGIA



(IMAGEM: QUINO, DISPONÍVEL EM: [HTTPS://MUNDODEOZ.WORDPRESS.COM/2012/01/18/A-BORRACHA-DE-APAGAR-IDEOLOGIAS/](https://mundodeoz.wordpress.com/2012/01/18/A-BORRACHA-DE-APAGAR-IDEOLOGIAS/).)

Para além do movimento cultural, outros grupos resistiram ao regime da ditadura. A historiografia se acostumou a chamar esse sistema de resistência de “guerrilha”. Existiam diversos grupos de guerrilhas, que encontravam na luta armada a única solução para o problema da ditadura (já que, para eles, a falta de democracia é um problema).

É o caso da Guerrilha do Araguaia, que reuniu membros do extinto Partido Comunista do Brasil, que vivia na ilegalidade. Nesta guerrilha, os militantes do

partido foram mandados para a região do rio Araguaia, a fim de desenvolver um “foco de guerrilha”, agitando a população do interior do país a lutar contra o regime.

Mas a guerrilha do Araguaia foi, essencialmente, rural, já que se estabeleceu nos espaços de campo do interior do país. Outros grupos optaram pela guerrilha urbana. É o caso da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento 8 de Outubro (MR-8) e Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares). De uma forma ou outra, esses e outros movimentos revolucionários armados participaram de algumas ações específicas que tentavam enfraquecer, ou até mesmo derrubar, o regime civil-militar. Utilizavam, principalmente, de “trocas” entre seus companheiros que foram presos pela ditadura e políticos importantes. Assim, os embaixadores da Suíça, Alemanha e Estados Unidos foram sequestrados em três diferentes momentos da ditadura, por alguns desses grupos, e trocados por militantes presos, que eram soltos ou exilados no México.

Para além disso, os militantes desses movimentos acreditavam que a única forma de garantir sua vitória era enfraquecer aos poucos o regime, tirando dele próprio os mantimentos para a guerrilha. Por isso organizavam ações de “expropriação”, ou seja, invadiam bancos públicos e diziam estar “tomando de volta o dinheiro que a ditadura tomou”.

Entretanto, para o grande público, a ditadura divulgava o rosto desses militantes como “terroristas”, procurados por “crimes”. Isso fazia com que as pessoas tivessem uma imagem incompleta desses movimentos, e essa visão se perpetua ainda nos dias atuais.

A LUTA POLÍTICA CONTINUA!

Lembra que falei anteriormente que, em um regime ditatorial, a principal sustentação está na ilusão democrática? Pois bem, na ditadura civil-militar brasileira isso aconteceu com o bipartidarismo. Ou seja, a partir de 1964 os militares disseram que os partidos tradicionais existentes no Brasil (UDN, PDT, PCdoB, PCB, etc...) não deveriam mais existir; o multipartidarismo traria muitas contrariedades para uma ditadura, e os militares queriam se livrar disso. Dessa forma, com o bipartidarismo, apenas dois partidos poderiam existir durante a ditadura.

De um lado, representando o partido dos que apoiavam a ditadura, estava a Arena – Aliança Renovadora Nacional. De outro lado, representando os partidos

de centro-esquerda e esquerda, partidos que representavam a resistência à ditadura, estava o MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

Esta aparência democrática ajudou a ditadura a se manter por um tempo. Entretanto, não era tão democrático assim, na prática. Os membros do MDB, por serem membros de outros partidos antes da Ditadura, eram perseguidos e, por vezes, presos e torturados. A política para quem não apoiava a ditadura era cruel.

Entretanto, nenhum regime consegue ser invisível por muito tempo. A ditadura começou a perder força no campo político a partir da segunda metade dos anos de 1970. Por isso é que se diz que foi a partir do governo de Geisel (1974-1979) que se iniciou uma abertura política, ou seja, um processo lento e gradual que devolvia a política brasileira à democracia. Mas não se engane, não foi tão fácil. Todas as medidas foram lentas.

Em 1976 a Lei Falcão inaugurou uma igualdade política no regime. Essa lei foi responsável por igualar a propaganda política na televisão entre Arena e MDB – antes, obviamente, a Arena tinha muito mais visibilidade.

Mas o fato de existir uma lenta e gradual abertura política não significa que a repressão tenha acabado. Tanto é que, em 1975, um dos principais jornalistas brasileiros foi assassinado pelos militares. Vladimir Herzog foi encontrado enforcado em uma janela de menos de um metro de altura. Na época, os militares afirmavam ser suicídio, mas ficou-se sabendo, pouco depois, que foi assassinato.

O clima nos anos 1970 era de extrema instabilidade política e social. As repressões a manifestações de rua na década anterior não tiveram o efeito desejado – que era o de desencorajar os jovens. A resistência aumentou, e o MDB, Movimento Democrático Brasileiro, também cresceu. Ao final da década o partido era tão grande que conseguiu pressionar politicamente os líderes militares e conseguiu uma anistia.

A anistia do final dos anos de 1970 perdoou muitos políticos, jornalistas, músicos, intelectuais e militantes de movimentos sociais e de guerrilha urbana que tinham lutado contra a ditadura. Isso significava que tudo tinha acabado e que a ditadura iria terminar? Não. Mas já era um indício de que algumas coisas poderiam mudar e de que a disputa pela legalidade estava mais próxima.

O bipartidarismo foi vencido e, em 1979, muitos partidos conseguiram voltar à legalidade. Foi o caso dos partidos mais antigos, como o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PDT, surgido no seio do PTB. Mas também novos partidos surgiram, como é o caso do PMDB, PT e PP, este último representante da ARENA, partido da ditadura.

É claro que os partidos mais à esquerda, como os comunistas, ainda não puderam voltar à legalidade; seus membros buscavam disputar a política dentro do PMDB.

O VELHO JÁ MORREU E O NOVO NÃO NASCEU

No meio de tudo isso, uma reforma muito grande acontecia: o sindicalismo. Se no período de Getúlio Vargas os sindicatos eram aparelhos que estavam vinculados ao governo, mesmo tendo autonomia suficiente para criticá-lo quando necessário, o movimento que a ditadura dos civis-militares fez foi outro. A autonomia dos sindicalistas era mínima e aquele modelo de Getúlio para os sindicatos foi, aos poucos, destruído. É claro que não é possível dizer que os sindicatos eram todos “pelegos”, ou seja, todos ligados à ditadura, mas muitos sim.

O fato é que, a partir de 1978, um novo formato de sindicalismo estava sendo forjado no seio da classe trabalhadora, e era o denominado “novo sindicalismo”. Esse “novo sindicalismo” pretendia ser mais autônomo, desligado completamente do governo, sem medidas paternalistas e assistencialistas, e estava voltado para a causa do proletariado, do operariado. Uma das principais figuras desse modelo de novo sindicalismo foi Luís Inácio da Silva, o Lula.

O estopim desse movimento surgiu no ABC paulista (região que congrega Santo André, São Bernardo e São Caetano, cidades importantes para a metalurgia), quando, em 1979, o Sindicato dos Metalúrgicos propagou uma das maiores greves gerais dos últimos anos, mobilizando milhares de trabalhadores e denunciando as inconsistências da ditadura.

Os militares diziam (através de seu ministro civil, Delfim Neto), durante todo o período do milagre econômico, que o preço dos produtos no mercado subia por causa da inflação, que o salário dos trabalhadores não podia subir por causa da inflação e apresentavam números falsos da tal inflação. Mas, no final dos anos de 1970, os números verdadeiros apareceram na mídia, e isso insuflou os trabalhadores contra o regime.

É claro que não é possível dizer que o novo sindicalismo acabou com a ditadura, da mesma forma que não é possível dizer que os guerrilheiros acabaram com ela, ou que os artistas o fizeram. A resistência se deu em vários níveis, todos com importância ímpar. Mas os militares tinham muitos trunfos, até em níveis internacionais.

#REFLETINDO (2)

Esta questão foi organizada e aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sua resolução está ao final da apostila.

A reforma partidária, que implantou o pluripartidarismo no Brasil, no governo Figueiredo, tinha por objetivo

- a) consolidar os resultados das eleições de 1974 que deram ampla vitória ao partido do governo, o PDS.
- b) levar os liberais, concentrados no PP, para engrossar as fileiras do PRS e fortalecer o apoio ao governo.
- c) quebrar o monopólio que o MDB exercia na oposição fragmentando-o em inúmeros partidos e evitando a sua ascensão ao poder.
- d) revigorar o PDT para que esse pudesse enfrentar o PT nas eleições majoritárias.
- e) utilizar os antigos militantes da UDN nos quadros da ARENA para que essa, fundindo-se com o PDS, vencesse as eleições para governadores.

TERROR NO CONE-SUL - A OPERAÇÃO CONDOR

Há várias formas de sustentar uma ditadura. Vimos anteriormente algumas mais específicas, mas ainda resta uma das formas mais violentas: pela repressão. A repressão feita pela Ditadura Civil-Militar no Brasil não se compara nem à da ditadura de Vargas (1930-1945), que contava com equipes específicas de tortura durante a 2^a Guerra. Por isso é que os anos entre 1964 e 1985 ficaram conhecidos como os **anos de chumbo**, o período em que a repressão foi muito forte, a ponto de perseguir e torturar centenas de pessoas durante seus 21 anos de regime.

Entretanto, não podemos esquecer que havia outros problemas de ruptura democrática no cenário internacional, como no Brasil. Foi o caso da Argentina (1966-73), do Chile (1973-1990), e do Uruguai (1973-1985). Todos esses países também passavam por suas fases de ditadura, mais ou menos no mesmo tempo em que o Brasil. O que unia Brasil, Argentina, Chile e Uruguai tinha uma sigla: DSN – Doutrina de Segurança Nacional. A DSN foi posta em prática por esses países no momento em que os golpes eram orquestrados e aplicados. O princípio da DSN era o de que toda e qualquer possibilidade de organização comunista (perigo vermelho) deveria ser liquidada imediatamente. No Brasil, os militares e os civis que apoiaram a Ditadura Civil-Militar aplicaram essa doutrina ao deflagrar o golpe, em 1964.

Bom, mas o que isso tem a ver com o resto do mundo? Acontece que a DSN foi aplicada em todo o Cone-Sul – região sul da América Latina, representada no início deste capítulo. Isso criou alguns elos entre os regimes ditoriais dessa região.

O maior e mais forte elemento deste elo entre as ditaduras do Cone-Sul foi a denominada “Operação Condor”. Essa operação dizia respeito ao diálogo confidencial e irrestrito entre os países do cone-sul (Brasil, Uruguai, Argentina e Chile). O que isso significava, na prática? Para além das fronteiras territoriais entre estes países, a Operação Condor estabelecia “Fronteiras Ideológicas”, ou seja, espaços em que o comunismo (lembrando que, para estas pessoas, qualquer coisa poderia ser chamada de comunismo) não poderia passar. Assim, os membros da repressão destes países tinham plena liberdade de exercer suas funções em outro país; mais ainda: se algum militante político do Brasil, por exemplo, desejasse se esconder no Uruguai enquanto estivesse sendo procurado, a repressão uruguaia poderia persegui-lo, torturá-lo e deportá-lo, tudo nos “limites legais” das ditaduras que estabeleceram esse pacto.

Mas não foi algo tão simples. As ditaduras do Cone Sul estabeleceram vários aparelhos de repressão ao longo dessa região, de forma que muitos militantes sul-americanos foram presos em diferentes países dessa localidade. Mas tudo era segredo para o restante da população. Somente alguns militares e alguns civis envolvidos poderiam saber – e nunca é tarde para lembrar: qualquer

pessoa poderia fazer parte da repressão, desde que fosse aceita. Um caso bem curioso é o que levou a Operação Condor a público.

Um repórter esportivo recebeu uma denúncia, na metade dos anos de 1970, de que havia uma pessoa sendo mantida em cativeiro na rua João Pessoa, em Porto Alegre. Ao ir verificar se a denúncia era verdadeira, ele descobriu que sim, mas que um dos sequestradores era um antigo jogador de futebol do time Internacional de Porto Alegre, e foi cooptado pela ditadura brasileira para fazer esse tipo de “trabalho”. O repórter levou a investigação adiante e descobriu que se tratava de um esquema internacional, que somente anos mais tarde foi descoberto integralmente – era a Operação Condor, que matou e torturou muitas pessoas em todos esses países para defender uma ideologia e uma forma de manutenção de poder.

#REFLETINDO (3)

Esta questão foi aplicada na prova do ENEM, então, muita atenção (a resolução está ao final da apostila):

A Operação Condor está diretamente vinculada às experiências históricas das ditaduras civil-militares que se disseminaram pelo Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980. Depois do Brasil (e do Paraguai de Stroessner), foi a vez da Argentina (1966), Bolívia (1966 e 1971), Uruguai e Chile (1973) e Argentina (novamente, em 1976). Em todos os casos se instalaram ditaduras civil-militares (em menor ou maior medida) com base na Doutrina de Segurança Nacional e tendo como principais características um anticomunismo militante, a identificação do inimigo interno, a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de fronteiras ideológicas. (PADRÓS, E. S. Et al. Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Porto Alegre: Conag, 2009. (adaptado).

Levando-se em conta o contexto em que foi criada, a referida operação tinha como objetivo coordenar a:

- a) modificação de limites territoriais.
- b) sobrevivência de oficiais exilados.
- c) interferência de potências mundiais.

- d) repressão de ativistas oposicionistas.
- e) implantação de governos nacionalistas.

ONTEM E HOJE: O QUE SE FOI, E O QUE FICOU DA DITADURA?



No ano de 2011 foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade. Seu nome é pretensioso e sua função é importante, ainda que questionável. Importante porque ela pretendia retomar muitos pontos que ficaram para trás na memória oficial do Brasil, como os crimes cometidos pelos golpistas durante a ditadura civil-militar. Questionável porque ela criou um ambiente de narrativa que contrapõe os bons e os maus, como se todos os seres humanos fossem completamente bons ou completamente maus, e não fossem humanos – uns com mais e outros com menos níveis de maldade.

Os impactos da Comissão Nacional da Verdade foram muitos. Milhares de páginas com documentos de transcrições de entrevistas com muitos militantes políticos daquele período. Foram constatados quase mil desaparecidos políticos, muitos políticos partidários que estavam no exercício de suas funções no período

e foram comprovadamente assassinados pela ditadura, etc. Mais do que isso, a CNV mexeu em uma ferida muito profunda do nosso passado.

Quando ocorreu a “transição democrática”, ou seja, a passagem da ditadura para uma nova democracia, a partir de 1985, o modo como a transição foi feita é muito criticado. Em alguns outros países latinos em que isso aconteceu, como na Argentina, no mesmo momento em que a redemocratização foi feita, os militares foram julgados, os civis que os ajudaram também foram julgados e quem foi condenado foi preso. Era um sistema diferente do que aconteceu no Brasil. Aqui, nenhum militar foi condenado ou sequer julgado pelos crimes realizados. Essa transição lenta e gradual não permitiu ao povo brasileiro se revoltar com o sistema em que estava submerso; não o permitiu compreender tudo o que acontecia nessas “perigosas transações”. E é claro que, com isso, muitas feridas ainda doem no corpo institucional do nosso país.

Os aparatos repressivos que tanto nos fizeram “doer” no período da ditadura foram reconvertidos em uma espécie de “policimento ostensivo”. A polícia militarizada foi uma criação da ditadura civil-militar, idealizada com liberdade para atirar em quem fosse necessário, e ainda é a polícia que promove a segurança brasileira, ao lado da polícia civil – essa mais discreta, em muitos casos.

Ultimamente não é incomum – e não era nos anos de 1990 também – ouvir a frase “Na ditadura era bom”. Essa frase revela um desconhecimento de todas as crises que a ditadura escondeu, toda a corrupção que existia, mas que não era possível ser descoberta por conta da violência contra os que se tentavam expor esses crimes. A mesma frase esconde o problema da nossa redemocratização mal-feita, que ainda hoje repercute no desconhecimento do que é, de fato, uma ditadura: um regime de opressão, em que o menor indício de descontentamento gera violência e repressão.

Que possamos dar valor à nossa LIBERDADE!

#REFLETINDO (RESPOSTAS)

1 - RESPOSTA: D

RESOLUÇÃO: Como vimos no texto, o movimento conservador de classe média que ajudou a derrubar o governo de Jango não se relacionava com toda a

população brasileira. Por isso a alternativa D precisaria ser marcada, já que, como diz o enunciado da questão, "Marcha da Família" foi um movimento que reuniu muitas pessoas ao redor de um ideal – derrubar o presidente e chamar uma intervenção militar. A alternativa A não é real, já que existem provas de que perseguições e torturas eram existentes no regime civil-militar. A alternativa B também não está totalmente correta, pois os setores progressistas pensavam que os EUA pudessem estar envolvidos em algumas questões do golpe, mas não que invadiriam o país. O medo do comunismo era algo recorrente no setor social e o exílio era algo muito comum para afastar certas pessoas da política nacional.

2 - RESPOSTA: C

RESOLUÇÃO: É comum ouvir que os membros da ditadura pensavam na fragmentação do MDB como medida para conter sua ascensão. É claro que este é o discurso dos militares. Portanto, quando você realizar uma prova desse tipo, tenha cuidado com o que é pedido na bibliografia, para saber qual a leitura que a banca da prova fará dos atos da ditadura. Nesse caso, ela levou em consideração a leitura dos militares, de que a abertura política foi uma tática da ditadura – e pode até ter sido isso, mas surgiu um efeito reverso, o de enfraquecer o regime.

3 - RESPOSTA: D

RESOLUÇÃO: Uma das questões principais da Operação Condor era a ideia de Fronteiras Ideológicas, mas não territoriais. Por isso a letra (a) não poderia ser marcada. A sobrevivência de oficiais exilados não era foco da operação, mas sim a perseguição a militantes exilados. Ainda que a CIA e os Estados Unidos estivessem cientes do caso, e até pudessem ajudar em algumas ocasiões, não havia interferência direta das grandes potências na operação. Por fim, a operação jamais foi organizada para implantar governos nacionalistas, já que a ditadura era contrária a esse modelo. Então, a única alternativa possível é a letra (d), que afirma que a operação foi organizada para caçar militantes políticos contrários à ditadura.

PARA SABER MAIS

PARA LER:

- ✓ O golpe civil-midiático-militar. Juremir Machado da Silva, 2015.

Para quem gosta de uma boa leitura de história, esse livro é indispensável. O historiador e jornalista, Juremir Machado da Silva apresenta uma narrativa que coloca as redes de mídias no centro do processo golpista de 1964. Uma nova leitura, mais profunda e melhor explicada, sobre como os jornais, o rádio e a televisão fortaleceram o regime civil-militar.

- ✓ Memórias do esquecimento. Flávio Tavares, 2005.

Flávio é um jornalista brasileiro que lutou contra a ditadura no imediato pós-1964. Neste livro ele retrata sua visão sobre o movimento de contra-golpe e da resistência e relata suas vivências no período em que esteve preso.

PARA ASSISTIR:

- ✓ TROPICÁLIA. Marcelo Machado, 2012.

O filme Tropicália é uma aula de história do movimento cultural brasileiro. A narrativa de documentário fala sobre o movimento artístico com entrevistas importantes de ex-membros, contando histórias sobre Gilberto Gil, Caetano Veloso e Gal Costa, entre outros.

- ✓ Uma noite em 67. Renato terra e ricardo calil, 2010.

Esse é um daqueles documentários necessários para entendermos a MPB. Ele conta a história do Festival de Música Popular Brasileira de 1967, que contou com Roberto Carlos, Chico Buarque e Mutantes, entre outros. Ajuda a entender a atmosfera política da época.

- ✓ O que é isso companheiro. Bruno Barreto, 1997.

O filme é uma adaptação da obra de mesmo nome do jornalista Fernando Gabeira. Se trata de uma rememoração dos feitos e efeitos políticos do sequestro do embaixador norte-americano. Ajuda a compreender as questões norteadoras da luta armada durante a ditadura.

- ✓ Osvaldão. Ana Petta e Vandrê Fernandes, 2015.

O filme é um documentário sobre a vida de Osvaldão, militante do Partido Comunista do Brasil que foi enviado para a guerrilha do Araguaia. Ajuda a compreender os motivos da guerrilha, seus acertos e seus erros na perspectiva de alguns militantes e profissionais da política.

- ✓ O ano em que meus pais saíram de férias. Cao Hamburger, 2006.

Essa é uma obra-prima do cinema contemporâneo. Se trata de uma história da ditadura pelo olhar de uma criança, filho de dois militantes comunistas que precisam “sair de férias”, ou seja, fugir dos militares.

- ✓ Zuzu angel. Sérgio Rezende, 2006.

O filme é uma representação cinematográfica do drama de Zuzu Angel, artista plástica internacional que perdeu seu filho, assassinado pelos militares, após um período na resistência. O filme mostra como a artista denunciava o regime ditatorial no Brasil pelo exterior.

- ✓ Hércules 56. Silvio Da-Rin, 2006.

Este é um documentário que trata da viagem que levou alguns militantes políticos que estavam presos pela ditadura até o México. Os militantes foram trocados pelo embaixador norte-americano, após seu sequestro pelos membros da resistência.

- ✓ Condor. Roberto Mader, 2007.

Documentário que retrata os aparatos da Operação Condor na América do Sul. O filme ganhou o prêmio de Melhor Longa-metragem no Festival de Gramado no ano de lançamento.

PARA OUVIR:

- ✓ Construção. Chico Buarque de Holanda, 1971.
- ✓ Falso brilhante. Elis Regina, 1976.
- ✓ Alucinação. Belchior, 1976.
- ✓ Os mutantes. 1968

REFERÊNCIAS

FAUSTO, Bóris. História Concisa do Brasil. Edusp, 2001.

SILVA, Juremir Machado da. 1964: O golpe civil-midiático-militar. Porto Alegre, RS: Sulina, 2015

TAVARES, Flávio. Memórias do esquecimento. Porto Alegre, RS: L&PM, 2005

PARTE II

HISTÓRIA

06

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

meSalva!

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Fala, galera do Me Salva! A partir de agora será apresentada a vocês a apostila de História Contemporânea. A importância desse módulo reside no fato de que o entendimento de determinados fenômenos sociais – como o modelo econômico neoliberal e a Guerra Civil Síria – é indispensável para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica e bem apurada a respeito do que acontece no cotidiano dos quatro cantos do planeta.

INTRODUÇÃO E NOVA ORDEM MUNDIAL

Nesse primeiro item vocês terão contato com temas relacionados à formação da Nova Ordem Mundial. Precisamos entender que, com o fim da URSS, também houve o fim da ordem bipolar, ou seja, o fim da Guerra Fria significou o surgimento da “Nova Ordem Mundial”. Essa ordem inicialmente foi marcada pela preponderância dos Estados Unidos (EUA), tendo em vista que os nossos vizinhos do Norte possuíam a maior economia do mundo, o maior exército e ainda exerciam grande influência nas organizações internacionais – como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

No plano diplomático, militar e estratégico, os primeiros anos da década de 1990 sinalizaram a articulação de uma ordem mundial centrada nos Estados Unidos, que não viam, naquele momento, adversários à altura. Contudo, as contradições do processo de globalização e a ascensão dos países emergentes atestam que a atual ordem mundial ainda está em formação.

A. A GLOBALIZAÇÃO E OS SEUS EFEITOS



Vamos estudar as principais características do processo de globalização. Para facilitar, vamos primeiro definir o que é a chamada globalização:

A partir da década de 1970 iniciou-se uma reorganização das forças produtivas, em termos internacionais. Trata-se da chamada globalização, um processo amplo, com dimensões políticas, econômicas e culturais. Em seus desdobramentos, podemos dizer que a globalização é o processo que visa atingir “todo o mundo, tratando o mundo como um todo”.

COTRIM, 2012, p.



É importante que fique claro que a globalização está relacionada aos conceitos de integração econômica e fragmentação produtiva, caracterizando-se pela união dos mercados de diferentes países. O processo de globalização, que teve início ainda na década de 1970, foi acelerado a partir dos anos 1990 por duas razões principais:

Abertura econômica dos países do antigo bloco socialista: com o fim do bloco socialista, ocorreu a expansão da economia de mercado para países que anteriormente possuíam um regime socialista. Com isso, o sistema capitalista passou a ter dimensões propriamente globais. Como exemplo dessa expansão da economia de mercado basta que ver que boa parte dos produtos de vestuário que consumimos hoje são produzidos por países asiáticos (China, Vietnã, Laos, etc.). Olhe a etiqueta da sua roupa e confira!

Desenvolvimento das tecnologias de comunicação e dos meios de transporte: o avanço nas tecnologias de comunicação permitiu que as informações circulassem de modo cada vez mais rápido e entre uma rede cada vez maior de pessoas, empresas e representantes de Estados. Grandes empresas multinacionais, como a Apple, tiveram um importante papel na criação e expansão dessas redes. O desenvolvimento dos meios de transporte permitiu a redução dos custos relacionados ao comércio e, assim, contribuiu para que bens e serviços circulassem de modo mais rápido e eficiente. Reiterando, esses dois fatores são essenciais para entender os motivos pelos quais a globalização, a partir dos anos 1990, passou por um processo de aceleração.

A partir de agora, vamos nos ater aos efeitos políticos, sociais e econômicos da globalização. Após uma rápida visualização a respeito desses efeitos, será mais fácil compreender as características do modelo econômico neoliberal, tendo em vista que esse modelo advogou pela abertura econômica, pelo livre-comércio e pela desregulamentação dos mercados ao redor do globo.

A GLOBALIZAÇÃO E OS SEUS EFEITOS



ECONÔMICOS :

- ↑ Comércio internacional
- Fragmentação produtiva
- ↑ Fluxos financeiros

SOCIAIS :

- "Mundo interligado"
- Desemprego
- Concentração de riquezas
- Crise ambiental

POLÍTICOS :

- Fim do Estado de Bem-Estar
- Estado mínimo
- Isolamento partidos de esquerda

EFEITOS ECONÔMICOS

O **aumento do comércio internacional** está relacionado a fatores como a expansão das empresas multinacionais, o desenvolvimento de países de industrialização mais recente (como o México, a China e a Coreia do Sul), o aumento no número de acordos chancelados pela OMC, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e a redução nos custos de transporte.

A **fragmentação da produção** está associada à expansão das empresas multinacionais, que passaram a distribuir seu processo produtivo de acordo as vantagens oferecidas por cada país. Por exemplo: uma empresa de automóveis pode projetar seus veículos na Alemanha e montá-los México utilizando peças fabricadas no Japão.

A globalização não somente permitiu o **aumento do fluxo de bens e serviços**, mas também possibilitou o aumento nos fluxos financeiros internacionais. A desregulamentação dos mercados financeiros permitiu que investidores internacionais aplicassem seus recursos em diferentes mercados e

com uma facilidade sem precedentes. Considerando a natureza especulativa desses recursos, não seria exagero dizer que, em alguns casos, esses fluxos contribuíram para a eclosão de crises financeiras em economias frágeis. Por fim, a globalização também estimulou a formação de blocos econômicos regionais, aspecto que será melhor abordado ao longo do segundo item da apostila.

EFEITOS SOCIAIS

O conceito de “mundo interligado” está relacionado às mudanças promovidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) – como a rede mundial de computadores (Internet). Essas NTIC vêm modificando a velocidade de transmissão das informações e difundindo instantaneamente os acontecimentos nas mais diversas regiões do planeta. A rapidez nos fluxos de informação permite uma maior mobilização em torno da opinião pública, bem como implica em mudanças no convívio social e no ambiente de trabalho. Nesse sentido é interessante notar o papel que as redes sociais tiveram no contexto da Primavera Árabe.

O desemprego pode ser entendido por duas diferentes óticas. De um lado, o desemprego estrutural está relacionado à substituição de mão-de-obra por equipamentos e máquinas. De outro lado, o desemprego conjuntural está associado à competitividade das empresas. Isto é, se uma empresa acredita que a sua produção não pode mais ser otimizada, acaba demitindo seus trabalhadores ou deslocando sua produção para outras localidades.

Como exemplo podemos relembrar o conceito de fragmentação produtiva. Empresas multinacionais – como a Nike – acabaram por deslocar seu processo produtivo para países asiáticos (como China, Vietnã, Malásia, Indonésia, Mianmar, etc.), de modo a explorar a mão-de-obra barata que esses países oferecem. Mesmo permanecendo com a criação e o desenvolvimento nos EUA, é interessante notar que, em alguns casos, algumas regiões dos países de origem das empresas acabam sofrendo com o desemprego gerado por esse deslocamento. Isto quer dizer que o desemprego gerado pela globalização atinge não somente os países em desenvolvimento, mas também os países desenvolvidos. Por exemplo: isso é muito evidente nos EUA na cidade de Detroit (estado de Michigan), pois a cidade, que costumava ser um importante polo industrial, hoje se encontra em uma situação de abandono¹.

A questão da concentração de riquezas é bastante complexa. De uma forma geral, é interessante notar que, se de um lado a expansão do comércio e a

¹ O abandono de Detroit. Ver fotos em reportagem da Zero Hora:
<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/fotos/o-abandono-de-detroit-37548.html>>

ampliação da atuação das empresas multinacionais possibilita o aumento das relações comerciais e do consumo, de outro lado ainda temos um grande contingente de pessoas vivendo em condições de pobreza e até mesmo miséria. De acordo com relatório² produzido pela agência da ONU destinada para Alimentação e Agricultura (FAO), o número de pessoas que sofrem com a fome, apesar de ter decaído na última década, ainda é alto: aproximadamente 800 milhões de pessoas. Ou seja, o processo de globalização é contraditório, seletivo e desigual, pois, se uma parcela da humanidade pode usufruir dos produtos oferecidos no mercado globalizado, a outra parcela – localizada sobretudo nos países da América Latina, África e Ásia – ainda carece de produtos básicos, como água potável e saneamento básico. Outro aspecto importante é notar que, apesar do aumento dos Investimentos Externos Diretos (IED) em nível global, três quartos desses investimentos destinam-se a operações de fusões e aquisições de empresas, proporcionando a formação de monopólios e oligopólios internacionais³.

A **crise ambiental** encontra-se relacionada aos efeitos do aquecimento global e da emissão de gases do efeito estufa – dióxido de carbono (CO₂), metano (CH₄) e ozônio (O₃). A produção industrial e o consumo de derivados do petróleo explicam o aumento na temperatura do planeta. O nível de consumo dos países industrializados e o expressivo crescimento industrial de países como Índia e China acentuam essa situação. Apesar de pequenos avanços, como a assinatura do **Acordo de Paris**, a comunidade científica ainda está preocupada com as consequências do aquecimento global.

EFEITOS POLÍTICOS

É importante lembrar que, nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, houve a predominância do chamado **Estado de Bem-Estar Social**. Esse Estado foi responsável por elevar a condição de vida de suas populações, principalmente ao aumentar a oferta de serviços públicos – como saúde, educação, previdência e segurança social –, assim como garantir aumentos reais nos salários dos trabalhadores. Porém, esse modelo começou a declinar a partir dos anos 1970, pois desdobramentos das crises do petróleo (1973 e 1979) e do fim da paridade ouro-dólar (1971) contribuíram para a formação de um cenário marcado pela inflação e pela estagnação do crescimento econômico.

2 Disponível em: <http://pre.univesp.br/a-fome-no-mundo#.WMcR-_krLIU>

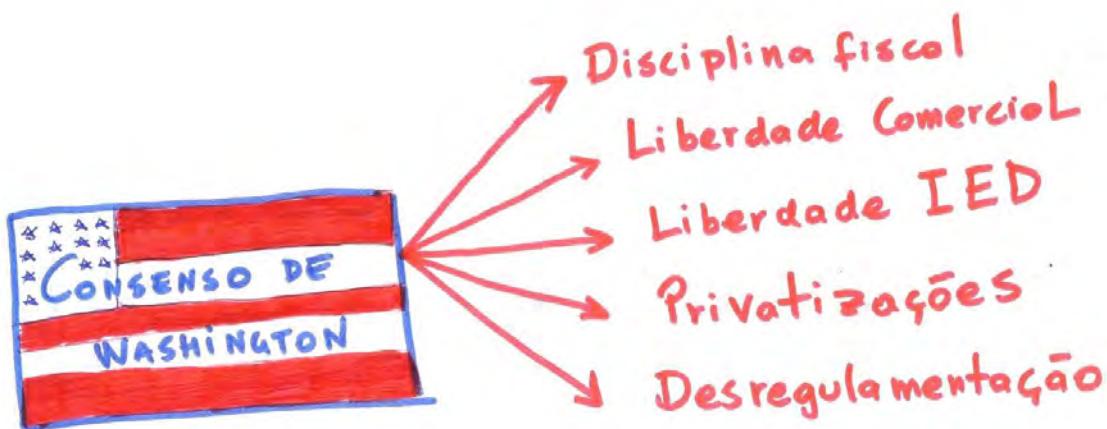
3 Globalização e Concentração de Capitais. Dados de 2011. Ver site:
<<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/globalizacao-e-concentracao-de-capitais>>

Esse cenário contribuiu para a disseminação das ideias vinculadas ao neoliberalismo – ou “novo” liberalismo –, sobretudo com a ascensão dos governos de Ronald Reagan (Estados Unidos) e de Margaret Thatcher (Reino Unido). Ao contrário do Estado de Bem-Estar, que tinha no Estado o principal agente econômico e social, o neoliberalismo advoga pelo Estado Mínimo, que defende a não intervenção do Estado na economia. O mercado passa a protagonizar as relações econômicas e sociais nesse Estado. Com o fim da URSS, houve a consolidação da ideia em torno do “Estado Mínimo” e o esfacelamento do Estado de Bem-Estar. Por fim, a desintegração da URSS também **ocasionou o descrédito das propostas de partidos de esquerda**, inaugurando um período de hegemonia do pensamento liberal também na esfera política.

C. O NEOLIBERALISMO E O CONSENSO DE WASHINGTON

Para compreender as propostas neoliberais é essencial olharmos as diretrizes presentes no chamado “**Consenso de Washington**” (WILLIAMSON, 2003, pp. 3-11). Em linhas gerais, o Consenso foi fruto de uma reunião realizada em Washington e convocada pelo *Institute for International Economics*, em que participaram especialistas em estudos latino-americanos, economistas, funcionários de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O nome da reunião era: *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*.

Após a realização da reunião, o economista norte-americano John Williamson sintetizou as discussões do encontro e formulou o que se convencionou chamar de “receituário neoliberal”. Para facilitar o estudo, o esquema abaixo resume as principais recomendações presentes no Consenso de



Washington.

Agora é importante prestar atenção. Vamos estudar, brevemente, os 5 pontos destacados na imagem. Lembrando que os pontos levantados são recomendações de política econômica.

1. **Disciplina fiscal:** a “disciplina fiscal” diz respeito ao controle das contas públicas. Isto é, os governos deveriam cortar os gastos públicos, de modo a reduzir o endividamento público e combater a inflação;
2. **Liberdade comercial:** as taxas de importação e as barreiras alfandegárias deveriam ser reduzidas. Assim, os países poderiam usufruir dos benefícios do livre comércio;
3. **Liberdade IED:** as barreiras para os Investimentos Externos Diretos (IED) deveriam ser abolidas ou reduzidas. Como resultado, haveria mais investimentos e concorrência entre as empresas;
4. **Privatizações:** as propostas de privatização de empresas estatais deveriam solucionar o problema de um Estado “inchado”, ou seja, o Estado deveria deixar para o mercado a função de gerir determinados setores da economia, como o de energia e de telecomunicações;
5. **Desregulamentação:** as propostas em torno da “desregulamentação” visavam dinamizar a economia dos países. O Estado deveria reduzir a burocracia e flexibilizar as regras para o mercado financeiro.

Então, após estudarmos as propostas do Consenso de Washington, será que é possível dizer que essas medidas tiveram sucesso? Para responder a isso, recorremos à opinião de Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia no ano de 2001:

Austeridade fiscal, privatização e liberalização do mercado foram os três pilares das recomendações do Consenso de Washington [...] O problema foi que muitas dessas políticas se tornam fins em si mesmas, ao invés de visar o crescimento sustentável e equitativo [...] Os resultados têm sido longe daqueles pretendidos. A austeridade fiscal levada muito longe, sob circunstâncias erradas, pode levar à recessão [...] a privatização e a liberalização ocorreu a um ritmo e de uma maneira que muitas vezes impunha custos muitos elevados para países que não possuíam as condições de corrigi-los.

STIGLITZ, 2002, pp.74-75.

De acordo com a opinião de Stiglitz, as recomendações do Consenso de Washington visavam corrigir problemas que realmente afetavam as economias latino-americanas. No entanto, é importante destacar que o problema foi a forma e o ritmo como as reformas foram aplicadas. Considerando que as economias dos países têm suas particularidades e necessidades singulares, a adoção

incondicional de um “modelo” ou “receituário” acabou gerando mais resultados negativos do que positivos.

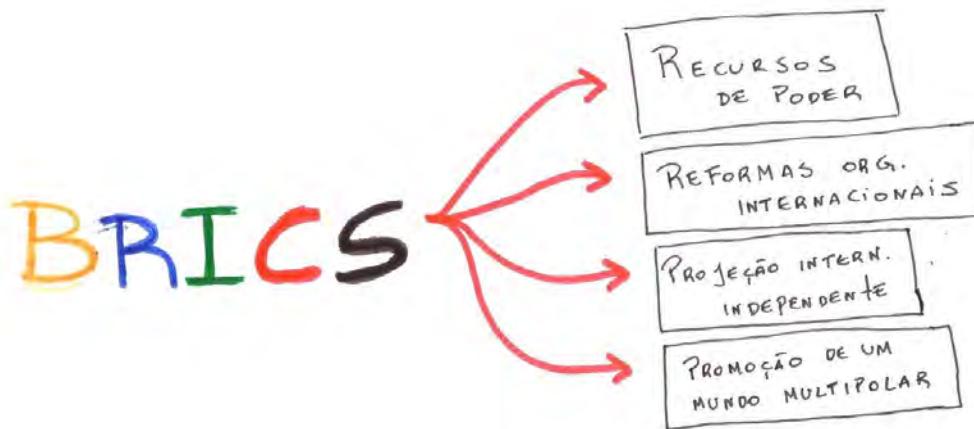
Como ponto positivo, é possível citar o controle da inflação, que atingia de modo muito forte as economias da América Latina. Por outro lado, as medidas do receituário neoliberal não foram capazes de promover o crescimento econômico, gerar empregos e tampouco distribuir riquezas. Em muitos casos, as privatizações ocorreram fundadas em corrupção, favorecendo apenas pequenos grupos políticos e empresariais. Outro aspecto interessante é que a abertura comercial, na maioria das vezes, ocorria de forma unilateral, ou seja, apenas os países latino-americanos abriram seus mercados, sem a devida contrapartida dos países desenvolvidos. Por fim, também é importante destacar que a desregulamentação dos mercados financeiros resultou em casos de instabilidade econômica, como no México (1995), Brasil (1998) e Argentina (2001).

D. O SÉCULO XXI E A ASCENSÃO DOS EMERGENTES

Conforme visto, os anos 1990 foram dominados pela ideologia do neoliberalismo e pela aplicação das suas recomendações ao mundo em desenvolvimento. A insuficiência dos resultados obtidos com o neoliberalismo contribuiu para que os países em desenvolvimento passassem a cultivar um certo ceticismo com relação a essas ideias.

Somado a isso, a política militarista dos EUA durante os mandatos de George W. Bush (2000-2008) provocou uma certa desconfiança em relação à liderança norte-americana nas relações internacionais. Entre as reações tomadas pelos países em desenvolvimento, houve o aprofundamento do que se convencionou chamar de “*Relações Sul-Sul*”, geralmente coordenada pelos chamados “países emergentes”. Essas relações podem ser entendidas como um modelo de cooperação internacional entre os países em desenvolvimento, que compartilham de experiências e desafios⁴. Nesse sentido, vamos pontuar algumas razões que colocam Brasil, Rússia, Índia e China no grupo dos emergentes:

⁴ Para mais informações, ver site do UNFPA: <<http://unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/cooperacao-sul-sul>>



Em primeiro lugar, os quatro países mencionados – com o acréscimo da África do Sul – se encontram entre as maiores economias do mundo, ou seja, esses países possuem um importante peso econômico nas relações internacionais, correspondendo por mais de 20% do PIB mundial. Além de recursos econômicos, os BRICS também possuem importantes **recursos demográficos, políticos e militares**. A China e a Rússia possuem assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU, ao mesmo tempo em que ambos os países são potências nucleares reconhecidas. Além disso, os BRICS, em conjunto, correspondem por 46% da população mundial⁵. Em segundo lugar, esses quatro países vêm buscando “um lugar à mesa” nas principais instituições internacionais, como a ONU, o FMI, o BIRD e a OMC. Ou seja, esses países buscam realizar reformas nessas instituições, de modo a ampliar tanto a sua participação quanto a dos países em desenvolvimento.

É possível destacar a atuação desses países no **G20** (Comercial e Financeiro), a busca por reformas no FMI e a reivindicação (brasileira e india) por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, esses países possuem, em maior ou menor medida, uma **inserção internacional independente**, a começar pelo fato de que nenhum deles é membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Esse ponto os diferencia de países como a Austrália e a Coreia do Sul, tendo em vista que a projeção externa

5 Para mais informações, ver site do Ministério das Relações Exteriores (MRE): http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/dados-economicos

dos BRICS não se encontra submetida a nenhum “sistema de aliança” militar com os EUA (HURREL, 2009).

Com o acréscimo da África do Sul, em 2011, os BRICS passaram a realizar iniciativas que têm o potencial de contribuir para a gestão da ordem internacional. Por exemplo: vocês sabiam que, em 2014, houve a criação de um Banco de Desenvolvimento conhecido como Banco dos BRICS⁶? Pois então, essa é uma iniciativa que ilustra a importância do relacionamento entre os países emergentes, pois a criação do Banco pode facilitar a realização de investimentos nos países em desenvolvimento. Dito tudo isso, é necessário sublinhar que os BRICS, ao pressionarem por reformas nas organizações internacionais e criarem novos espaços de cooperação, atuam como promotores de um mundo multipolar.

⁶ Mais informações no site do Ministério das Relações Exteriores (MRE): <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-o-novo-banco-de-desenvolvimento-ndb-do-brics>>



BLOCOS REGIONAIS

Galera, a partir de agora estudaremos uma importante tendência do processo de globalização, que é a formação de blocos regionais. Primeiramente estudaremos os seus principais conceitos e modelos. Posteriormente falaremos dos blocos regionais existentes, tratando sobre os seus históricos de formação e suas principais características.

Antes disso, contudo, é importante observar que a formação de blocos regionais representa a manifestação de um elemento muito importante do processo de globalização, que é a regionalização.

A globalização acelerou-se com o fim da Guerra Fria, mas aceleraram-se também as tendências à regionalização e à fragmentação [...]. Na medida em que a competitividade se tornou a força motriz do capitalismo contemporâneo, a fluidez passou a ser um elemento indispensável para a atuação do capital financeiro e das empresas transnacionais em escala mundial [...] Nesse contexto, produziram-se as integrações supranacionais.

VISENTINI, 2000, pp.190

Os principais objetivos dos blocos econômicos regionais são o fomento às relações comerciais e o estímulo à livre circulação de capitais. Desse modo, os blocos regionais preveem, em maior ou menor grau, a redução ou a eliminação das barreiras alfandegárias, bem como a criação de mecanismos que possibilitem o aumento das trocas comerciais e financeiras.

NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO

É preciso entender os níveis de integração dos principais blocos regionais existentes antes de analisá-los:

1. **Área de Livre-Comércio:** as Áreas de Livre-Comércio visam a redução ou a eliminação das tarifas de importação entre os países. Como exemplo é possível citar o NAFTA;
2. **União Aduaneira:** nos casos em que há a União Aduaneira, os membros de determinado bloco reduzem ou eliminam suas tarifas alfandegárias, bem como estipulam uma tarifa comum para produtos provenientes de países de fora do bloco. Como exemplo é possível citar o Mercosul;
3. **Mercado Comum:** além da livre circulação de bens e da adoção de uma tarifa externa comum, os casos de Mercado Comum preveem a

livre circulação de pessoas e capitais. Como exemplo é possível citar a União Europeia (UE);

4. **União Monetária:** como o próprio nome já indica, a União Monetária pressupõe a adoção de uma moeda única e, por consequência, a criação de um Banco Central de caráter transnacional. Aqui, novamente, o único exemplo a ser dado é o da UE.

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS

De forma resumida, apresentaremos a vocês quatro importantes blocos econômicos regionais existentes na atualidade:

1. **União Europeia:** o processo de formação da União Europeia (UE) remonta à formação da **Benelux** (1944). Depois disto, o **Tratado de Roma** (1957) inaugurou a chamada **Comunidade Econômica Europeia** (CEE). A partir de então, a CEE passou a crescer e receber novos países membros. Em 1992, o **Tratado de Maastricht** deu origem à UE. Com o ingresso da Croácia, em 2013, a UE passou a contar com 28 membros;
2. **Mercosul:** as negociações em torno da formação do Mercosul tiveram suas origens na aproximação entre os governos do Brasil e da Argentina durante a década de 1980, simbolizada na assinatura da **Declaração de Iguaçu** (1985). Em 1991 ocorreu a assinatura do **Tratado de Assunção**, celebrado entre os governos do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Paraguai. O Mercosul ainda conta com alguns membros associados, como o Chile (1996), a Bolívia (1996), o Peru (2003), a Colômbia (2004) e o Equador (2004). A Venezuela, a partir de (2012), se tornou um membro pleno do bloco. Contudo, após profundas críticas direcionadas à situação doméstica do país, a sua condição de membro pleno foi suspensa no final de 2016;
3. **NAFTA:** o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês) tem suas origens na década de 1990, período em que se iniciaram as negociações entre os governos dos EUA, do México e do Canadá. O Acordo entrou em vigor a partir de 1994 e os três países passaram a compartilhar uma zona de livre-comércio;
4. **APEC:** a Cooperação Econômica para Ásia-Pacífico (APEC, em inglês) foi oficialmente estabelecida em 1993, abrangendo inicialmente as economias do Sudeste Asiático. Atualmente a APEC também engloba países como Rússia, Austrália, Chile e Peru, totalizando 21 países membros.

Agora podemos começar a refletir sobre questões bastante atuais, como o futuro de alguns desses blocos econômicos mencionados.



(DES) GLOBALIZAÇÃO?

Pessoal, vimos até agora os principais aspectos a respeito da globalização, assim como os elementos que explicam a formação dos blocos econômicos regionais. No entanto, a conjuntura de empolgação e entusiasmo com a globalização parece estar se dissipando. É preciso estar atento às tendências do mundo contemporâneo. Para ajudar a compreender isso, vamos expor alguns pontos que se relacionam ao clima de desencantamento que parece estar pairando sobre os Estados Unidos e a Europa.

A ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP

A eleição de Donald Trump, candidato do partido republicano nas eleições de 2016, apresenta importantes indicativos a respeito da desilusão com o processo de globalização. Com a abrangente proposta de tornar a “América Grande Novamente”, Trump não poupou críticas ao encolhimento da classe média estadunidense, em parte causado pela transferência de indústrias para países como o México e a China.

Além disso, os imigrantes ilegais também foram culpados pelo problema do desemprego e dos baixos salários no país. Trump também questionou as propostas de criação da “**Parceria Transpacífica**” (TPP), que era tida por especialistas brasileiros e estrangeiros como o “maior acordo comercial” visto até então⁷. Acusando o México de roubar as indústrias do país e os mexicanos de tirarem os empregos dos cidadãos dos EUA, Trump ainda sinalizou que construiria um muro entre os dois países⁸.

Considerando todo esse contexto, seria possível a afirmar que, atualmente, o governo dos EUA está desiludido com os efeitos da globalização econômica? Estaria o NAFTA ameaçado pelas conturbadas relações diplomáticas entre os EUA e o México? Em resumo, as estruturas do mundo contemporâneo se encontram em transformação, cabendo a nós não a proposição de verdades absolutas, mas a reflexão sobre as possibilidades de futuro que estão emergindo atualmente.

7 Trump retira EUA do TPP. Reportagem: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/01/1852303-trump-retirara-eua-do-tpp-nesta-diz-emissora.shtml>>

8 Mais informações em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/18/internacional/1489870092_560739.html>

O BREXIT E A ASCENSÃO DOS NACIONALISMOS NA EUROPA

Comparado ao NAFTA, os riscos de desintegração do projeto europeu já se manifestam de modo mais concreto. O resultado do plebiscito realizado no Reino Unido em 2016 causou surpresa e preocupação entre as principais lideranças europeias. Antes disso, a crise econômica nos **PIIGS** – Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha – já suscitava questionamentos a respeito da sustentabilidade da União Europeia.

Mesmo sem fazer parte da **Zona do Euro** (países que adotam o Euro como moeda oficial; o Banco Central Europeu, com sede em Frankfurt, representa a mais alta autoridade monetária do bloco) e da **Área Schengen** (países que assinaram o Acordo de Schengen, que estabelece a abertura da fronteira e a livre circulação de pessoas entre eles), os partidários do BREXIT souberam explorar a crise econômica europeia e a redução da qualidade de vida dos britânicos, de modo a culpar tanto a “burocracia de Bruxelas” quanto os imigrantes – europeus ou não – pela situação do país. De modo similar ao que aconteceu na eleição de Trump, a campanha pelo BREXIT também não poupou críticas ao **establishment** político do Reino Unido – lembrando que tanto o Partido Trabalhista quanto o Partido Conservador foram favoráveis à permanência do Reino Unido na União Europeia⁹.

Mesmo que a saída ainda não esteja oficializada, os impactos já começam a ser sentidos. Como exemplo é possível citar a ascensão política de **Marine Le Pen** (líder política da **Frente Nacional**) e sua real possibilidade ser a próxima presidente da França¹⁰. Contrária à integração europeia, Le Pen, que atualmente é **eurodeputada**, não esconde o desejo de retirar a França da UE. Em suma, estaria a União Europeia passando por um processo de desintegração? Mais ainda, seria o fortalecimento dos movimentos de cunho nacionalista e de extrema-direita a principal razão para a desintegração da UE?

9 Reportagem sobre a renúncia de Nigel Farage à liderança do UKIP, principal partido apoiador do BREXIT: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/internacional/1467624309_973638.html>

10 Macron e Le Pen se consolidam como favoritos depois do primeiro debate. Reportagem: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/20/internacional/1490033150_181624.html>

CONFLITOS DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Bem, pessoal, agora que vimos os principais aspectos econômicos, sociais e políticos relacionados ao processo de globalização, que tal estudarmos um pouco de geopolítica? Vocês terão, a partir de agora, um pouco de contato com o lado violento e truculento das relações internacionais contemporâneas.

CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE

O conflito árabe-israelense possui suas origens no período posterior à Segunda Guerra Mundial e, desde então, vem marcando o cenário regional e internacional. O conflito ainda representa uma das principais zonas de tensão geopolítica no mundo contemporâneo. Para facilitar o entendimento, vamos apresentar os antecedentes e os mais relevantes eventos deste conflito.

ANTECEDENTES

Em primeiro lugar, observem o mapa ao lado, que ilustra a geografia da região da Palestina. Sendo uma área de 27.000 km², a Palestina se localiza entre o Mar Mediterrâneo e o Rio Jordão, representando uma ponte de ligação entre o norte da África e o Oriente. Por essa razão, a região historicamente foi marcada por um grande fluxo de povos. Os hebreus, por exemplo, se instalaram na região da Palestina por volta de 1.200 a.C, sendo posteriormente expulsos pelos romanos em 70 d.C. No século VII a região passou ao domínio árabe-muçulmano. Entre os séculos XIII e XX a região ficou sob domínio do Império Turco, que teve sua desintegração no final da Primeira Guerra Mundial. Depois disso, a região passou ao domínio dos britânicos, que acabaram se retirando da região com o



final da Segunda Guerra Mundial.

Feita essa rápida recapitulação, é preciso destacar a influência que o **movimento sionista** exerceu no processo de migração de judeus para a Palestina. Os sionistas, inicialmente liderados pelo jornalista austríaco Theodor Herzl (1860-1904), defendiam a ideia de reunir o povo judeu em um “lar judaico”. A Palestina, considerada a área de ancestralidade dos hebreus, foi o local escolhido para abrigar o Estado de Israel.

Os judeus passaram a adquirir terras na palestina e a formar colônias agrícolas desde o final do século XIX. Após a traumática perseguição dos judeus pelos nazistas, a opinião pública mundial se comoveu e passou a apoiar a criação do Estado de Israel. Em 29 de novembro de 1947 a ONU aprovou um **Plano de Partilha**, que previa a criação de um Estado judaico na região da Palestina. O líder judeu **David Ben Gurion**, em maio de 1948, proclamou – unilateralmente – a criação do Estado de Israel, tendo como base a decisão proferida pela ONU no ano anterior.

Os palestinos, que ali habitavam há gerações e que também tinham a pretensão de criar um Estado independente, discordaram da decisão da ONU. Não somente pela saída forçada de suas populações, mas também pelo aumento do número de refugiados e pela perda da cidade de Jerusalém, que possui um importante significado religioso para cristãos, muçulmanos e judeus. Além disso, Israel ficaria com 56% do território. A partir de então, deu-se início a uma série de conflitos na região, situação arrastada até os dias de hoje.

CONFLITOS E SITUAÇÃO ATUAL

Os Estados árabes, contrariados com a criação do Estado de Israel e com o exponencial aumento da migração de judeus para a região da Palestina, organizaram-se e criaram a chamada **Liga Árabe**. Esses Estados, capitaneados pela Síria, Egito e Iraque, invadiram o recém-criado Estado de Israel e protagonizaram a chamada **Primeira Guerra Árabe-Israelense** ou **Guerra de Independência**. Com apoio das potências ocidentais – sobretudo dos EUA –, os israelenses surpreendentemente venceram seus vizinhos e, como consequência, sacramentaram a criação de seu Estado independente. Por outro lado, houve o abandono do Plano de Partilha, dificultando ainda mais as aspirações dos palestinos.

Um dos desdobramentos da criação do Estado de Israel foi o deslocamento de populações palestinas para os Estados árabes vizinhos, contribuindo para a desestabilização desses territórios e para a formação de

enormes campos de refugiados. Esses campos, que não possuíam estrutura adequada para oferecer boas condições de vida, tornaram-se redutos de grupos contra o Estado de Israel – que, cada vez mais, se militarizava com o intuito de proteger-se contra essas ameaças. Entre esses grupos radicais é possível citar o **Hamas** e o **Fatah**, além da Organização para Libertação da Palestina (**OLP**), fundada em 1964. O Hamas – Movimento de Resistência Islâmica – foi fundado no contexto da Primeira Intifada (1987). Diferentemente do Fatah, o Hamas é contrário à existência do Estado de Israel, defendendo a criação de um único Estado palestino na região¹¹.

Dito isso, vamos lembrar da **Guerra dos Seis Dias**, ocorrida em 1967. Esse conflito, que teve como causa o expansionismo israelense, teve como resultado a ampliação do território de Israel. Tendo como justificativa a proteção de seu Estado e a garantia de sua soberania, Israel passou a controlar territórios como a Península do Sinai (Egito), as Colinas de Golã (Síria) e porções de terra da Cisjordânia. Anos mais tarde, os Estados árabes tentaram surpreender os israelenses invadindo seu território no dia do Yom Kippur, uma das datas mais importantes do calendário judaico. Conhecida como a **Guerra do Yom Kippur** (1973), este conflito teve novamente a vitória israelense.

Em 1978, após negociações entre Israel e alguns governos dos Estados árabes, Israel aceitou devolver alguns territórios adquiridos no conflito de 1967, com destaque para a devolução da Península do Sinai ao Egito. Porém, os atritos entre israelenses e palestinos não cessaram, mas tomaram diferentes formatos. Um deles foi a emergência das **Intifadas**, que representam a ideia de resistência civil contra a dominação israelense. Simbolicamente, as Intifadas são comumente lembradas pelos palestinos jogando pedras contra guarnições e veículos militares israelenses. A realização de atentados terroristas em Israel e no exterior acabou por agravar ainda mais as tensões na região.

Por outro lado, a conjuntura do final dos anos 1980 e início da década de 1990 ofereceu maior estímulo às negociações de paz. **Yasser Arafat** (à direita¹²), que desde 1974 comandava a OLP, aumentou a busca de apoio internacional para a causa palestina e foi o líder na assinatura do **Acordo de Oslo** (1993) – que teve a mediação de Bill Clinton (centro). Esse acordo, que representou o início das negociações entre lideranças israelenses e palestinas, permitiria que a **Autoridade Nacional Palestina (ANP)** governasse os territórios da Faixa de Gaza e da

11 Mais informações em:

<<http://www.bbc.com/portuguese/middleeast-070912>>

12 Fonte: Opera Mundi.

<<http://operamundi.uol.com.br/sao+acertados+os+ultimos+>>



Cisjordânia. Dois anos mais tarde, porém, **Yitzhak Rabin** (à esquerda), primeiro-ministro de Israel entre os anos de 1992 e 1995, foi assassinado por um extremista judeu que era contrário às negociações de paz.

Esse evento, além de sugerir a emergência de setores mais radicais no interior do Estado de Israel, marcou um importante retrocesso na busca pela paz na Palestina. Outro sinal foi a eleição de **Benjamin Netanyahu** (1996-8), sobretudo em razão do perfil conservador do atual primeiro-ministro israelense e de seu partido (**Likud**). A morte de Arafat, em 2004, também contribuiu para que o conflito continuasse sem resolução. Os anos 2000 presenciaram, ainda, o retorno das Intifadas.

Em agosto de 2014, após sete semanas de conflitos entre as forças israelenses e o Hamas, foi estabelecido um cessar-fogo entre as partes, tendo o Egito como principal mediador¹³. O anúncio de cessar-fogo veio seguido de rodadas de negociação entre os israelenses e palestinos, porém, poucos avanços foram concretizados. Atualmente o Hamas continua acusando Israel de realizar incursões militares que violariam as regras do cessar-fogo, enquanto Israel acusa o Hamas de realizar ataques contra o território israelense. Os temores de uma nova guerra voltaram à tona em 2016¹⁴ e, em março de 2017, soldados israelenses mataram um jovem palestino em novos confrontos na Cisjordânia¹⁵. Em resumo, o conflito árabe-israelense, apesar da convocação de reuniões dedicadas às negociações de paz¹⁶, ainda se encontra distante de uma resolução, perpetrando a tensão entre os palestinos e os israelenses.

13 Israel e Hamas aceitam cessar-fogo de longa duração em Gaza. Reportagem: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140826_cessar_fogo_gaza_lgb>

14 Confrontos entre palestinos e israelenses criam temor de outra guerra. Reportagem: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/confrontos-entre-israelenses-e-palestinos-criam-temor-de-outra-guerra.html>>

15 Soldados israelenses matam jovem palestino em confronto. Reportagem: <<http://oglobo.globo.com/mundo/soldados-israelenses-matam-adolescente-palestino-em-confronto-21078378>>

16 Paris sedia conferência que busca processo de paz no Oriente Médio. Reportagem: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/paris-sedia-conferencia-que-busca-processo-de-paz-no-orientemedio.ghtml>>

A GUERRA DO IRAQUE

A Guerra do Iraque, sem dúvidas, é um dos mais relevantes acontecimentos do século XXI. De um lado podemos destacar o unilateralismo por parte dos EUA; de outro é possível mencionar a instalação do caos político e social no Iraque, o que indubitavelmente contribuiu para o florescimento do Estado Islâmico em porções do território iraquiano.

Os EUA, desde o final da Segunda Guerra Mundial, são a principal potência militar do planeta. Com o fim da Guerra Fria, o país se via como detentor de uma superioridade militar sem precedentes, o que o estimulou a ser a “polícia do mundo” – evidenciado, por exemplo, nas guerras do Iraque (1991) e da Iugoslávia (1999). O governo George W. Bush passou a implantar uma **política externa militarista** após os atentados terroristas de 11 de Setembro. Em documento enviado ao Congresso dos EUA em 2002, o presidente Bush propôs aos deputados e senadores uma Nova Estratégia de Segurança Nacional, indispensável na chamada **“Guerra ao Terror”**.

“Atualmente, os Estados Unidos gozam de uma posição de incomparável força militar e grande influência política e econômica [...] Para derrotar essa ameaça [terrorista], temos de fazer uso de cada ferramenta de nosso arsenal [...] E a América irá responsabilizar as nações que estiverem comprometidas com o terror, [...] porque os aliados do terror são os inimigos da civilização.”

BUSH, 2002/2003.

O contra-ataque dos EUA aconteceu com as invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), países que, segundo a administração Bush, estavam de alguma forma vinculados aos atentados de 11 de Setembro. As grandes controvérsias da empreitada militar dos EUA no Oriente Médio, porém, residem na invasão do Iraque (2003).

Acusando o Iraque de abrigar terroristas da Al Qaeda e de possuir armas de destruição em massa¹⁷, os EUA não convenceram os membros do Conselho de Segurança da ONU. Mesmo sem a aprovação do Conselho, o exército norte-americano invadiu o Iraque com objetivo de tirar Saddam Hussein do poder e combater o terrorismo. Cresceram, anos mais tarde, questionamentos em relação à veracidade do argumento das armas de destruição em massa. A fraca argumentação e a não aprovação do Conselho de Segurança retiraram a legitimidade em torno da invasão do Iraque, prejudicando internacionalmente a credibilidade dos EUA. Os interesses econômicos, especialmente em relação aos

¹⁷ Invasão do Iraque sem autorização da ONU foi um erro. Reportagem: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,invasao-do-iraque-sem-autorizacao-da-onu-foi-um-erro,484948>>



grandes campos de petróleo no Iraque, ajudaram a alimentar as críticas à invasão¹⁸; os EUA passaram a ser vistos como um fator de desequilíbrio e incerteza, promovendo conflitos sempre que possível. (TODD, 2003, pp.09).

As denúncias de violações de direitos humanos se somam aos poucos êxitos obtidos com o conflito, exemplificados na atual situação de caos econômico, político e social enfrentado pelo Iraque. A pretensão de construir um Estado democrático não foi concretizada, tampouco o desejo de reconstruir a infraestrutura do país. Após a retirada das tropas dos EUA, no final de 2011, grupos radicais passaram a se disseminar no vácuo de poder proveniente da frágil atuação do governo iraquiano. Conforme veremos, esse vácuo de poder proporcionou a expansão do Estado Islâmico em porções do território iraquiano a partir de 2014.

A GUERRA CIVIL SÍRIA

A Guerra Civil Síria, que teve início no contexto das revoltas populares da **Primavera Árabe**, representa uma das principais zonas de disputa geopolítica da atualidade. Em dezembro de 2010 ocorreram as primeiras revoltas na Tunísia, acontecendo posteriormente em países como o Egito e a Líbia. Na Síria, as revoltas iniciaram o processo de Guerra Civil. O prolongamento do conflito gerou uma situação de caos humanitário, em parte ilustrado no exponencial número de refugiados provenientes da região. Além disso, o conflito é uma amostra das disputas entre potências estrangeiras no tabuleiro geopolítico regional e internacional.

Em março de 2011, após a prisão de jovens que haviam pichado muros em Deraa, no Sul da Síria, houve uma intensificação dos protestos contra o governo Bashar Al-Assad, cujo presidente é líder do **partido Baath**. Inicialmente reunindo manifestantes seculares e moderados, a oposição síria rapidamente passou a contar com grupos sectários (jihadistas), majoritariamente formados pelos sunitas, que são a maioria no país. O governo Assad, embora secular, tem orientação **alauita**, que consiste em uma vertente do **xiismo**. Nesse sentido, a questão religiosa, apesar de anteriormente não ter sido fonte de conflitos sociais, passou a representar uma questão fundamental na Guerra Civil Síria.

Em junho de 2011, após a deserção de oficiais sunitas do exército sírio, houve a criação do **Exército Livre Sírio**. Com a oposição pegando em armas, o conflito começou a se alastrar para as principais cidades do país, como **Damasco** e **Aleppo**. Naturalmente, o número de mortos começou a aumentar de forma significativa, ultrapassando os 90 mil já em 2013. Em 2012 a ONU reuniu os

18 O Oriente Médio possuía, à época, dois terços do petróleo do mundo ao mais baixo custo (BANDEIRA, 2014, pp. 138).

membros do Conselho de Segurança para tentar solucionar a situação na Síria, contudo, os EUA não conseguiram chegar a um acordo com a Rússia, tradicional aliada da Síria.

Em agosto de 2013 a comunidade internacional passou a pressionar ainda mais pela saída de Assad, sobretudo após denúncias de que o governo sírio estaria usando armas químicas (gás sarin) para reprimir grupos opositores¹⁹. Após a intermediação russa, o governo Sírio concordou em retirar seu arsenal de armas químicas do país²⁰. A situação de vácuo de poder e de caos social – combinado ao fortalecimento da oposição radical sunita – proporcionou o surgimento do Estado Islâmico (EI) no ano de 2014. Desse modo, o EI deixou de representar um elemento da oposição a Assad, passando a controlar territórios estratégicos do Iraque e da Síria e a defender a formação de um “Califado”.

A expansão do EI trouxe muitas dúvidas a respeito de quem era a oposição na Síria. Isto é, os rebeldes sírios eram manifestantes seculares lutando por liberdade e democracia, ou eram grupos jihadistas como o EI e a Frente Al-Nusra? Mais grave ainda, estariam os EUA²¹, a UE e países como a Arábia Saudita²² e a Turquia fornecendo armas, treinamento e recursos financeiros --direta e indiretamente – para grupos terroristas²³?

A intervenção da Rússia começou a ser mais ativa e o governo sírio passou a obter vitórias importantes contra os rebeldes²⁴ a partir de 2015. As potências ocidentais passaram a ser mais cautelosas no financiamento a grupos opositores a Assad, apesar de continuarem defendendo a saída do presidente sírio. Com a

19 ONU confirma gás sarin na Síria e busca consenso para resolução. Reportagem: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130916_siria_onu_dt>

20 Síria retira de seu território todas as armas químicas declaradas, diz Opaq. Reportagem: <<http://g1.globo.com/mundo/siria/noticia/2014/06/siria-tira-de-seu-territorio-todas-armas-quimicas-declaradas-diz-opaq.html>>

21 EUA coordenam entrega de armas à oposição na Síria, diz imprensa. Reportagem: <<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/05/eua-coordenam-entrega-de-armas-oposicao-na-siria-diz-imprensa.html>>

22 Entenda: quem luta contra quem na Síria. Reportagem: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120_siria_entenda_tg>

23 Bashar Al-Assad: “Há 80 países que apoiam os terroristas na Síria”. Reportagem: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/20/internacional/1455973003_241057.html>

24 Um dos principais triunfos de Assad foi a retomada de Aleppo, um dos redutos da oposição Síria. Reportagem: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38292887>>

expansão do EI no Iraque e na Síria – e após a realização de atentados terroristas na **França** e na **Bélgica** –, as potências ocidentais intensificaram a realização de bombardeios aéreos na região com o objetivo de enfraquecer o EI²⁵. Apesar de unidos pelo combate ao EI, os governos da Rússia e do Irã e as potências ocidentais ainda divergem em relação ao conflito sírio, principalmente na questão de manutenção de Assad no governo.

Atualmente, a Guerra Civil encontra-se em um grande impasse. A Rússia segue sendo o principal aliado de Assad, fornecendo armas, dinheiro e toda a sua estrutura militar. O **Irã**, que é um país de orientação xiita, também segue apoiando o governo Assad. As potências ocidentais e as monarquias do Golfo Pérsico – sobretudo a Arábia Saudita – continuam defendendo a queda de Assad e, em maior ou menor grau, continuam apoiando os rebeldes sírios. Como saldo, o conflito já deixou mais de 400 mil mortos e forçou a saída de aproximadamente 4,5 milhões de sírios. O conflito atualmente encontra-se atravessado por uma série de interesses internos e externos, como é o caso das potências estrangeiras (EUA, Rússia, China, França, Alemanha), das potências regionais (Irã, Arábia Saudita e Turquia), bem como dos atores locais (Estado Islâmico, rebeldes sírios e **curdos**). Essa complexa rede de interesses contribui para o alastramento do conflito e para a intensificação da **crise humanitária** na região, tendo na crise dos **refugiados** a sua faceta mais evidente.

25 França começa a bombardear EI na Síria. Reportagem:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/27/internacional/1443337501_364784.html>

PARA SABER MAIS!

Livros:

O Dragão Chinês e o Elefante Indiano. Paulo Fagundes Visentini. 2011.

Sobre a China. Henry Kissinger. 2013.

Por uma outra globalização. Milton Santos. 2000.

A tragédia política das Grandes Potências. John Mearsheimer. 2001

Os Maus Samaritanos. Ha-Joon Chang. 2009

O mundo pós-americano. Fareed Zakaria. 2008

Globalização: Como dar certo. Joseph Stiglitz. 2007

A Segunda Guerra Fria. Luiz Alberto Moniz Bandeira. 2013

O livro *O Dragão Chinês e o Elefante Indiano* é uma sugestão interessante, pois trata da trajetória de desenvolvimento de dois países emergentes.

O livro *Sobre a China* é importante para aqueles que buscam um maior entendimento a respeito da China.

Por uma outra globalização, de Milton Santos, oferece uma perspectiva crítica e

sociológica a respeito dos malefícios do processo de globalização.

O livro de John Mearsheimer, *A tragédia política das Grandes Potências*, é um livro de teoria das relações internacionais. Essa sugestão é válida porque ilustra uma perspectiva da Realpolitik sobre a geopolítica internacional.

O livro *Maus Samaritanos* é uma sugestão válida porque oferece uma visão crítica a respeito dos discursos da globalização e do livre-comércio.

O livro *O mundo pós-americano*, de Fareed Zakaria, é interessante na medida em que fornece importantes apontamentos sobre o mundo que emergiu com o fim da Guerra Fria.

O livro de Joseph Stiglitz, *Globalização: Como dar certo*, é importante sobretudo por questionar aspectos referentes ao modelo econômico liberal.

A *Segunda Guerra Fria*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira, é uma importante obra sobre os conflitos geopolíticos do século XXI.

Sites:

The Diplomat: <http://thediplomat.com/>

El País: <http://brasil.elpais.com/?cp=3>

Le Monde Diplomatique Brasil: <http://diplomatique.org.br/>

Russia Today (RT): <https://www.rt.com/>

BBC (Português): <http://www.bbc.com/portuguese>

XINHUA (Português) <http://portuguese.xinhuanet.com/>

The Guardian: <https://www.theguardian.com/world>

Al Jazeera: <http://www.aljazeera.com/>

The New York Times: <https://www.nytimes.com/>

Esses sites são importantes para se informar sobre os acontecimentos internacionais, considerando os diferentes pontos de vista. Alguns possuem apenas conteúdo em inglês.

O **The Diplomat** disponibiliza artigos um pouco mais longos sobre importantes questões internacionais, com ênfase na Ásia.

O **EL País** é um veículo de comunicação bastante reconhecido, sendo um interessante canal para acesso à informação. Suas reportagens e artigos de opinião estão em português.

O **Le Monde Diplomatique Brasil** disponibiliza artigos e reportagens sobre aspectos políticos e econômicos que acontecem no Brasil e no mundo.

O **Russia Today (RT)**, com conteúdo em inglês, é uma fonte interessante de informação, pois oferece a perspectiva russa dos acontecimentos internacionais.

A **BBC Brasil** produz diariamente uma série de reportagens sobre questões nacionais e internacionais. Seu conteúdo está em português.

A **XINHUA**, com conteúdo em português, é uma fonte de informação interessante, pois veicula a perspectiva chinesa sobre as questões mundiais.

O **The Guardian**, com conteúdo em inglês, produz uma quantidade significativa de reportagens e artigos de opinião e oferece a perspectiva europeia e britânica sobre questões internacionais.

A **Al Jazeera**, com conteúdo em inglês, é uma ótima fonte de informação para aqueles que desejam se aprofundar nos estudos sobre o Oriente Médio.

O **The New York Times**, além de representar um dos mais reconhecidos veículos de comunicação do mundo, é uma fonte de informação válida também pelo fato de expor a perspectiva dos EUA sobre as questões internacionais.

Filmes e documentários:

Syriana - A indústria do Petróleo. Stephen Gaghan. 2005

Adeus, Lênin. Wolfgang Becker. 2003

O senhor das Armas. Andrew Niccol. 2005

The Square. 2013. Jehane Noujaim

Syriana é uma sugestão interessante porque ajuda a compreender a complexa rede de interesses envolvida na indústria do petróleo no Oriente Médio.

Adeus, Lênin é um filme bem avaliado pela crítica cinematográfica, principalmente por oferecer perspectivas muito apuradas sobre as mudanças que ocorreram após a queda do muro de Berlim (1989).

O Senhor das Armas pode ser uma sugestão válida, pois o filme mostra que os conflitos internacionais não cessaram com o fim da Guerra Fria; ao contrário, aumentaram.

The Square é um documentário muito revelador sobre as revoltas que aconteceram no Egito em 2011, oferecendo uma visão interna dos protestos que levaram à queda de Hosni Mubarak.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Luiz Alberto. A Segunda Guerra Fria. Civilização Brasileira, 2a edição, Rio de Janeiro, 2014

BBC. 8 razões pelas quais os britânicos votaram pela saída da União Europeia. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36609225>> Acesso em 20.02.2017

BBC. Hamas. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140729_o_que_hamas_kb> Acesso em 20.02.2017

BBC. Israel e Hamas aceitam cessar-fogo de longa duração em Gaza. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140826_cessar_fogo_gaza_gb> Acesso em 20.02.2017

BBC. ONU confirma gás sarin na Síria e busca consenso para resolução. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130916_siria_onu_dt> Acesso em 22.02.2017

BBC. Entenda: quem luta contra quem na Síria. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151120_siria_entenda_tg> Acesso em 22.02.2017

BBC. Um dos principais triunfos de Assad foi a retomada de Aleppo, que era um dos redutos da oposição Síria. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38292887>> Acesso em 22.02.2017

BUSH, George W. A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América. In: Política Externa, Vol.11, no.3, dez/jan/fev. 2002/2003.

COTRIM, Gilberto. História Global. Brasil e Geral. Editora Saraiva, São Paulo, 2012

EL PAÍS. Trump pede muro “imponente” e que seja impossível de escalar. Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/18/internacional/1489870092_560739.html> Acesso em 20.02.2017

EL PAÍS. Nigel Farage renúncia a liderança do partido eurófobo UKIP. Disponível em:<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/internacional/1467624309_973638.html> Acesso em 20.02.2017

EL PAÍS. Macron e Le Pen se consolidam como favoritos depois do primeiro debate.

Disponível

em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/20/internacional/1490033150_181624.html> Acesso em 20.02.2017

EL PAÍS. Bashar Al-Assad: “Há 80 países que apoiam os terroristas na Síria”.

Disponível

em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/20/internacional/1455973003_241057.html> Acesso em 21.07.2017

ESTADÃO. Invasão do Iraque sem autorização da ONU foi um erro. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,invasao-do-iraque-sem-autorizacao-da-onu-foi-um-erro,484948>> Acesso em 21.02.2017

FOLHA DE SÃO PAULO. Trump retira EUA do TPP nesta segunda, diz emissora.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/01/1852303-trump-retirara-eua-do-tpp-nesta-segunda-diz-emissora.shtml>> Acesso em 20.02.2017

FUNDO DE COOPERAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). Cooperação Sul-Sul.

Disponível em: <<http://unfpa.org.br/novo/index.php/sobre-o-unfpa/cooperacao-sul-sul>> Acesso em 19.02.2017

G1. Síria retira de seu território todas as armas químicas declaradas, diz Opaq.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/siria/noticia/2014/06/siria-tira-de-seu-territorio-todas-armas-quimicas-declaradas-diz-opaq.html>> Acesso em 22.02.2017

G1. EUA coordenam entrega de armas à oposição na Síria, diz imprensa.

Disponível em:<<http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2012/05/eua-coordenam-entrega-de-armas-oposicao-na-siria-diz-imprensa.html>> Acesso em 22.02.2017

G1. Para Trump, NAFTA é uma “catástrofe”. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/para-trump-nafta-e-uma-catastrofe.ghtml>> Acesso em 18.02.2017

G1. Confrontos entre palestinos e israelenses criam temor de outra guerra. Disponível em:<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/05/confrontos-entre-israelenses-e-palestinos-criam-temor-de-outra-guerra.html>> Acesso em 20.02.2017

G1. Paris sedia conferência que busca processo de paz no Oriente Médio. Disponível em:<<http://g1.globo.com/mundo/noticia/paris-sedia-conferencia-que-busca-processo-de-paz-no-oriente-medio.ghtml>> Acesso em 21.02.2017

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Dados Econômicos e Estatísticos de Comércio. Disponível em: <http://brics.itamaraty.gov.br/pt_br/sobre-o-brics/dados-economicos> Acesso em 18.02.2017

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-o-novo-banco-de-desenvolvimento-ndb-do-brics>> Acesso em 17.02.2017

O GLOBO. Soldados israelenses matam jovem palestino em confronto. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/soldados-israelenses-matam-adolescente-palestino-em-confronto-21078378>> Acesso em 20.02.2017

OPERA MUNDI. Hoje na História - 1993. São acertados os últimos detalhes do Acordo de Oslo. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/30696/hoje+na+historia+1993+-+sao+acertados+os+ultimos+detalhes+dos+acordos+de+oslo.shtml>> Acesso em 25.03.2017

STIGLITZ, Joseph. Globalization and its discontents. W.W. Norton & Company, 2002, pp.74-75.

TODD, Emmanuel. Depois do Império. Editora Record, Rio de Janeiro, 2003



VISENTINI, Paulo F. História do Século XX. Editora Novo Século, 2a Edição, Porto Alegre, 2000.

WILLIAMSON, John. The Washington Consensus as a Policy Prescription for Development. Institute for International Economics, 2003, pp. 3-11.

ZERO HORA. O abandono de Detroit. Disponível em:
<http://zh.clicrbs.com.br/rs/fotos/o-abandono-de-detroit-37548.html> Acesso em 25.03.2017

PARTE II

HISTÓRIA

07

NOVA REPÚBLICA

meSalva!

NOVA REPÚBLICA

Fala, galera do Me Salva!. Como vocês sabem, o fim da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) deu início ao chamado processo de redemocratização, que culminou na escrita da Constituição de 1988 e no retorno das eleições diretas para presidente da República em 1989. Desde então, a nossa República passou por momentos de turbulência política, processos de impeachment, crises econômicas e intensos debates a respeito de projetos de país. Dentro desse período, vimos o controle da hiperinflação, a ampliação das políticas sociais, os escândalos de corrupção e, por fim, uma sociedade cada vez mais polarizada politicamente. Em primeiro lugar, esta apostila tem como objetivo oferecer uma visão das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que ocorreram nesse período; em segundo lugar, esta apostila também busca conceder uma base de apoio para refletir sobre os caminhos percorridos até aqui e as possíveis alternativas daqui para frente.

REDEMOCRATIZAÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar uma visão sobre a situação nacional e internacional da década de 1980. Estudaremos o panorama político e econômico do Brasil, marcado pela transição democrática e por dificuldades econômicas.

“DÉCADA PERDIDA” - Internacionalmente, os anos 1980 são marcados pela emergência da Terceira Revolução Industrial, pelo fortalecimento do discurso neoliberal e pelo declínio da URSS. De um lado, a Terceira Revolução Industrial propiciou a reorganização e fragmentação das forças produtivas internacionais, contribuindo para o esgotamento dos modelos de forte participação estatal – Estado de Bem-Estar Social (Europa) e Estado desenvolvimentista (América Latina). De outro lado, o fortalecimento do discurso neoliberal e o declínio da URSS eram faces da mesma moeda - a disseminação das ideias neoliberais vinha carregada de discursos anticomunista -, intensificando as críticas aos antigos modelos de desenvolvimento. No Brasil, o quadro era de crise do nacional-desenvolvimentismo, de aumento drástico dos índices de inflação e de endividamento externo. É importante saber que, tanto no Brasil quanto na América Latina, os anos 1980 são conhecidos como “década perdida”.

TRANSIÇÃO POLÍTICA - Se no campo econômico o quadro era de crise, no campo político era de transição democrática. O general João Baptista Figueiredo,

eleito pelo Colégio Eleitoral em 1979, se comprometeu em continuar a abertura “lenta, gradual e segura” do sistema político brasileiro. Comentaremos a seguir a reorganização dos movimentos sociais e algumas medidas redemocratizantes tomadas pelo governo militar.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS - A reorganização dos movimentos sociais ao longo dos anos 1980 representa um ponto importante para compreender o processo de redemocratização no país, em parte por conta do adensamento das críticas ao regime militar. De um lado, estouraram movimentos grevistas a partir de 1978, sobretudo na região do ABC paulista, demandando reajustes salariais. Com o lema de “braços cruzados, máquinas paradas”, os trabalhadores da região ficaram 41 dias de greve em 1980, refletindo as insatisfações com as políticas salariais e trabalhistas do governo. Mas não somente o sindicalismo se fortaleceu durante os anos 1980. Em 1979, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi legalizada, ao mesmo tempo em que a Igreja Católica, através das comunidades eclesiais de base (CEBs), ampliava os espaços de associação e atuação coletiva. Evidenciava-se, dessa forma, um forte sentido de associativismo e mobilização sindical e popular, assim como a presença de uma crescente opinião pública contrária ao regime militar (REIS, 2016). Por fim, é importante mencionar a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 1984, que retomou as reivindicações por reforma agrária, intensificou as críticas ao regime militar e ampliou para as zonas rurais a atuação dos movimentos sociais e populares no Brasil.

LEI DA ANISTIA (1979) - É possível dizer que as críticas ao autoritarismo do regime militar vinham se intensificando, englobando um amplo espectro social – como sindicalistas, trabalhadores, grupos de empresários, Igreja Católica, associações artísticas e científicas, organizações estudantis e de advogados, universidade e imprensa (COTRIM, 2012, p.697). Um primeiro passo para atender as demandas por redemocratização foi dado com a promulgação da Lei da Anistia (1979), que beneficiava os presos políticos, os brasileiros exilados (como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, entre outros) e os políticos cassados. No entanto, a lei foi tão ampla que também anistiu os militares acusados de torturar e assassinar opositores, não seguindo o exemplo de outros processos de abertura política na América Latina.

O PLURIPARTIDARISMO - Durante a ditadura, o sistema político era dividido em dois partidos: do lado da situação, estava a ARENA; enquanto que, na oposição, estava o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 1979, após aprovação no Congresso, uma nova Lei Orgânica dos partidos restabeleceu o pluripartidarismo no país. Grande parte dos parlamentares da ARENA migraram para o Partido Democrático e Social (PDS), que permaneceu apoiando o governo. Desmembrado o MDB, formaram-se novos partidos, como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido dos Trabalhadores (PT), o

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Popular (PP). A nova legislação também previa eleições diretas para governador de estado em 1982.

DIRETAS JÁ! - No início dos anos 1980, amplos setores da sociedade brasileira estavam insatisfeitos com a situação do país. A crise econômica retirava a legitimidade do governo militar, que não conseguia solucionar os problemas da inflação e do endividamento. Por outro lado, os anseios por maior participação política resultaram em um amplo movimento popular, que defendia a aprovação da emenda proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT). A estratégia de atuação desse “amplo movimento” consistia na realização de marchas e comícios nas principais capitais do país. Se aprovada, a emenda instituiria o voto direto para presidente da República nas eleições de 1985. Apesar da grande mobilização popular, os parlamentares ligados ao governo militar – sobretudo o grupo liderado pelo deputado federal Paulo Maluf – conseguiram os votos necessários para barrar a emenda Dante de Oliveira, causando grande frustração nacional. Por fim, é importante mencionar que, com a transição via eleição indireta, a redemocratização no Brasil significou mais uma “conciliação” entre as elites dirigentes do que uma “ruptura” de um modelo autoritário para um modelo democrático.

ELEIÇÃO DE TANCREDO NEVES - Contrariando a vontade de grande parte da população, as eleições de 1985 aconteceram de modo indireto. O Colégio Eleitoral ficou responsável por escolher entre dois candidatos: 1) Paulo Maluf, deputado e candidato oficial do PSD; e 2) Tancredo Neves (PMDB), governador de Minas Gerais, que comandava a chapa “Aliança Democrática”. Parte da “Aliança” abrigava deputados da “Frente Liberal”, formada por dissidentes do PSD e membros do PMDB. Com José Sarney na vice-presidência, Tancredo Neves foi eleito indiretamente em janeiro de 1985.

A MORTE DE TANCREDO NEVES - Apesar de eleito indiretamente, a maioria da população viu com bons olhos o nome de Tancredo Neves, considerado um grande conciliador. Na véspera de sua posse, Tancredo foi atingido por uma grave enfermidade, não podendo assumir a presidência. Pouco tempo depois, não resistiu e veio a falecer em 21 de abril de 1985, deixando o Brasil de luto. Com a sua morte, o cargo de presidente deveria ser assumido pelo vice-presidente, o senador José Sarney (PFL).

GOVERNO SARNEY (1985-1989)

Com a morte de Tancredo, Sarney assumia a presidência com a responsabilidade de liderar o processo de abertura política, bem como de propor medidas de combate à inflação – que já chegava aos 200% ao ano. Estudaremos os trabalhos da Assembleia Constituinte e a escrita da Constituição de 1988, a Constituição cidadã, e também abordaremos os planos de combate à inflação, sobretudo o Plano Cruzado.

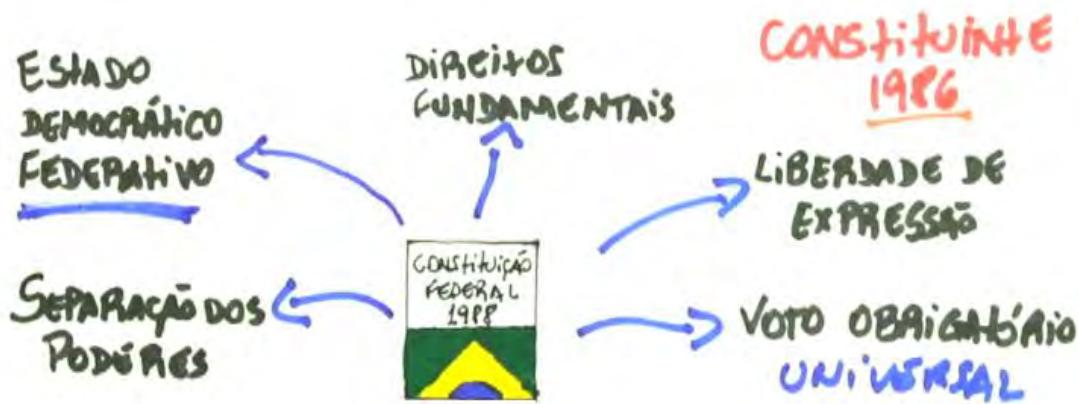
MEDIDAS REDEMOCRATIZANTES - Sarney buscou apagar a sua fama de partidário da ARENA, líder do PSD e apoiador da ditadura. Para isso, manteve o ministério escolhido por Tancredo e decretou medidas de cunho democrático, como: a) eleições diretas, em dois turnos, para a presidência, prefeitura das capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional; b) maior liberdade para criação de partidos, possibilitando a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); c) direito de voto para os analfabetos (COTRIM, 2012, p.704).

PLANO CRUZADO - O governo sabia que, sem um plano de combate à inflação, seria impossível realizar políticas públicas para melhorar a condição de vida dos brasileiros. O aumento da inflação corroía o salário dos trabalhadores e reduzia o seu poder de compra. Em fevereiro de 1986, o governo lançou um plano de estabilização conhecido como Plano Cruzado, que inicialmente obteve sucesso. Entre as suas medidas, é possível destacar: a) congelamento dos preços das mercadorias; b) criação de uma nova moeda (o cruzado); c) o fim da correção monetária; d) o congelamento dos salários, que seriam reajustados sempre que a inflação atingisse 20% (COTRIM, 2012, p.704). O sucesso inicial do plano despertou simpatia perante a população, estimulando a atuação dos “fiscais do Sarney”¹. Porém, os preços da tabela do governo não correspondiam aos valores da economia real, motivando os produtores e comerciantes a boicotarem o congelamento e venderem seus produtos mediante o pagamento do ágio. Na prática, a inflação continuava a subir. Posteriormente, o governo ainda lançaria dois planos – o Plano Bresser e o Plano Verão –, que igualmente não reduziram a inflação.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE - Mantendo o compromisso de convocar uma Assembleia Constituinte, Sarney enviou ao Congresso Nacional uma proposta de convocação da Assembleia em junho de 1986. Em novembro, foram eleitos os deputados e os senadores que fizeram parte da Assembleia Constituinte, que trabalhou e debateu por 20 meses os principais pontos da nova Constituição. Em

¹ Os produtos nos mercados e armazéns estavam congelados e eram tabelados pelo governo. Qualquer cidadão poderia comparar o preço da tabela e o preço dos mercados. Em casos de divergência de preços, o cidadão deveria reivindicar o preço da tabela e, ainda, poderia comunicar às autoridades para multar o estabelecimento comercial.

outubro de 1988, os constituintes promulgaram a nova Carta Magna do país. O esquema abaixo ilustra um pouco os principais pontos que a Constituição de 1988 estabeleceu:



CONSTITUIÇÃO “CIDADÃ” - Além das questões levantadas acima, a Constituição de 1988 estabeleceu: a) eleições diretas, em dois turnos, para presidência, governos estaduais e prefeituras com mais de 200 mil habitantes; b) voto facultativo para jovens entre 16 e 18 anos e para pessoas maiores de 70 anos; c) jornada de trabalho de 44 horas semanais; d) licença maternidade de 120 dias e licença paternidade de cinco dias (COTRIM, 2012, p.705). Os pontos mais importantes, contudo, foram a garantia da igualdade jurídica e dos direitos fundamentais², que haviam sido abolidos durante a ditadura. A Constituição também reservou um capítulo para tratar dos indígenas, inserindo-os como grupos autônomos e com direitos sobre as terras e sobre as suas línguas, costumes e tradições.

RELACIONES INTERNACIONAIS - No plano internacional, a diplomacia brasileira cultivou relações conturbadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tendo em vista a declaração da moratória³ em 1987. Por outro lado, houve uma certa continuidade da tradição autonomista de nossa política externa, conforme evidenciado na aproximação diplomática do Brasil com os países socialistas, africanos e latino-americanos. No plano regional, é necessário destacar a assinatura da Declaração de Iguaçu (1985) entre Brasil e Argentina, representando o “embrião” do que viria a ser o MERCOSUL.

² Entre os direitos fundamentais garantidos pela Constituição de 1988, é preciso destacar a liberdade de pensamento, de crença religiosa, expressão intelectual, de locomoção e de associação.

³ “Moratória” é quando um Estado, em razão do elevado endividamento, declara que não tem condições de arcar com os custos de sua dívida (juros, amortizações, etc.).

GOVERNO COLLOR (1990-1992)

ELEIÇÕES DE 1989 - O retorno das eleições diretas depois de décadas contou com a participação de 22 candidatos. Entre eles, estavam lideranças políticas como Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PSD) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, foi Fernando Collor de Mello, do desconhecido Partido da Renovação Nacional (PRN), que chegou ao segundo turno afirmando ser um “Caçador de Marajás⁴”. O adversário era Luís Inácio Lula da Silva, que havia ascendido politicamente como líder sindical, se apresentava como candidato da esquerda e dos trabalhadores. Aglutinando o apoio generalizado do empresariado e dos meios de comunicação, Collor foi eleito com um margem de 4 milhões de votos em relação a Lula.

NEOLIBERALISMO - Seguindo a cartilha do “Consenso de Washington”, Collor implantou medidas neoliberais, como a privatização de empresas estatais, a abertura comercial e a desburocratização das regulamentações econômicas. Já em 1990, o governo lançou o Plano Nacional de Desestatização (PND), que tinha como objetivo vender empresas controladas pelo Estado. Por outro lado, Collor havia herdado uma economia em frangalhos e necessitava aplicar um plano de combate à inflação⁵. Ironicamente, o Plano Collor representou

“[...] o maior ataque à propriedade privada da história republicana [...] o Plano Collor previa o bloqueio inusitado de todas aplicações financeiras, inclusive a caderneta de poupança, salvo o limite 50 mil cruzados novos por dezoito meses [...] Previa ainda o congelamento de preços e salários [...] Paralelamente seria implementado um grande esforço para combater o enxugamento da máquina estatal. Fundações, empresas públicas e autarquias foram extintas [...] e muitos funcionários públicos foram demitidos ao arrepião da legislação vigente. Era o Estado Mínimo neoliberal” (ALMEIDA, 2013, p.571).

INSATISFAÇÃO E PERDA DE CREDIBILIDADE - Os resultados econômicos do Plano Collor foram ruins, ao passo que suas consequências políticas e sociais foram piores ainda. Sentindo-se traída, a classe média desaprovou o confisco das

⁴ Os “marajás” eram aqueles que se beneficiavam da burocracia e do aparato do Estado para enriquecer e acumular privilégios.

⁵ Em 1990, a inflação chegou a incríveis 2751, 34% ao ano, caracterizando um cenário de “hiperinflação”.

cadernetas de poupança. Somado a isso, grupos econômicos nacionais criticavam a abertura unilateral da economia, tendo em vista que acirrava a concorrência com produtos estrangeiros e prejudicava setores da indústria. Por sua vez, Collor perdia apoio político no Congresso Nacional, enfraquecendo ainda mais a posição de seu governo⁶. Para a população, a “gota d’água” seria as denúncias de corrupção.

O ESQUEMA PC FARIAS - Depois de dois anos, o governo começou a ser alvo de denúncias de corrupção envolvendo a cúpula governamental e a própria família do presidente. A repercussão na imprensa levou a Câmara dos Deputados a instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinada a investigar as denúncias contra Paulo César Farias, amigo pessoal e tesoureiro da campanha do presidente. Chegada ao fim, a CPI constatou a existência de uma rede de corrupção, sonegação fiscal e contas “fantasmas” do chamado “esquema PC” (COTRIM, 2012, p.706). A CPI, que incriminou o presidente, abriu caminho para que a Câmara iniciasse o processo de impeachment.

IMPEACHMENT - A frágil base parlamentar pôde ser observada na votação do impeachment na Câmara dos Deputados: 441 votos a favor e apenas 38 contra. Essa larga margem de votos também pode ser explicada pela reprovação do governo perante à opinião pública, ilustrada no movimento dos “caraspintadas”, liderado pelos jovens e estudantes. Após a aprovação do processo na Câmara, o vice-presidente Itamar Franco assumiu interinamente a presidência. Collor, na esperança de não perder os direitos políticos, renunciou ao cargo momentos antes do impeachment ser aprovado no Senado. Não foi o suficiente. O “Caçador dos Marajás” foi condenado e teve os direitos políticos cassados por 8 anos.

GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994)

Itamar Franco assumiu o país em uma situação delicada, marcada principalmente pela grave crise econômica. Politicamente, o presidente teria de lidar com a frágil base parlamentar de Collor. No decorrer deste capítulo, estudaremos o governo de coalizão formado por Itamar e abordaremos o tema do Plano Real.

⁶ Aqui é possível realizar um paralelo entre Collor e Jânio Quadros. Ambos elegeram-se com um discurso de moralização da política, vinham de partidos pequenos e não conseguiram se relacionar com o Congresso.

GOVERNO DE COALIZÃO - Considerando a necessidade de reorganizar o país e passar uma imagem de transparência frente à opinião pública, Itamar montou seu ministério com nomes de variados partidos, como o PMDB, o PSB e o PFL. Assim, o governo buscava assegurar a “governabilidade” no Congresso Nacional.

PLEBISCITO - Previsto pela Constituição de 1988, os brasileiros foram às urnas para decidir sobre a forma (república ou monarquia) e o sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo). A população optou pela República (60% dos votos) e pelo sistema presidencialista (55% dos votos).

PLANO REAL - O aspecto mais importante do curto governo Itamar foi a formulação do Plano Real. Depois de falhas no combate à inflação, o presidente nomeou Fernando Henrique Cardoso (FHC) para o Ministério da Fazenda. Assessorado pelos mais bem capacitados economistas do país, FHC propôs um plano de combate à inflação que tinha como característica principal o gradualismo na substituição da moeda, em oposição aos “choques” de planos anteriores (confisco, congelamento de preços, etc). A moeda seria substituída pelo cruzeiro-real e, posteriormente, se utilizaria a Unidade Real de Valor (URV) para a assinatura de contratos e aluguéis. A partir de julho de 1994, a URV foi substituída pelo real, que passou a ter paridade equivalente ao dólar (1 real = 1 dólar). Com isso, houve uma desindexação das moedas antigas e o fortalecimento do real. Para tanto, foram necessárias duas medidas (uma interna e outra externa). Externamente, o governo brasileiro foi obrigado a renegociar sua dívida externa, de modo a reduzir os juros e amortizações de sua dívida. Internamente, o Banco Central começou a aplicar uma política de aumento dos juros, como forma de facilitar o ingresso de dólares no país.

GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Utilizando-se da imagem de “pai” do Plano Real, FHC (PSDB), com o apoio do PFL, venceu Lula (PT) no primeiro turno das eleições de 1994. Ao longo deste capítulo, estudaremos os aspectos econômicos do governo FHC, com destaque para a estabilidade monetária e a aplicação de uma política econômica neoliberal. Além disso, abordaremos assuntos da esfera política e social, como as denúncias de corrupção e os avanços (e retrocessos) sociais.

REFORMAS NA GESTÃO ECONÔMICA - Economicamente, o governo FHC pode ser encarado como um governo JK “às avessas”. Enquanto Juscelino priorizava o crescimento econômico em detrimento da inflação e do equilíbrio fiscal, os oitos anos de governo tucano colocaram o equilíbrio das contas públicas

acima de qualquer outra consideração macroeconômica (ALMEIDA, 2013). Em outras palavras, FHC deu prioridade ao controle da inflação, o que demandava a aplicação de altas taxas de juros e a realização de privatizações. O objetivo de romper com o modelo de Estado “interventor” denotou uma certa continuidade da agenda neoliberal inaugurada com o governo Collor.

INSTABILIDADE FINANCEIRA - A continuidade do Plano Real dependia da valorização contínua do real, o que exigia a entrada de dólares no país. Uma das formas de fomentar essa entrada foi aumentar os juros, pois atraía os capitais internacionais em função da boa rentabilidade. Grande parte desses capitais era especulativo, isto é, eram capitais em busca de alta lucratividade no curto prazo. Em qualquer sinal de instabilidade, esses capitais “fogem” e migram para mercados mais “atraentes” ou “seguros”. Da mesma forma que no México (1995), nos Tigres Asiáticos (1997), na Rússia (1998) e na Argentina (2001), o Brasil passou por uma forte crise cambial entre 1998-1999, obrigando o governo a desvalorizar o real e recorrer ao FMI para honrar os compromissos com credores internacionais. Em suma, a estabilidade da moeda através da valorização cambial e da política de juros altos era intrinsecamente instável e gerava vulnerabilidade externa (FILGUEIRAS et al, 2010), pois exigia a constante entrada de capitais especulativos.

PRIVATIZAÇÕES - Em acordo com as ideias neoliberais, o governo realizou um programa de privatizações em diversos setores da economia (telecomunicações, geração e distribuição de energia elétrica, mineração, siderurgia e indústria petroquímica). Para além da finalidade de “desinchar” o Estado, as privatizações eram imprescindíveis para a entrada de dólares na economia⁷. Por outro lado, foram criadas agências reguladoras⁸ para supervisionar os leilões e regular a atuação das empresas vencedoras. Contudo, ocorreram denúncias de favorecimento ilícito para grupos empresariais, ao mesmo tempo em que aconteceram críticas ao “preço de banana” colocado para a venda de empresas como a Eletrobrás e a Vale do Rio Doce. Observem o quadro abaixo, que busca sintetizar os efeitos internos e externos da política econômica do governo FHC:

⁷ As privatizações possibilitaram o ingresso de US\$ 91 bilhões de dólares na economia brasileira.

⁸ Como exemplos, é possível citar a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e a Agência Nacional de Energia Elétrica.

PLANO INTERNO

- POUCO CRESCIMENTO ECON.
- DESEMPREGO
- CONCENTRAÇÃO RENDA



PLANO EXTERNO

- AUMENTO DA DEPENDÊNCIA - FMI
- ↳ 1995-2000 → ÁSIA, RÚSSIA

EFEITOS INTERNOS E EXTERNOS - Resumindo, é possível afirmar que, internamente, houve baixo crescimento econômico, bem como aumento do desemprego e da concentração de renda. A política de juros altos encarecia os custos de produção das empresas, contribuindo para uma redução da atividade econômica. Paralelamente, os juros altos beneficiavam aqueles que possuíam dinheiro em aplicações financeiras, proporcionando um aumento da concentração de renda. Externamente, a economia brasileira ficou refém da entrada de dólares, exigindo a atração de capitais especulativos. A instabilidade financeira internacional, exemplificada nas crises já mencionadas, influenciou a crise cambial brasileira (1998-1999), cujos efeitos demandaram a solicitação de pelo menos dois empréstimos junto ao FMI. A estabilidade monetária se concretizou durante a “década tucana”⁹; porém, é preciso ressaltar que o país ficou vulnerável às oscilações da economia internacional e, concomitantemente, houve um aumento da dívida pública, que saltou de 20% do PIB em 1995 para 52% em 2002 (ALMEIDA, 2013).

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Promulgada em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi criada com o propósito de alcançar um equilíbrio entre as receitas e despesas na gestão das contas públicas (COTRIM, 2012, p.711). Com o princípio fundamental de não criar despesas sem a devida contrapartida na receita, a LRF reflete a prioridade dada pela gestão FHC ao equilíbrio orçamentário.

EMENDA DA REELEIÇÃO - O mandato de FHC deveria, a princípio, terminar em 1º de janeiro de 1999. Em 1997, porém, o Congresso aprovou uma emenda que permitiu a reeleição para os cargos de presidente, governador e prefeito.

⁹ Se comparado aos períodos de hiperinflação, a inflação média de 11,4% ao ano entre 1994 e 2000 representou um grande avanço.

Novamente apoiado pelo PFL, FHC se reelegeu nas eleições de 1998, esticando seu mandato até 1a de janeiro de 2003. A “emenda da reeleição” foi motivo de denúncias de compra de votos, contudo, a maioria do governo no Congresso impediu que as investigações fossem adiante.

AVANÇOS SOCIAIS - Sem modificar de forma substantiva as mazelas da sociedade brasileira, é importante destacar avanços que aconteceram durante o governo FHC. Na educação, houve a redução do analfabetismo, que decaiu de 12% para 6% entre os jovens de 15 a 19 anos (COTRIM, 2012, p.711). De acordo com dados de 2002, 97% das crianças entre 7 e 14 anos passaram a frequentar a escola, representando um importante passo para a universalização da educação fundamental. Na saúde, é preciso destacar a quebra de patentes para casos de emergência em saúde pública, o sucesso do programa de combate à AIDS, a criação do programa de medicamentos populares (os “genéricos”) e a redução dos índices de mortalidade infantil.

FINAL DA ERA FHC - Os anos finais do governo FHC são marcados pelo aumento da insatisfação popular. Entre os fatores que explicam esse descontentamento, é possível citar: 1) a crise do fornecimento de energia elétrica, gerando risco de um “apagão”; 2) o crescimento da dívida interna e externa do setor público; e 3) o retorno da pressão inflacionária; e 4) elevadas taxas de desemprego (COTRIM, 2012, p.713). Portanto, a insatisfação social contribuiu para aumentar o desejo de renovação na política, reforçando a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

Disputando pela quarta vez consecutiva as eleições presidenciais, Lula modificou suas estratégias anteriores e formou uma aliança com o Partido Liberal (PL), lançando José de Alencar como vice-presidente. Concorrendo com José Serra (PSDB), Lula soube explorar a insatisfação social com os últimos anos do governo FHC, relacionada aos elevados índices de desemprego. Essa insatisfação era manifestada também pelos movimentos sociais, conforme evidenciado nas críticas à globalização neoliberal formuladas e defendidas no Fórum Social Mundial¹⁰. Outro ponto a ser destacada introdutoriamente é o de que a eleição de

¹⁰ O Fórum Social Mundial (FSM) se reuniu pela primeira vez na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. O FSM é um espaço internacional para a reflexão e organização de todos os que se contrapõem à globalização neoliberal e estão construindo alternativas

Lula pode ter contribuído para a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, como Néstor Kirchner (Argentina, 2003), Evo Morales (Bolívia, 2006), Rafael Correa (Equador, 2007), Fernando Lugo (Paraguai, 2008). Ao longo deste capítulo, exploraremos os principais aspectos econômicos, políticos e sociais dos dois mandatos do presidente Lula (2003-2010), bem como das características da política externa “ativa e altiva” do período.

CARTA AOS BRASILEIROS - Ex-torneiro mecânico e ex-líder sindical, a eleição do primeiro presidente com origens autenticamente populares gerou desconfiança e “medo” por parte de setores da sociedade brasileira. Em resposta a esses temores, Lula escreveu a famosa “Carta aos brasileiros”, com o objetivo de se lançar como um presidente moderado e conciliador:

“Será necessária uma lúcida e criteriosa transição [...] O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo [...] Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país¹¹”

CONTINUIDADE DA POLÍTICA ECONÔMICA - Bem como evidenciado no excerto, Lula cumpriu com a promessa de preservar os fundamentos da ordem econômica, respeitar os contratos e reconhecer os compromissos com os credores da dívida externa do país (COTRIM, 2012, p.714). Para a decepção das esquerdas, foi nomeado um “monetarista” para a presidência do Banco Central: o atual ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Com isso, Lula manteve o chamado “tripé macroeconômico¹²” adotado nos anos finais da gestão FHC. Sob a justificativa do combate à inflação, os juros permaneceram altos e o crescimento econômico entre 2003 e 2006, apesar de superior ao segundo mandato de FHC, permaneceu tímido.¹³

para favorecer o desenvolvimento humano. Para mais informações, ver site:
<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>

¹¹ Para acessar a Carta na íntegra, ver site:
http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf

¹² O chamado “tripé macroeconômico” é composto por: 1) câmbio variável; 2) sistema de metas de inflação e 3) superávit primário. Para entender mais sobre o “tripé macroeconômico”, ver site: <http://www.politize.com.br/tripe-macroeconomico-o-que-e/>

¹³ Se comparado à média de 2,20% de aumento do PIB entre 1999-2002, o primeiro mandato de Lula apresentou uma ligeira melhora, ficando na média dos 3,40% (COTRIM, 2012).

O “BOOM” DAS COMMODITIES - A despeito das críticas ao ajuste fiscal promovido por Antonio Palocci (Ministro da Fazenda) e do aumento dos juros liderado por Meirelles, houve um controle das pressões inflacionárias e a credibilidade do governo perante o mercado cresceu. Um dos pilares do “tripé”, o câmbio flutuante, permitiu uma desvalorização do real, impulsionando as exportações. Entre 2000 e 2004, as exportações brasileiras cresceram de US\$ 60 bilhões para US\$ 100 bilhões (FAUSTO, 2015). Além desse fator, o crescimento da economia chinesa jogou para cima o preço das commodities agrícolas e minerais, importantes produtos da pauta de exportação do país. Nesse sentido, o “boom” das commodities permitiu ao país acumular sucessivos superávits na balança comercial, contribuindo para o aumento das reservas cambiais. Portanto, o bom momento da economia internacional possibilitou uma recuperação econômica ao colocar o comércio exterior como motor do crescimento econômico¹⁴.

FLEXIBILIZAÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA - É possível dizer que, inicialmente, houve uma certa continuidade ao governo anterior, principalmente em relação ao tripé macroeconômico. Contudo, a conjuntura internacional favorável contribuiu para uma flexibilização da política econômica. Especificamente, essa flexibilização permitiu: a) redução gradativa das taxas de juros; b) ampliação do crédito; c) aumento dos investimentos por parte do Estado; d) ampliação dos gastos com política social focalizada (Bolsa Família); e) realização de uma política de valorização do salário mínimo (FILGUEIRAS et al, 2010). Em outras palavras, a redução da vulnerabilidade externa, que anteriormente estava relacionada à necessidade de juros altos para financiar a estabilidade do real, possibilitou uma “retorno” do Estado a partir de uma participação mais incisiva na atividade econômica e na promoção de políticas sociais. Constituindo um projeto de desenvolvimento oposto ao projeto neoliberal do governo anterior, esse “retorno” levou a criação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e do programa Minha Casa Minha Vida (2009), além de ampliar a atuação da Petrobrás e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na economia (PINTO et al, 2016). Por fim, não seria equivocado afirmar que esse projeto de desenvolvimento era oposto ao projeto neoliberal do governo anterior.

O FORTALECIMENTO DO MERCADO INTERNO - Se em um primeiro momento o comércio exterior representou o motor do crescimento econômico, é possível afirmar que, especialmente a partir de 2006, o mercado interno se tornou o motor do desenvolvimento. Aliado às políticas redistributivas como Bolsa Família – que possibilitava uma renda mínima para os “subproletários”¹⁵

¹⁴ De acordo com dados de Fausto (2015), as exportações brasileiras chegaram ao patamar de US\$ 200 bilhões anuais.

¹⁵ Conceito utilizado pelo cientista político André Singer, em sua obra Os sentidos do Lulismo. Para o autor, a melhora material dessa parcela da população – anteriormente

localizados em grande parte no Nordeste –, a queda nas taxas de juros e a ampliação do crédito junto aos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) sustentou aumentos nos investimentos, no consumo interno e no o Produto Interno Bruto (PIB). Observem o excerto abaixo:

"Com mais renda e mais crédito, o consumo popular expandiu-se. À cesta de consumo da classe C, incorporaram-se itens acessíveis antes apenas às classes A e B, como computadores e automóveis. O uso de telefones celulares generalizou-se. Abriram-se ainda mais as portas do financiamento a casa própria, principal aspiração aquisitiva da nova classe média" (FAUSTO, 2015, p.360).

POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO LULA: UM BALANÇO - O balanço econômico da gestão Lula é positivo. O cenário internacional favorável propiciou que o governo realizasse uma política de “ganha-ganha”, atendendo às demandas dos grupos localizados no topo e na base da pirâmide social. A ampliação das políticas sociais, com destaque para o Bolsa Família, auxiliou na redução das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que a redução dos juros e o acesso ao crédito proporcionaram aumentos do PIB e redução nos índices de desemprego. Por sua vez, a valorização do salário mínimo e a emergência da “nova classe média” forneceram um novo ímpeto ao mercado interno, incrementando os investimentos e o consumo. Em outras palavras, foi possível crescer, reduzir a inflação, equilibrar as contas públicas e praticar uma política de distribuição de renda. Contudo, conforme veremos, a crise de 2008-2009 encerrou a “maré boa” da economia internacional, deixando para a sucessora de Lula grandes desafios.

REFLEXOS SOCIAIS - O crescimento econômico, o fortalecimento do mercado interno e a ampliação dos programas sociais produziram importantes reflexos, como a melhora no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Criado em 2003, o Bolsa Família auxiliou, através da transferência direta de renda, a retirar 36 milhões de pessoas da pobreza extrema. Contribuindo para a superação da vulnerabilidade social e para a garantia do acesso à educação e à saúde, o programa atualmente é responsável por acompanhar a frequência escolar de 17 milhões de alunos e a saúde de 9 milhões de famílias por semestre (PORTAL BRASIL, 2016). Devido à eficiência e baixo custo, o Bolsa Família já foi “exportado” para 52 países, demonstrando o prestígio internacional adquirido pelo programa. Exemplos desse prestígio podem ser encontrados em prêmios recebidos pelo

marginalizada do mercado de trabalho formal –, combinado a manutenção da “ordem”, permitiu que Lula conquistasse o seu apoio, ao mesmo tempo em que desencadeou uma “polarização social” entre ricos e pobres no Brasil.

Brasil no exterior, como quando a Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA) premiou o Brasil por causa do Bolsa Família (2011), tendo em vista que o programa representa uma “experiência excepcional e pioneira na redução da pobreza e na promoção da seguridade social¹⁶”.



POLÍTICA EXTERNA - Uma das grandes marcas do governo Lula é, sem dúvida, a política externa. Lula, sempre acompanhado de seu chanceler, Celso Amorim, inovou radicalmente a política externa brasileira (ALMEIDA, 2013, p.577). De acordo com Vigevani e Cepaluni (2007), o paradigma da política externa durante esse período era a “autonomia pela diversificação”. Isto é, a diplomacia brasileira, desejando possuir uma projeção externa autônoma e independente, ampliou o seu leque de relações bilaterais e multilaterais e buscou promover a “Cooperação Sul-Sul”. Resgatando princípios da Política Externa Independente (PEI) inaugurada por Jânio, a diplomacia brasileira - classificada por Amorim como “ativa e altiva” - mostrou-se proativa ao se aproximar com os vizinhos latino-americanos, o continente africano, os países árabes e, não menos importante, os países emergentes. Em relação aos emergentes, é fundamental ressaltar que a institucionalização do BRIC a partir de 2009 – e do BRICS depois de 2011 – significou a construção de um bloco político com o objetivo de promover uma ordem global multipolar¹⁷. Ou seja, os BRICS passaram a questionar a discrepância entre a sua participação no processo de tomada de decisão em instituições

¹⁶ Para saber mais, ver site:

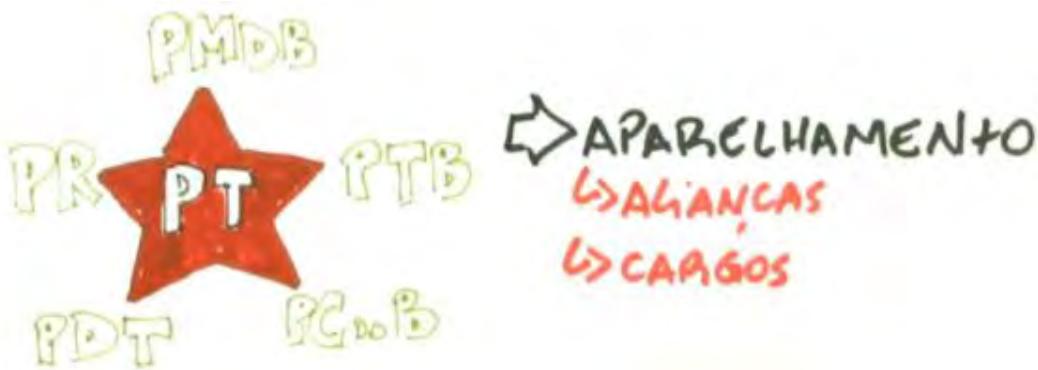
<http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20191>

¹⁷ Seria possível dizer que, ao pretendarem promover uma ordem global “multipolar”, os BRICS, em conjunto, representam um bloco “contra-hegemônico” nas relações internacionais.

internacionais – como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – e a sua crescente participação no comércio e na economia mundial. Adotando um papel de protagonista em temas internacionais, o Brasil foi responsável por mediar, juntamente com a Turquia, a questão nuclear iraniana, assim como por participar das negociações de paz entre israelenses e palestinos. Apesar de ser muito difícil resumir a política externa do período, Maria Regina Soares de Lima (2005) sintetiza a diferença entre as políticas externas de Lula e FHC:

"Talvez a principal diferença seja que no governo Fernando Henrique Cardoso a expectativa desse reconhecimento [internacional] vinha da identificação do país como o “último dos primeiros”, ao passo que no governo Luiz Inácio Lula da Silva o Brasil seria “o primeiro dos últimos.”

O PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO - Como vocês sabem, o modelo de democracia representativa inaugurado pela Constituição de 1988 e chancelado pelo plebiscito de 1993 exige que o presidente, chefe do Poder Executivo, tenha maioria no Congresso Nacional. Muito criticada por setores à esquerda, a aliança entre o PT e partidos de centro e de direita – como o PMDB e o PP – representava uma forma de garantir a tão desejada “governabilidade”. Por outro lado, como muito se argumenta, esse tipo de aliança “fisiológica¹⁸” constitui uma das raízes da corrupção brasileira, tendo em vista que privilegia interesses partidários e privados em detrimento do interesse público. A não distinção entre interesses públicos e privados expressaria o que autores como Sérgio Buarque de Hollanda conceituaram como “patrimonialismo”. Durante o primeiro governo Lula, estourou uma grande escândalo de corrupção, o Mensalão, em parte ocasionado pelo “aparelhamento” promovido pelo governo:



¹⁸ O oposto de uma aliança “fisiológica” seria uma aliança “programática”. Isto é, ao invés de ser motivada por interesses momentâneos e particulares, a aliança seria firmada através de uma convergência de convicções com base em um programa de governo.

O MENSALÃO - Conforme mencionado, o “presidencialismo de coalizão” demanda a construção de uma ampla base de apoio no Congresso Nacional. Em 2005, após uma série de denúncias, colocou-se sob suspeita a forma como o PT conseguia esse apoio parlamentar. As denúncias apontavam para a existência de um esquema, coordenado por líderes do partido, pelo qual um grupo de parlamentares da base governista recebia pagamentos em dinheiro em troca de apoio político (COTRIM, 2012, p.715). Por conta do suposto pagamento mensal, o escândalo ficou conhecido como “Mensalão”. Naturalmente, a imagem do PT ficou bastante abalada, principalmente por conta da ênfase que o partido, enquanto oposição, dava à questão da ética na política. O presidente Lula, em parte por conta do crescente prestígio e carisma que veio a colecionar no restante de seus mandatos, não teve grandes prejuízos em sua imagem. Depois de investigações dos órgãos competentes, a CPI do Mensalão não conseguiu provas conclusivas a respeito das principais acusações ao governo. Contudo, líderes do PT, como José Dirceu, ministro da Casa Civil, foram condenados pela Justiça.

POPULARIDADE E SUCESSÃO PRESIDENCIAL - Apesar das denúncias do Mensalão, Lula conseguiu se reeleger em 2006 e continuar com o seu programa de governo. A partir de 2008, enfrentou a crise econômica internacional e, através de medidas “anticíclicas”, estimulou o aquecimento do mercado interno como forma de superar os efeitos da crise externa. De forma semelhante a outros países emergentes, a crise internacional, em um primeiro momento, representou uma “marolinha” para o país. A falta de vínculo entre seu nome e o escândalo do Mensalão, combinado à boa performance econômica e aos avanços sociais, Lula encerrou o seu segundo mandato beirando incríveis 80% de aprovação. A aprovação da população com seus oito anos de governo contribuíram para que, com seu apoio, fosse eleita nas eleições de 2010 a primeira mulher para presidência do país.

GOVERNO DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTE DO BRASIL - O respaldo do presidente Lula ao nome de Dilma Rousseff contribui para a sua vitória, em segundo turno, contra José Serra (PSDB) em 2010. Ex-guerrilheira e de perfil técnico, Dilma não realizou um bom governo em seu primeiro mandato, porém, conseguiu ser reeleita na acirrada disputa com Aécio Neves (PSDB) em 2014. O seu segundo mandato foi interrompido pelo processo de impeachment instalado em março de 2016.

“FAXINA” ÉTICA - Logo nos primeiros meses de governo, surgiram denúncias de enriquecimento ilícito do ministro da Casa Civil, Antônio Palocci. Sem conseguir explicar a origem dos recursos que fizeram aumentar em vinte vezes o seu patrimônio, Palocci foi demitido do cargo. Depois disso, a presidente ordenou a saída de outros sete ministros, todos suspeitos de práticas de corrupção. A “faxina” ética rendeu elogios à postura da presidente e fez com que a sua popularidade aumentasse.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - Em 2012, foi aprovada no Congresso a Lei de Acesso à Informação, cujo objetivo é garantir a transparência na gestão pública. Válida para todos os serviços públicos, a lei determina que órgãos públicos prestem informações sobre suas atividades a qualquer cidadão interessado.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE - Vítima de tortura durante a ditadura, Dilma apoiou a instalação da Comissão Nacional da Verdade (2012). O objetivo era esclarecer casos de tortura, desaparecimento e assassinato de presos políticos entre 1946 e 1988. Sem poder de condenação, a Comissão recomendou a abertura de processos judiciais contra 377 pessoas.

PROGRAMAS SOCIAIS - Dilma deu prosseguimento aos programas sociais e criou outros. Em 2011, lançou o programa Brasil Sem Miséria, que seria um complemento ao Bolsa Família. Na habitação, houve uma ampliação do Minha Casa Minha Vida, iniciado em 2009. Na educação, o governo aumentou as vagas do ProUni, estabeleceu novas diretrizes para o FIES, criou o PRONATEC e enviou universitários brasileiros para o exterior com o programa Ciências Sem Fronteiras. Na saúde, Dilma criou o programa Mais Médicos como forma de responder aos protestos de Junho de 2013.

ESPIONAGEM - Em 2013, o jornalista Glenn Greenwald repassou documentos vazados por Edward Snowden, cujo conteúdo mostrava que a Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA, em inglês) espionava a presidente Dilma e seus assessores. De acordo com os documentos, a Petrobrás teria sido um dos alvos da espionagem, especialmente em razão da tecnologia de exploração em alta profundidade na camada pré-sal¹⁹.

ROYALTIES DO PETRÓLEO - Depois de discussões no Congresso Nacional, um projeto de lei estabeleceu que 75% dos royalties do petróleo – incluído as receitas do pré-sal – seriam investidos em educação, enquanto os outros 25% seriam destinados à saúde.

19 Para mais informações, acessar site:

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/09/130908_eua_snowden_petrobras_dilma_mm

MARCO CIVIL DA INTERNET - Com a finalidade de garantir a neutralidade da rede e proteger o sigilo dos dados, a presidente Dilma sancionou a lei que estabeleceu o Marco Civil da Internet em abril de 2014. Alvo de críticas, a lei apenas foi regulamentada dois anos após entrar em vigor.

COPA DO MUNDO DE 2014 - As manifestações de Junho de 2013, que ocorreram durante a Copa das Confederações, voltaram durante a Copa do Mundo. Alvo de vaias e xingamentos na abertura do torneio, Dilma teve de lidar com os protestos contra os gastos com o torneio em detrimento da melhoria dos serviços públicos.

INFLEXÃO DESENVOLVIMENTISTA - Nos primeiros anos de governo, Dilma adotou medidas para fortalecer o projeto desenvolvimentista inaugurado no final do governo Lula. Entre elas, é possível citar: 1) redução dos juros de 12,5% (2011) para 7,25% (2013); 2) redução nas tarifas de energia elétrica; 3) redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e eletrodomésticos; 4) ampliação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), especialmente através do PAC e da maior atuação do BNDES; 5) ampliação da atuação da Petrobrás na política de fomento ao conteúdo nacional (COSTA PINTO et al, 2016). Esse conjunto de medidas visava aumentar os investimentos e manter altas taxas de crescimento do PIB. Contudo, os resultados não foram os esperados; o PIB, que cresceu 3,9% em 2011, teve um aumento inferior a 2% em 2012; os investimentos, que cresceram 6,7% em 2011, não conseguiram aumentar 1% em 2012. Em resumo, a economia começava a dar sinais de desgaste e deterioração.

A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA - O baixo dinamismo apresentado pela economia brasileira a partir de 2013 pode ser explicado através de alguns fatores. Um deles foi a persistência de uma conjuntura internacional desfavorável, que jogou o preço das commodities agrícolas e minerais para baixo, prejudicando as exportações e causando desequilíbrios na balança comercial. Nesse sentido, também houve uma redução nos preços do petróleo e do gás no mercado internacional, contribuindo para uma desaceleração dos investimentos da Petrobrás. Por outro lado, as reformas no setor elétrico prejudicaram as receitas desse setor, impossibilitando o aumento dos investimentos. De acordo com dados de Costa Pinto et al (2016), a rentabilidade de todos os setores da economia, à exceção do setor bancário-financeiro, decaiu significativamente entre 2011 e 2014, deteriorando os investimentos privados. Além disso, a desaceleração econômica, combinada às desonerações, pressionaram tanto as contas públicas como as tendências inflacionárias, obrigando o governo a aumentar sistematicamente a taxa de juros. Em resumo, os anos finais do primeiro governo

Dilma são marcados pela deterioração do ambiente externo, pela piora nas contas públicas e pela estagnação dos investimentos e do crescimento econômico.

AS ACIRRADAS ELEIÇÕES DE 2014 - Os dois últimos anos do primeiro governo Dilma evidenciaram uma presidente incapaz de dialogar politicamente – a antítese de seu antecessor – e cada vez mais criticada pela elite econômica e pela classe média brasileira. O surgimento e a ampliação da Lava Jato, combinado à desarticulação da frente desenvolvimentista, enfraqueceram o lulismo e significaram o rompimento do “acordo” entre o PT, a burguesia nacional e os movimentos sindicais e sociais. Apelando sobretudo aos segmentos mais pobres da população, Dilma expôs um projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, em oposição ao programa neoliberal do candidato Aécio Neves. Com uma diferença de aproximadamente 4 milhões de votos, a impressão que ficava era a de que, reeleita, a presidente Dilma iria avançar no campo popular (COSTA PINTO et al, 2016).

JOAQUIM LEVY E O “ESTELIONATO ELEITORAL” - A ideia de uma possível “guinada” à esquerda se desfez antes mesmo da posse para o segundo mandato. Ex-executivo do Bradesco e conhecido como “mãos de tesoura”, Joaquim Levy foi nomeado para o ministério da Fazenda. O ajuste fiscal, a partir de então, virou palavra de ordem no governo. O “pacote de maldades” do ministro Levy tinha como objetivo reequilibrar as contas públicas, sobretudo através de cortes nos gastos e da criação mecanismos para aumentar a receita. Contradictoriamente, o segundo governo Dilma aplicava um programa de governo muito parecido com aquele derrotado nas urnas, suscitando críticas por parte de seus eleitores, dos partidos mais à esquerda e, inclusive, do próprio PT.

CRISE ECONÔMICA - A economia, que já ia mal, começou a despencar. Ajustes nos preços dos combustíveis e da eletricidade elevaram a inflação para patamares acima dos dois dígitos, ao mesmo tempo em que a economia encolheu 3,8% apenas em 2015. Por sua vez, o desemprego aumentou por 16 meses consecutivos. Em resumo, o crédito se esgotou, os juros aumentaram, o poder de compra da população foi reduzido e a arrecadação do governo despencou, proporcionando a formação de um quadro de grave crise fiscal.

LAVA JATO - A operação Lava Jato monopolizou as manchetes na imprensa entre 2015 e 2016, com destaque para as prisões de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo (Andrade Gutierrez). Além dessas, as prisões de João Vaccari Neto – ex-tesoureiro do PT – e Delcídio do Amaral – ex-senador do PT – desestabilizaram ainda mais o governo Dilma, constantemente associado às investigações da Lava Jato.

“FORA DILMA” - O cenário de crise econômica e o desenvolvimento da Lava Jato contribuíram para que os índices de popularidade de Dilma despencassem. Convocados em parte por organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o “Vem Pra Rua”, os protestos pelo “Fora Dilma” defendiam o combate à corrupção e a saída da presidente e do PT do governo. Em março de 2016, ocorreram as maiores manifestações pelo impeachment da presidente. Por outro lado, também ocorreram manifestações em favor da continuidade de seu governo, que representaria, na visão desses grupos, a defesa do Estado de Direito e da democracia. De modo geral, a velocidade dos acontecimentos e a complexidade da conjuntura política e econômica nacional não permitem a realização de análises profundas a respeito do processo de impeachment e os seus atuais desdobramentos, logo, o objetivo aqui é apresentar as disputas entre as diferentes narrativas do impeachment de Dilma.

CRISE POLÍTICA - Conforme mencionado, a presidente Dilma possuía dificuldades em dialogar com os parlamentares, sejam eles da oposição ou da base aliada. Um exemplo disso foi a dificuldade de Dilma em aprovar as medidas de ajuste fiscal propostas pelo ministro Levy. A crise política começou a ganhar contornos dramáticos quando Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados, rompeu com o governo em julho de 2015. Meses depois, foi a vez do vice-presidente, Michel Temer (PMDB-SP), escrever uma carta endereçada a Dilma, expondo a sua insatisfação por ser um “vice-decorativo”. A crise política ganhou novos capítulos após a tentativa de nomear Lula para a Casa Civil, desencadeando protestos na imprensa e nos partidos da base e da oposição. Após o vazamento de conversas entre Lula e a presidente, o PMDB oficialmente “abandonou o barco” do governo. Depois disto, a presidente Dilma ficou mais isolada do que já estava, enfraquecendo o seu poder de negociação com os parlamentares durante o processo de impeachment.

IMPEACHMENT - O processo de impeachment contra a presidente Dilma começou quando o presidente do PT, Rui Falcão, defendeu publicamente que os parlamentares do partido votassem contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética. Sentindo-se traído pelo PT, Cunha deu abertura ao processo de impeachment em dezembro de 2015. A abertura do processo teve como base as denúncias formuladas pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr e Janaína Paschoal. O governo Dilma, alegavam os juristas, teria praticado as chamadas “pedaladas fiscais”, configurando uma violação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, portanto, em crime de responsabilidade perpetrado pela presidente. A concessão de créditos suplementares sem a devida autorização do Congresso também estava presente no processo. Sem suporte político na Câmara e no Senado, o governo Dilma perdeu todas as votações referentes ao processo de impeachment, sendo oficialmente deposto em agosto de 2016.

GOLPE (?) - Desde a eleição de 2014, vimos emergir no Brasil um cenário de intensa polarização política. A dicotomia entre “coxinhas” e “petralhas” pode ser considerada como a face mais evidente disso. A narrativa favorável ao impeachment é conhecida: o governo Dilma violou a LRF ao atrasar pagamentos aos bancos públicos e, portanto, a presidente cometeu crime de responsabilidade. Por outro lado, a narrativa do golpe enfatiza que, na realidade, o processo de impeachment foi movido por uma ampla rede de interesses políticos e econômicos, isto é, a existência ou não de crime de responsabilidade pouco importaria. Do ponto de vista jurídico, os que defendem a ideia do golpe enfatizam que o processo de impedimento de Dilma foi inconstitucional. Nesse sentido, a deposição de Dilma representaria um golpe de Estado, mesmo que não tenha ocorrido a intervenção direta das forças armadas. Este golpe seria um golpe parlamentar, um golpe branco, podendo ser entendido até mesmo como uma “virada de mesa institucional”. Em resumo, o desafio de sintetizar os eventos que culminaram na saída de Dilma é gigante, sendo igualmente difícil para todos compreender a complexidade do quadro político e econômico que colocou Michel Temer à frente da Presidência da República. Por fim, um recado que pode ser dado é: busquem o diálogo, a reflexão e, acima de tudo, não se sintam forçados a defender uma ou outra narrativa como se fosse um time de futebol, visto que esse tipo de comportamento enfraquece o debate político e gera análises de conjuntura equivocadas.

GOVERNO TEMER - Como vocês devem saber, o governo Temer também é desestabilizado pelo avanço das investigações da Lava Jato, que atinge em cheio a cúpula do PMDB e os ministros do governo. Recentemente, gravações realizadas pelo empresário Joesley Batista (JBS) causaram um “terremoto” em Brasília, deixando em aberto a possibilidade de renúncia ou abertura de um novo processo de impeachment. Economicamente, ainda não há sinais de retorno do crescimento, do emprego e da renda. A permanência da instabilidade – política e econômica – contribui para que Michel Temer coleione índices de popularidade inferiores inclusive aos de Dilma no período anterior ao impeachment. Além das denúncias de corrupção, o governo Temer atualmente é marcado por intensos debates, no parlamento e na opinião pública, a respeito da realização de reformas consideradas “necessárias” pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Representando uma forte guinada ao neoliberalismo, as duas mais importantes reformas são a trabalhista e a previdenciária. A primeira seria responsável por “flexibilizar” e “modernizar” as relações de trabalho; enquanto a segunda seria imprescindível para cobrir o “rombo” da Previdência Social. Em oposição às reformas, estão aqueles que alegam que a primeira retira direitos trabalhistas e que a segunda é baseada em informações incompletas a respeito do “rombo” previdenciário, propiciando a retirada de direitos e estimulando a privatização da Previdência Social.

PARA SABER MAIS!**Livros:**

- ✓ Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador. André Singer. 2012.

Cientista político com formação da Universidade de São Paulo (USP), André Singer talvez seja um dos autores que melhor compreenderam o fenômeno do Lulismo. Em linhas gerais, o livro mostra como Lula unificou as diferentes correntes de seu partido e, em seguida, parte da sociedade brasileira em torno de um projeto reformista moderado de crescimento econômico com redução gradual das desigualdades sociais.

Filmes e documentários:

- ✓ Depois da Chuva. Cláudio Marques, Marília Hughes Guerreiro. 2013
- ✓ Lula, o filho do Brasil. Fábio Barreto, Marcelo Santiago. 2010.
- ✓ Que horas ela volta? Ana Muylaert. 2015

O filme “Depois da Chuva” conta a história de um adolescente, Caio, nos seus envolvimentos com círculos anarquistas e com o movimento estudantil de sua escola. Lutando contra a autoridade em casa e na escola, a história de Caio se passa em Salvador nos anos 1980. Por conta disso, pode ser uma dica de complemento aos estudos sobre redemocratização.

O filme de Lula é interessante aos estudos complementares, à medida em que narra a trajetória de vida do ex-presidente, com destaque para os tempos em que ele era líder sindical na região do ABC paulista.

O filme Que horas ela volta? pode ser uma sugestão interessante, tendo em vista que mostra as nuances da desigualdade social brasileira de uma forma sutil e bem humorada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Daniel Lima de. Manual do Candidato: História do Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

BBC. De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>> Acesso em 12.05.2017

COSTA PINTO, Eduardo; PINTO, José Paulo Guedes; BARUCO, Graciela; BALANCO, Paulo; SCHONERWALD, Carlos; NOGUEIRA, Isabela. A economia política dos governos Dilma: acumulação, bloco no poder e crise. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 2016.

COTRIM, Gilberto. História Global. Brasil e Geral. São Paulo: Saraiva, 2012

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2015.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILLIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo Liberal Periférico e Bloco de Poder: Política e Dinâmica Macroeconômica nos governos Lula. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítica 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed Garamond, 2010, p.35-69.

G1. Governo Dilma em 20 fatos. Disponível em:

<<http://especiais.g1.globo.com/politica/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/2016/governo-dilma-em-20-fatos/>> Acesso em 12.05.2017

LIMA, Maria Regina Soares de. Aspiração Internacional e Política Externa. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Comércio Exterior. N. 82. ano XIX, Janeiro/ Março de 2005.

PORTAL BRASIL. Modelo do Bolsa-Família foi “exportado” para 52 países. 2016. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/01/modelo-do-bolsa-familia-foi-exportado-para-52-paises>> Acesso em 20.05.2017

REIS, J. O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. Disponível em:

<http://www.observatorio.epsiv.fiocruz.br/upload/na%20corda%20bamba/cap_7.pdf> Acesso em 20.05.2017

SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: Reforma gradual e pacto conservador.
São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. Rio de Janeiro: Contexto International, vol.29, no 2, 2007.

meSalva!